

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Ano 17

Número 43

Volume 3 – Ciências Sociais e Turismo

ISSN –1809-3264

Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)

2021

2021

2021

Niterói - RJ

Revista Querubim 2021 – Ano 17 nº43 – vol.3. – Ciências Sociais e Turismo – 90p. (Fevereiro – 2021)

Rio de Janeiro: Querubim, 2021 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)

Darcília Simoes (UERJ – Brasil)

Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)

Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)

Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)

Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki

Andre Silva Martins

Elanir França Carvalho

Enéas Farias Tavares

Guilherme Wyllie

Hugo Carvalho Sobrinho

Hugo Norberto Krug

Janete Silva dos Santos

João Carlos de Carvalho

José Carlos de Freitas

Jussara Bittencourt de Sá

Luiza Helena Oliveira da Silva

Marcos Pinheiro Barreto

Mayara Ferreira de Farias

Paolo Vittoria

Pedro Alberice da Rocha

Ruth Luz dos Santos Silva

Shirley Gomes de Souza Carreira

Vânia do Carmo Nóbile

Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

CIÊNCIAS SOCIAIS		
01	Bruna Borges Rodrigues – <i>Reprodutoras não precisam de olhos</i> : reflexões sobre o poder patriarcal a partir da obra “O conto da aia”	04
02	Elias Gomes da Silva – A pedagogia da existência no contexto do ensino médio	11
03	Ghiovana da Rosa Machado Cruz – Trabalho intermitente: flexibilização ou redução dos direitos trabalhistas?	17
04	Iago Fernandes Xavier e Marlene Almeida de Ataíde – Mediação de conflitos e ambiente escolar	23
05	Louise de Lira Roedel Botelho et al – Catadores de materiais recicláveis: conhecendo o perfil dos cooperados da COOPERCAUN no Município de Cerro Largo – RS	30
06	Luiz Antonio Dias e Kátia Silva Simões – (In) justiça: uma breve reflexão sobre a criminalização da pobreza e violência institucional no Brasil do século XXI a partir do documentário “Justiça”	37
07	Marcos Antonio da Silva Santos Ferreira – A importância da educação para as mulheres no século XXI	45
08	Rafael Lopes de Sousa e Andrea Luyten Rugg – Bullying: atravessando as paredes da escola ao encontro das redes sociais, estigma e evasão escolar	50
TURISMO		
09	Aymee Evangelina Sobrinho Lemos et al – Tangará/RN: entendendo o título de capital gastronômica do pastel do RN como fator potencializador de atrativo turístico	57
10	Beatriz Fernandes da Silva et al – Pedra de São Pedro: a prática do turismo de aventura como propulsor de desenvolvimento local em Sítio Novo/RN	65
11	Cleydsa Suênia de Lima et al – “Empreendocentismo”: a percepção do aluno do ensino técnico em guia de turismo sobre a prática empreendedora docente	73
12	Livia Maria Oliveira de Lima et al – A inserção do Complexo Santá na visitação turística em Santa Cruz-RN	80
13	Willyane de Moraes Correia et al – A implantação do teleférico em Santa Cruz-RN: usos e manutenção	86

REPRODUTORAS NÃO PRECISAM DE OLHOS: REFLEXÕES SOBRE O PODER PATRIARCAL A PARTIR DA OBRA “O CONTO DA AIA”

Bruna Borges Rodrigues¹

Resumo

Tendo por base o debate em torno da degradação dos corpos femininos e feminizados, bem como a instituição de um novo contrato social como advento da modernidade, este estudo objetivou analisar a construção do tipo ideal de mulher, a partir de uma literatura feminista, "O conto da Aia", publicado em 1986 pela escritora canadense Margaret Atwood, e da série de televisão homônima produzida nos USA a partir de 2017. No entanto, tendo em vista que existem diversas maneiras de abordar as problemáticas levantadas pela série, elenca-se para fins deste trabalho o poder patriarcal enquanto fio condutor das reflexões.

Palavras-Chave: O conto da Aia; Poder Patriarcal; Teoria Feminista; Literatura feminista.

Resumen

A partir del debate en torno a la degradación del cuerpo femenino y feminizado, así como a la institución de un nuevo contrato social como el advenimiento de la modernidad, este estudio tuvo como objetivo analizar la construcción del tipo ideal de mujer, a partir de una literatura feminista, "O conto da Aia", publicado en 1986 por la escritora canadiense Margaret Atwood, y la serie de televisión homónima producida en el USA a partir de 2017. Sin embargo, teniendo en cuenta que existen varias formas de abordar los problemas planteados por la serie, el poder patriarcal se enmarca a los fines de este trabajo como hilo conductor de las reflexiones.

Palabras-Clabe: El cuento de la criada; Poder Patriarcal; Teoria Feminista; Literatura feminista.

Começos

Desde a idade moderna, com a proibição das mulheres terem controle sobre os seus corpos, se instituiu uma degradação dos corpos femininos e feminizados, além do confinamento das mulheres na atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades não modernas. Para tanto, tal modernidade, como aponta Mignolo (2017) é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, sendo esta uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a colonialidade²- o que nos leva a refletir sobre a matriz colonial do poder esta, possuinte, segundo Quijano de quatro domínios inter-relacionados: O controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade.

Dado contexto, este estudo objetivou analisar a construção do tipo ideal de mulher, a partir da série denominada "The handmaid's Tale", bem como o livro do qual advém "O conto da Aia" (1986), da autora canadense Margaret Atwood.

Organizado em duas seções, o artigo identifica, na primeira delas, aspectos que constituem a sociedade de Gilead, ou seja, aspectos mais descritivos sobre a obra a fim de situar o/a leitor/a. Na sequência, são identificados elementos que permitem o debate em torno da construção do tipo

¹ Mestranda em Educação, na linha de pesquisa Epistemologias De(s)coloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação – UFPel, Bolsista CAPES.

²Importante grifar aqui a diferença ente colonialismo e colonialidade: a primeira pode ser entendida, segundo Quijano e Mignolo, como a tomada empírica propriamente dita dos territórios e a segunda a colonização do imaginário e do saber.

"ideal" de mulher e sobre o poder patriarcal.

Gilead não reconhece fronteiras

"Gilead não reconhece fronteiras, gilead está dentro de você." - Tia Lydia (ATWOOD, 2017)

A obra se passa em um futuro "distópico", especificamente nos Estados Unidos da América onde, após um golpe de estado - que no início da série é abordado enquanto "atentado terrorista" - foi transformado na República de Gilead, uma teocracia totalitária cristã³. Enquanto teocracia cristã, Gilead é controlada por uma facção religiosa chamada Filhos de Jacob que, como de costume dos regimes totalitários, suspendeu a constituição - o que ocasionou a retirada dos direitos das minorias sociais (mulheres, crianças, comunidade lgbttqia+, população negra) e, em especial, das mulheres em geral - como premissa para embutir a "restauração da paz", com base nas leis do antigo testamento bíblico.

No entanto, a instauração de Gilead se deu por conta da queda da taxa de natalidade, advinda de uma catástrofe nuclear, citada por June - protagonista da série - anterior à consolidação de Gilead. Assim, é importante refletirmos o que essa queda na taxa de natalidade⁴ significava para a facção religiosa que aspirava ao golpe de estado. Como a catástrofe deixou a grande maioria das mulheres inférteis, a facção, que almejava uma limpeza social, identificou nas consequências da infertilidade destas mulheres um alibi para retomar o controle sobre a vida e o útero destas. Assim, com o advento do golpe de estado, Gilead tratou de estabelecer um novo contrato sexual para a vida das mulheres, bem como fixou e sacramentou o conceito de família nuclear⁵. Todas as mulheres que possuíam emprego foram demitidas. As universidades foram extintas e os cidadãos considerados criminosos⁶ são fuzilados ou enforcados e seus corpos pendurados em praça pública para "servir de exemplo", enquanto seus corpos apodrecem a vista de todos, com símbolos que identificam o porquê de sua morte, estampados nos sacos que cobrem seus rostos.

Em Gilead, as mulheres passaram a ser categorizadas em 2 tipos: férteis e inférteis, alocadas em 3 classes sociais: elite, classe média e classe operária (trabalhos domésticos). As mulheres férteis passaram a ser vistas como "preciosidades" e classificadas pelo rótulo de "Aia"- o que significa pertencer ao governo e existir unicamente para procriar, assim como ser entregue a alguns (vários) homens casados do alto escalão do governo (comandantes), para produzir filhos para aquela família -, diferente das mulheres estéreis, que eram em suma maioria as esposas, e as mulheres inférteis, já na menopausa, as "Marthas"⁷, que são responsáveis pelo cuidado do lar⁸.

³Para mais detalhes sobre o golpe de estado, ver Atwood (2017), pag. 210.

⁴ Segundo a autora, parte do insucesso em se reproduzir pode sem dúvida ser atribuído à disponibilidade ampla de meios de controle de natalidade de vários tipos, inclusive o aborto, no período pré-Gilead imediatamente anterior. Ver mais em Atwood (2006) pag. 260.

⁵ Uma família nuclear sendo dentro da normativa cis, hetero, branca.

⁶ Em Gilead, era considerado crime a traição dos seus princípios. Ex: Traição do Estado, do gênero, da família e etc.

⁷ No entanto, apesar dessas categorias aparecerem bastante ao longo da obra, é importante reafirmar coisas que se deixam passar: existe mais duas categorias que giram em torno dos "papéis" atribuídos às mulheres, sendo estas as "Econoesposas", que são tudo isso de uma vez (Aias e Marthas), trabalham em casa, servem de Esposa e tem os filhos. São as mulheres destinadas aos homens menos poderosos, mas que ainda tem o privilégio de ter uma esposa. E as "Não-mulheres", que são mulheres que não podem ter filhos (estéreis) ou são as mulheres tidas como "traidoras do gênero", por serem mulheres lésbicas e não se encaixarem na sexualidade dominante, não servindo ao sistema.

⁸ É importante ressaltar também que os homens aparecem em duas grandes categorias: Comandantes do exército (conhecidos como o "pai de família") e os Guardiões, que são os motoristas e chefes de segurança dos comandantes. Gilead também conta com uma grande quantidade de homens responsáveis pela ordem, que vigiam cada ponto das ruas das cidades, bem como um centro de reeducação "Raquel e Lea" para as Aias - uma escola de doutrinação, que é coordenado pelas "Tias"; mulheres de mais idade cuja função principal é doutrinar as Aias para que aceitem e cumpram sua "missão de fé".

Em Gilead, não somente a força militar barrando as entradas e saídas, ruas e casas, marca o controle, o vigiar; cada uma das mulheres é também a vigia de si e das demais e, por isso, não podem andar sozinhas pelas ruas, andam sempre em dupla, uma vigiando a outra. O ponto aqui, é que para além de um “caráter distópico”, a sociedade de Gilead articula vários episódios da história das mulheres no ocidente. Atwood afirma que a série não se refere apenas ao futuro. Segundo escreveu a autora na introdução da nova edição do livro, lançado originalmente em 1986, tudo que está na obra já ocorreu alguma vez na história, seja em um Estado totalitário, regime militar ou ordem religiosa.

Reprodutoras não precisam de olhos⁹: Um debate sobre a apropriação dos corpos femininos

A leitura da obra, bem como a escrita desse texto, são exercícios de olhar para tudo que nos abre uma ferida. A distopia é a **ferida** do agora. E para que possamos refletir sobre essas questões, antes é necessário que pensemos sobre o contexto que Atwood escreveu a obra, e de onde decorre seu sucesso. O livro é publicado em sua primeira versão em 1985, onde ganha extensa visibilidade e passa a ser elencado como uma obra importante na literatura feminista, isso porque, advém mediante a segunda onda feminista, levantando questões pertinentes relacionadas à luta das mulheres na época. Aborto, falta de liberdade sexual, e a função social da mulher foram apenas alguns dos muitos temas abordados nessa fase do feminismo e que ganharam uma expressão de fôlego na série. No entanto, as pautas supracitadas, são realmente pautas passadas? Aqui, recorro a uma conhecida frase de Beauvoir

N’oubliez jamais qu’il suffira d’une crise politique, économique ou religieuse pour que les droits des femmes soient remis en question. Ces droits ne sont jamais acquis. Vous devrez rester vigilantes toute votre vie durant (BEAUVOIR apud GUICHARD)¹⁰

O conto da aia nos remete, desde o início da obra, a lembrar dessa passagem de Beauvoir, isso porque todo enredo da consolidação do estado totalitário de Gilead e suas implicações, estão intimamente ligados à premissa de uma crise política, econômica e religiosa, onde a primeira coisa a ser feita, é a retirada de direitos das mulheres. Só que, para pensarmos as mulheres enquanto sujeitas de direito, é preciso fazer a conexão da construção social dessas mulheres na sociedade. Se a distopia é/esta sendo a ferida do agora, ao que nos remete essa ferida?

Como resposta possível, proponho pensar os atravessamentos que a história das mulheres sofre ao longo dos anos, trazendo para a reflexão uma primeira ferida, que segue aberta, que pode ser identificada de ferida colonial produzida pela modernidade, algo apontado na introdução deste trabalho. Assim sendo, retomamos o fato de que a constituição da modernidade está intimamente ligada à colonialidade, produzindo padrões, que se lançam até os dias atuais enquanto feridas abertas que, segundo Mignolo (2017), podem ser visualizadas através da matriz colonial do poder. A matriz colonial do poder, nos evoca pensar nas origens e atravessamentos que a colonialidade, aliada à modernidade possui, pois ela, a colonialidade, é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista.

Segundo Quijano (2000, apud Ballestrin, 2013) é nas três instâncias – trabalho, raça e gênero – que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas. A identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder – em particular, o poder colonial (Mignolo,

⁹A frase “Reprodutoras não precisam de olhos” foi retirada exclusivamente da obra.

¹⁰2 Em tradução livre: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

2003 apud Ballestrin, 2013) –, do saber e do ser. Todos esses elementos que estruturam o poder patriarcal, nos auxiliam a olhar para a obra nos permitindo problematizar e desnaturalizar as categorizações trazidas durante o enredo e, principalmente, desnaturalizar o que é ser mulher na sociedade, pois a condição de gênero¹¹ da mulher tem sido construída historicamente e é uma das criações das sociedades e culturas patriarcais (LAGARDE, 2005), ou seja, quando refletimos sobre a condição/representação/local da mulher na sociedade, estamos refletindo sobre um corpo historicamente determinado, uma vez que

Si lamujer es naturaleza, su historia es la historia de su cuerpo, pero de un cuerpo del cual ella no es dueña porque solo existe como objeto para otros, o en función de otros, y en torno al cual se centra la vida que es la historia de una expropiación. Y qué tipo de relación puede haber entre una expropiación y la naturaleza? Se trata del cuerpo natural, o del cuerpo historicamente determinado? (BASAGLIA, (1983:35) apud LAGARDE, (2005)

Assim sendo, quando falamos sobre “ser mulher”, é importante frisar que para uma mulher, ser mulher não passa pela consciência, é necessário construir uma vontade política e teórica, para historicizar o que os constitui por “natureza” (LAGARDE, 2005), ou seja, desnaturalizar essa condição do “ser mulher” é um primeiro passo importante para que possamos refletir sobre as nuances e agires do poder patriarcal, não somente na obra de Atwood como em nossa realidade. Com isso, pela condição política em que vivem, as mulheres estão submetidas ao poder nos mais diversos âmbitos de suas vidas em distintos níveis, assim, todos os fatos sociais e culturais – as relações, as instituições, as normas, as concepções – são espaços de poder¹².

Para tanto, o poder patriarcal se estrutura em torno da dependência e da diferença, a partir de mecanismos de exclusão e especialização, mecanismos estes que estão exemplificados ao longo da obra e que se anunciam já nas primeiras páginas, onde Atwood deixa bem explícito no que Gilead se “fundamenta”

Vendo, pois. Raquel que não dava filhos a Jacob, teve Raquel inveja da sua irmã, e disse a Jacob: Dá-me filhos, ou senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim, receba filhos por ela. — GÊNESIS, 30:1-3 (Atwood, 2017)

Este mito bíblico, no qual no qual, incapaz de gerar herdeiros para Jacó, Raquel entrega sua aia/serva para que ele a fecunde. É o mito que baseia todo enredo para utilização dos corpos das mulheres como trabalho forçado em prol da fé. Antes de Gilead se instaurar, Atwood (2006) nos mostra, sobre a ótica de uma facção católica que se formava nos EUA - a mesma que idealizou e realizou Gilead - que estes afirmavam que a única saída para aquela “crise” vivida, era fazer uma limpeza na sociedade. Tirar o que não prestava – mulheres subversivas; homens e mulheres desviantes da heterossexualidade e da heteronormatividade.

¹¹Aqui, tomo como base as definições trazidas por Lagarde, para diferenciar sexo e gênero, onde o primeiro trata-se do conjunto de características físicas, fenotípicas e genotípicas diferentes, definidas basicamente por suas funções corporais na reprodução biológica: associado a algumas características biológicas não reprodutivas. E o segundo enquanto um conjunto de qualidades econômicas, sociais, psicológicas, políticas e culturais atribuídas aos sexos, aos quais, mediante processos sociais e culturais, constituem os particulares e os grupos sociais.

¹²A autora pontua, especificamente “El trabajo y las demás actividades vitales, las abiduría, el conocimiento, la sexualidad, los afectos, las cualidades, las cosas; los bienes, las posesiones y los territorios materiales y simbólicos; el cuerpo y la subjetividad, es decir, los sujetos y sus creaciones, son espacios de poder”. (LAGARDE, 2005. Pag. 155)

Assim, trataram de pensar qual seria o papel das mulheres nessa sociedade e, enquanto um corpo-para-outros, seguindo a ideologia dominante de conteúdo católico, o corpo das mulheres é um espaço sagrado e, portanto, objeto de tabu: nele se verifica a criação de cada ser humano, uma ou outra vez, como ritual (LAGARDE, 2005). E, pela centralidade de seu corpo, enquanto uma matriz para cumprir a encomenda da sociedade em atenção aos desígnios da natureza ou da divindade, identificaram que as mulheres férteis eram necessárias para o crescimento e reprodução biológica da sociedade. Por possuírem um útero foram colocadas no centro do sistema de reprodução biológica de Gilead, reconhecidas, a partir daí, como um *útero sobre pernas*¹³.

Assim, a maternidade assume centralidade nesse debate porque, como analisou Federici (2017) em relação à criminalização do controle das mulheres sobre a procriação, no início da modernidade, ao negar às mulheres controle sobre seus corpos o estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, *forçando-as a produzir filhos e filhas para o estado*, como lembra a autora sobre uma canção feminista dos anos 1970. Como um dos fatos da reprodução sociocultural, a reprodução e a produção formam parte do processo global de existência social, segundo Lagarde (2005), onde a maternidade se situa nas relações sociais, na sociedade e no estado. Assim, pode-se dizer que Gilead que se forjou um “contrato sexual” que definia as mulheres em termo de reprodutoras e não reprodutoras, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, como uma das estratégias de violência

(...) por meio das quais os sistemas de exploração, centrados nos homens, tentaram disciplinar e apropriar-se do corpo feminino, destacando que os corpos das mulheres constituíram os principais objetivos — lugares privilegiados — para a implementação das técnicas de poder e das relações de poder. (FEDERICI, pg. 32)

De acordo com esse novo contrato sexual, determinado pela questão do "potencial" reprodutivo de cada mulher, é interessante observarmos que Gilead revive os tempos da política sexual de caça às bruxas, visto que a caça às bruxas, como coloca Federici (2017) destruiu um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista, abrindo um novo espaço à feminilidade – a mulher esposa ideal, passiva, obediente, casta, assexuada, etc.

No entanto, entre essas semelhanças que aproximam Gilead ainda mais da história real, podemos focalizar a "construção de um “novo” modelo de ser mulher” naquilo que Gilead embutiu como sendo o "tipo de mulher ideal", que é constituída pelos papéis exercidos por 3 categorias: Aias, Marthas e Esposas¹⁴. Percebe-se que a divisão social estabelecida em Gilead, sistematicamente favorecendo o homem em detrimento da mulher, não só é consequência do patriarcado, como didaticamente o exemplifica, assim como as funções de cada uma das categorias destinadas às mulheres mostram o estereótipo direcionado ao gênero. Na obra, as mulheres são reduzidas a atividades domésticas, colocadas em posições de subalternidade, e privadas de qualquer tipo de independência. Desta forma, temos em cada categoria uma das funções socialmente atribuídas às mulheres, uma das obrigações sociais esperadas delas.

¹³Atoowd (2017), pag. 260 - a autora trás também um importante debate sobre os serviços de reprodução.

¹⁴Percebe-se também, o próprio jeito que Gilead tratou de apagar toda história das mulheres ainda férteis, colocadas como Aias, a começar pelo seu nome, que é negado, pois passam a se chamar de acordo com o nome do comandante ao qual estão sendo submetidas, como o exemplo de June, que passa a ser chamada de Offred, que significa “offred”, - De Fred (seu comandante) – e, assim que for explorada por Offred, passará a ser explorada por outro comandante e seu nome, novamente, mudará.

Vejamos bem, a função da Aia, por ser fértil, é ser a produtora de herdeiros que garantiriam a transmissão da propriedade familiar, visto que, as Esposas, por serem inférteis, não podem cumprir com esse "papel". A função da Martha é a função de "dona de casa", aquela que cuida do ambiente familiar, que cozinha, passa, lava, serve, cuida, inclusive da Aia. Porém, está submetida a essa categoria uma vez, já na menopausa, não pode mais produzir filhos. E aí surge a função da esposa, a esposa ideal, que é a digna de criar o/s filhos, e a ela cabe a função de ser obediente, positiva, de poucas palavras e colaborativa para com os cuidados da Aia, afinal, a fertilidade que ela (esposa) não tem, não deve ser levada como rancor, mas sim enquanto pertencente à fertilidade da Aia¹⁵, como se fossem, até a aia esgotar a sua utilização, uma só - o que é reforçado em vários episódios da série.

Esses papéis desempenhados por essas 3 categorizações de mulher em Gilead são exatamente o papel que a sociedade ocidental, capitalista, heteronormativa e patriarcal dita pro imaginário social como sendo "o papel da mulher", tendo seus corpos controlados pelo estado, em prol de uma premissa de reprodução de capital. Como afirmou Atwood (2006), o controle da mulher e de bebês tem sido uma característica de todo regime repressivo no planeta. A série nos remete ao fato de que as mulheres compartilham o gênero como mesma condição, mas diferem em relação a suas situações de vida e nos graus e níveis de opressão. Passam a ser colocadas em lugares subalternos, mas também em um local de vigia uma das outras, assim como também ocupam locais de poder¹⁶, em confluência com o sistema. As mais diversas formas de violência aparecem nesse desenrolar do poder patriarcal de acordo com sua matriz colonial, durante toda obra de Atwood, perpassando o gênero, o corpo, as relações, as subjetividades.

***Nolite te bastardes carborundorum*¹⁷: Considerações – nem tão – finais**

Podemos concluir refletindo que as opressões que as mulheres sofrem e suas resistências podem ser vistas como o núcleo em torno do qual giram as narrativas da série. A identidade da mulher, assim como seu evidente poder sobre a maternidade, a sexualidade, prazer e, portanto, reprodução, são os grandes temores do regime totalitário trazido pela série. Com isso, o enredo gira em torno desses principais eixos, possibilitando grandes reflexões e problematizações, que não serão esgotadas nesse texto, diante da impossibilidade de articular os inúmeros fatos que a série faz vir à tona.

Como já afirmou a própria autora, todos acontecimentos da série já aconteceram em determinado momento da história da humanidade, que talvez, nosso maior desejo – nosso, porque aqui me coloco para além de autora, como mulher - é que essa história pudesse ser apenas algo contado... apenas uma estória...não a realidade

Gostaria de acreditar que isso é uma história que estou contando. Preciso acreditar nisso. Tenho que acreditar nisso. Aquelas que conseguem acreditar que essas histórias são apenas histórias têm chances melhores (...) Mas se for uma história, mesmo em minha cabeça, devo estar contando-a a alguém. Você não conta uma história apenas para si mesma. Sempre existe alguma outra pessoa. Mesmo quando não há ninguém. Uma história é como uma carta. Caro Você,

¹⁵Importante ressaltar também que a Aia, em determinado momento, se tornará uma Martha, visto que entrará na menopausa e assim, sua utilidade será outra.

¹⁶ Na obra, a responsabilidade de “doutrinar” as Aia’s no centro de formação, é uma mulher, chamada “Tia Lidyá”.

¹⁷ Esta é uma frase significativa no livro e série "O conto da Aia". Ela diz “Não permita que os bastardos reduzam você a cinzas”. A personagem June encontra essas palavras talhadas em um canto de um armário e, mesmo antes de conhecer seu significado, ler essa frase já faz com que ela se sintam mais forte.

direi. Apenas você, sem nome. Acrescentar um nome acrescenta você ao mundo real, que é mais arriscado, mais perigoso: quem sabe quais serão as probabilidades lá fora de sobrevivência, da sua sobrevivência? Eu direi você, você, como uma velha canção de amor. Você pode ser mais de uma pessoa. Você pode significar milhares. Não estou em nenhum perigo imediato, direi a você. Fingirei que você pode me ouvir. Mas não adianta, porque sei que não pode - June. (ATWOOD, 2006. pg.41)

Estamos, portanto, todas acrescentadas à essa história. Por entre distopia e realidade, tomo as reflexões de June, para ressaltar que, talvez se essa história não fosse sobre uma realidade tão latente, poderíamos dar um fim a ela, ter um controle sobre a mesma. Um digno fim - como possuir o controle total de nossas vidas, de nossas histórias.

Mas estamos aqui, vendo Gilead representado no dia-a-dia, na conjuntura política do Brasil, sob o “projeto” de desgoverno bolsonarista, diante da ascensão fascista que há muito ronda nosso país, nossa sociedade, nossa tão frágil democracia; um poder que nos atravessa e nos subjaz a não-humanidade. Ouso dizer que, as feridas produzidas por esse poder nos remetem ao fato de que a mais potente forma de resistência a essa violência é nos juntarmos... pois *ainda que eles insistam em nos enterrar, nós insistimos em ser sementes*. O maior absurdo é perceber que uma escrita distópica de 1985:6 tem extrapolado seu caráter distópico e se apresentado como forte e indigesta realidade... A obra nos mostra quão profunda está enfiada a raiz do patriarcado. Desnaturalizar os locais socialmente construídos e impostos às mulheres segue sendo uma tarefa e exercício de sobrevivência, ao mesmo passo que é preciso nos mantermos sempre vigilantes de nossos direitos.

Por isso, *Nolite te bastardes carborundorum*, é o que essa obra ecoa sobre, para e com as mulheres.

Referências Bibliográficas

- ATWOOD, Margaret. **O conto da Aia**. Ed. Rocco. 2006:17
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Difusão européia do livro, SP. 1949.
- FEDERICI, Sílvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Ed. Elefante. 2017.
- LAGARDE, Marcela. **delos rios. Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.
- MIGNOLO, Walter D.. **COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2017.
- MIGNOLO, Walter [et.al] **Género y Descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

Enviado em 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

A PEDAGOGIA DA EXISTÊNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO

Elias Gomes da Silva¹⁸

Resumo

Este artigo, de cunho teórico, tem por objetivo desenvolver uma breve reflexão explicitando as possíveis contribuições da chamada filosofia existencialista na construção do pensamento pedagógico, a partir do contexto do Ensino Médio. Trata-se em mais uma vez demonstrar a importância de fundamentos e aportes teóricos, oriundas da filosofia, na efetivação das práticas educativas. A pedagogia da existência, proporciona a elaboração de uma ação docente, aonde o educando é compreendido como um ser autônomo capaz de forjar sua própria história e destino.

Palavras-chaves: Filosofia. Educação. Existencialismo. Pedagogia.

Abstract

This article, of a theoretical nature, aims to develop a brief reflection explaining as possible contributions of the so-called existentialist philosophy in the construction of pedagogical thinking, from the context of High School. Once again, it is a matter of illustrating the importance of theoretical foundations and contributions, derived from philosophy, in the effectiveness of educational practices. A pedagogy of existence, offers an evolution of a teaching action, where the student is understood as an autonomous being capable of forging his own history and destiny.

Keywords: Philosophy. Education. Existentialism. Pedagogy.

Introdução

A chamada *pedagogia da existência* é forjada a partir de algumas diretrizes estabelecida pelo *existencialismo*. Do ponto de vista histórico, o existencialismo enquanto corrente filosófica surge no século XX, mais precisamente, pela instrumentalidade do trabalho desenvolvido pelo filósofo francês Jean Paul Sartre. Entretanto, podemos afirmar, que, os elementos que compõem e fundamentam seus principais pressupostos, já se encontravam previamente, sobretudo em seu estado embrionário, bem antes das propostas de Sartre. Isto é, a ideia de que é possível pensar e estabelecer uma reflexão filosófica, voltada para as questões do real e do existir humano, ou seja, uma filosofia que de fato de importância a concretude da vida e, não simplesmente a capacidade cognitiva do homem (SILVA, 2012, p. 173).

Nesse sentido, bem antes de Sartre desenvolver suas ideias, Pascal e Kierkegaard já apontavam para uma filosofia da existência. O primeiro através do reconhecimento latente das diversas “limitações” contidas na racionalidade humana. Assim, mesmo sendo contemporâneo das propostas enfáticas do racionalismo de René Descartes, Pascal procurava demonstrar que, embora o homem fosse possuidor de um instrumento tão maravilhoso quanto a sua capacidade intelectual, está por sua vez, supostamente não seria autossuficiente. De acordo com o Pascal, a razão isolada, separada da emoção, da intuição e dos sentimentos não passaria de um mero racionalismo árido e, portanto, existencialmente infrutífero. Sua máxima principal era: [...] *O coração tem razões que a própria razão desconhece* (PASCAL, 2015, p. 45). Obviamente que Pascal não está aqui fazendo uma espécie de apologia desenfreada de postura fideísta. Ele não está defendendo a não utilização absoluta da racionalidade. Não podemos nos esquecer que Pascal é considerado um dos grandes

¹⁸ Professor de Filosofia – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP). Especialista em Filosofia Contemporânea (FACEL). Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

gênios do século XVII, sendo inclusive responsável pela “criação” ou a versão mais sofisticada da calculadora no Ocidente. Em várias ocasiões, se vê em Pascal claramente a necessidade de defender o uso da razão humana, entretanto o mesmo deveria sempre estar acompanhado de cautela (PASCAL, 2015, p. 48). Assim, é perceptível que Pascal defenda uma espécie de “filosofia da existência”, pelo menos em seu sentido embrionário.

Na mesma linha de argumento, vem a filosofia de Søren Kierkegaard. Basta uma leitura rápida em qualquer uma de suas obras, para logo perceber prontamente sua disposição em defesa da existência humana. Este, inclusive foi o seu principal projeto filosófico (KIERKEGAARD, 1986, p. 59). Isto é, Kierkegaard postula sobre a importância do desenvolvimento de uma consciência, de uma relação existencial do homem com o mundo e a alteridade. Nessa perspectiva, vislumbra-se a necessidade de uma educação ético-existencial (FRANÇA; LEÃO, 2016, p. 52). Nos moldes de Sócrates, Kierkegaard nos mostra a possibilidade de encontrar aquilo que ainda não nos é conhecido, mas possível de conhecer por meio do processo educacional pautado na ética da alteridade (FRANÇA; LEÃO, 2016, p. 52-53).

Embora, não possamos transformar o pensamento de Pascal, Kierkegaard e Sartre, em uma amalgama conceitual, é compreensível que os pressupostos defendidos por eles, possibilitaram uma mudança significativa na prática de ensino, sobretudo no que diz respeito as concepções tradicionais da relação entre professor e aluno (KNELLER, 1971, p. 91). Para o existencialismo, o professor não está mais primordialmente na sua sala de aula apenas para transmitir conhecimento, ou como um consultor em situações problemas, ou como uma espécie de personalidade para ser imitada. A função do professor é assistir pessoalmente cada estudante, em sua jornada em busca de uma autorrealização efetiva (KNELLER, 1971, p. 91).

Proporcionalmente, em sua perspectiva, a Filosofia da Existência se debruça sobre aquelas questões e problemas até então supostamente não considerados pela Filosofia clássica (SILVA, 2012, p. 173). Subtende-se então, a partir da mesma, aquela crítica acirrada a toda e qualquer forma educacional, que simplesmente valoriza apenas a funções cognitivas e intelectivas do educando. É necessário forjar e estabelecer um ambiente escolar cuja prática educativa permita que professores e alunos se inter-relacionem não apenas com conteúdo cognitivo mas, sobretudo também, através de compartilhamento de áreas e categorias antropológicas importantes tais como: subjetividade, autonomia, criatividade, diálogo, responsabilidade, alteridade, singularidade.

O Existencialismo e o Pensamento Pedagógico

O uso instrumental do existencialismo no pensamento pedagógico é chamado de *pedagogia da existência*. Refere-se a tentativa de se apropriar de alguns elementos típicos e característicos dessa corrente filosófica, aplicando-os exclusivamente na prática educativa. Em geral, os conceitos principais por ela trabalhados são: *autonomia, intuição, autocompreensão, emoção, singularidade* entre outros. Dito de outra forma, o *modus operandi* com que a filosofia da existência estabelece seu filosofar, tem permitido como que cientistas da educação, apontem para práticas educativas que sejam ao menos mais pautadas no diálogo e participação, tanto por parte do educador e principalmente do aluno.

O existencialismo entende, que prática filosófica não deve apenas ocupar-se objetivamente com questões “tradicionais”, mas antes, converter-se num encontro apaixonado com os perenes problemas da vida, particularmente, da vida humana. Para Sartre, o homem é um projeto vivo, caracterizando-se por um movimento perene de negação do que foi (eu passado) na busca do ser que ainda não é (eu futuro, seu desejo de ser). Trata-se de colocar o próprio homem em movimento: [...] *o homem será apenas o que ele projetou ser* (SARTRE, 1987, p.6). É justamente na concretude desse projeto, que ele se forma e passa expressar sua própria subjetividade, constituída a partir das

experiências de um sujeito concreto, passando pela mediação dos grupos aos quais pertence. Isto é, o homem interioriza uma exterioridade, que é sempre de caráter sociológico. Trata-se de um processo diverso em cada indivíduo (porque depende dele como o sujeito) precisa se apropriar de suas experiências de vida e relações, de acordo com as mediações concretas do mundo, presentes na história de vida de cada um, resultando num saber-de-ser que é singular-universal, onde encontramos a inteligibilidade de uma época, que se organiza numa inteligibilidade específica, a do ser daquele sujeito (SARTRE, 1987, p. 6-7).

Para a filosofia da existência, o ato pedagógico, deve preferencialmente ultrapassar os limites convencionais. O processo educativo não pode se limitar apenas a uma abordagem cognitiva (GUSDORF, 1972, p. 18). Isto é, aqueles que se propõe a ensinar, não podem simplesmente submeter seus estudantes a modesta bagagem de leitura, caligrafia, ciência e cálculos. Os processos educativos são complexos. Dentro desse posicionamento pedagógico, a educação precisa ser entendida como uma espécie de “libertação” e autonomia que corresponda uma promoção geral da humanidade no homem (GUSDORF, 1972, p. 18-19).

O existencialismo entende que prática filosófica é uma prática humanista aonde não é possível fechar o indivíduo em si (NOGARE, 1994, p. 149). Ora, que a racionalidade é ponto de partida “obrigatório” para toda produção filosófica é verdade, e, portanto, não se pode abrir mão dela. É compreensível, que somente em termos racionais é possível “salvar” o homem, para que esse não se torne apenas coadjuvante de sua história, mas, sobretudo protagonista (NOGARE, 1994, p. 149). Dito de outra forma, o existencialismo não leva à anarquia, mas se importa em promover o humanismo.

Assim, em termos sartreanos, existe dois tipos de humanismo. O primeiro é aquele que costuma transformar o homem como fim e valor superior. Sartre rejeita este humanismo, por que segundo ele – o homem nunca é fim, pois está sempre por se fazer. O segundo é aquele que toma o homem constantemente como um projeto que está sempre se projetando para fora de si mesmo, construindo-se realizando-se no mundo. Este é de fato o humanismo existencialista, caracterizado por este tipo de *transcendência* e *subjetividade* (NOGARE, 1994, p. 151). Portanto, é sobre essas bases pelas quais é possível pensar a construção de uma pedagogia da existência.

O Ensino Médio e a Vocação para Trabalho

Um dos pontos basilares do Ensino Médio neste país, está preferencialmente pautado na questão do mercado de trabalho. Ora, graças a introdução da LDB nº 9.394/1996, o Ensino Médio passa a ter um objetivo formativo próprio, deixando de funcionar como mera etapa intermediária. Delimitando o respectivo assunto aqui, em seu Artigo 35 incisos I e II se diz: *O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: [...] a preparação básica para o trabalho.* Assim, nas últimas décadas, o Ensino Médio no Brasil vem sendo reconhecido e assumindo como um importante instrumento social na vida de jovens e adolescentes, sobretudo devido à acessibilidade que este proporciona seja no acesso ao Ensino Superior, e, preferencialmente por qualificar os mesmos a ingressarem de maneira efetiva no mercado de trabalho (BASTOS, 2005, p. 2).

Diante deste fato, educadores reconhecem que o ambiente escolar se constitui de um espaço aonde o ser humano vivencia continuamente seu processo de aperfeiçoamento, e acúmulo de experiências que o faz um ser único (OLIVEIRA, 2018, p. 2). Nesse sentido, é importante também que ele saiba fazer escolhas. Trata-se de um processo subjetivo aonde ele constantemente deve ser arguir, de diversos questionamentos tais como: [...] *“será que eu devo evitar fazer aquilo que realmente quero fazer?”*, *“Será que eu deveria viver minha vida como os outros querem que eu viva?”* (DYER, 1976, p. 12).

Proporcionalmente, escolher uma carreira profissional é depositar nela sonhos, desejos e muitas vezes está envolvida a pressão da sociedade e as pessoas que estão presentes na vida do jovem, e dependendo da maneira com que o indivíduo se posiciona, a partir das dificuldades enfrentadas, a sua escolha profissional poderá não ter consequências positivas (OLIVEIRA, 2018, p. 4). O desafio da escolha profissional precisa ser realizado através da liberdade e da autonomia do aluno.

Nessa perspectiva, a concepção de projeto em Sartre define-se como elemento que faz parte da estrutura ontológica do homem, sendo esse o princípio norteador de toda *escolha humana*. O homem é o projeto, e, isto dito, marca a ruptura com a ontologia clássica. Isso quer dizer que cada escolha humana se ilumina pela decisão daquilo que o homem projeta ser (SARTRE, 1997, p. 573). O homem não pode se justificar-se a partir de determinações externas, mas apenas à luz daquilo que decidiu ser e que se revela em seu comportamento.

Em *termos pedagógicos* – cabe aos educadores ser um facilitador nesse processo de decisão e escolha do aluno. Utilizando-se de ferramentas de aprendizagem de maneira estratégica e relevante, é possível minimizar os supostos obstáculos à liberdade. Segundo Sartre, um obstáculo à liberdade, só será definido como obstáculo à luz do que o homem projetou ser. Portanto, não “há obstáculo absoluto”, mas o obstáculo se revela em função do valor dos fins posicionados pela liberdade (SARTE, 1997, p. 69). A partir desses aportes teóricos, a chamada “Pedagogia da Existência” sempre vai entender a concepção do homem como inconcluso e inacabado e por isso mesmo aberto às possibilidades. Subentende-se por inconcluso aquele que é capaz de ser educado. Por isso, não é possível fazer uma reflexão séria sobre filosofia da educação, sem reflexão do próprio homem, sobre a condição humana, sobre as contradições e os contrastes inerentes ao processo de tornar-se homem. Essa é a principal temática desenvolvida pelos filósofos da existência (ALMEIDA, 2013, p. 18).

O Ensino Médio o Exercício da Cidadania

Historicamente o conceito de cidadania foi muito desenvolvido. Na Grécia antiga, cidadania era uma condição social atribuída ao homem livre que vivia na “polis”, cidade-Estado autônoma. Era a condição do homem político, vivendo a nova situação da vida social organizada, uma vez superada a estrutura do clã familiar ou da tribo. No império romano, os cives (cidadãos) eram os titulares dos direitos políticos. Assim, a cidadania greco-romana se formou vinculada ao conceito de responsabilidade pública, de poder social, exercido por aqueles que haviam conquistado um status de autonomia econômica e intelectual.

No Brasil, mais precisamente nas últimas décadas do século XX, nunca se falou tanto em cidadania. É notória e perceptível a presença dessa temática nos meios de comunicação, nos discursos políticos e na legislação. Assim, a cidadania tem se constituído em um dos focos de interesse de diferentes instâncias da sociedade, tais como: movimentos sociais, meios de comunicação, partidos políticos, organizações sindicais, instituições governamentais e não-governamentais e própria educação. A própria LDB nº 9.394/1996, no mesmo artigo 35 inciso II vai afirmar que o Ensino Médio deve garantir: [...] *a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.*

Em *termos pedagógicos* – existem diversas ferramentas de aprendizagem que podem fomentar e desenvolver de maneira concreta e efetiva o exercício da cidadania na escola. Os principais ou mais conhecidos são: Grêmios Estudantil, Conselho de Escola, Conselho de Classe ou Série. Trata-se de práticas educativas que visam o estabelecimento da *Participação*. Nesse contexto, compreender a relevância do conceito de participação é imprescindível. A palavra participação é uma espécie de

categoria pedagógica. Ela está presente da maneira quase que “onipresente” nos discursos político, normativo e pedagógico, tendo transitado de uma “participação espontânea” para uma “participação organizada” (LIMA, 2001, p. 70). Dessa forma, a participação na educação e na escola passou a constituir um princípio democrático consagrado politicamente ao mais alto nível normativo, consolidando o que ele denomina de “participação consagrada” (LIMA, 2001, p. 70).

No Brasil, a partir dos anos de 1980, da mesma forma que em Portugal – desconsiderado o aspecto temporal -, seja por impulso dos movimentos sociais e políticos ou pela sua instituição e regulamentação formal (participação decretada), “a participação na escola transitou do domínio da reivindicação para o da consagração e deste para o da regulamentação; da ilegalidade para a legalidade, de um direito reclamado para um direito instituído e, até, para um dever ética e civicamente justificado” (LIMA, 2001, p. 70-71).

Para *Pedagogia da Existência* os fundamentos de uma educação pautados a partir de uma “participação organizada” servem e muito para estabelecer competências e habilidades nos alunos, caracterizada através de elementos como: autonomia, engajamento, protagonismo, empreendedorismo entre outros. Pensando o conceito de participação na escola, o educador brasileiro Paulo Freire costuma dizer que “não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação (FREIRE, 1967, p. 93). Ele diz: [...] *é possível transitar da “consciência ingênua” para o processo de “conscientização” e para o exercício da “consciência crítica” a não ser pela experiência da participação crítica, ou seja, da “verdadeira participação”* (FREIRE, 1967, p. 93). Para esse autor, adepto de uma pedagogia participativa, a democratização da escola pública se configura como um aspecto crucial pois, ao serem assumidas como espaços de participação comunitária e de cidadania crítica, as escolas poderão contribuir para a criação e a revitalização da esfera pública democrática.

Considerações Finais

Como considerações finais, gostaríamos de destacar a importância supostamente “minimizada” dos componentes curriculares do ensino da filosofia na nova BNCC homologada em 2018. Um dos fatores que tem desencadeados certa preocupação entre os pesquisadores, repousa sobre a possível “não especificidade” da disciplina enquanto ciência autonomia. Isto é, se por um lado a atual *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) advogue a implementação de uma prática pedagógica capaz de fomentar um processo educacional pautado a partir de princípios filosóficos, estes por sua vez, seriam preferencialmente “convidados” e “conduzidos”, a serem diluídos dentro das demais ciências humanas, buscando assim, uma espécie de formação curricular mais “holística” e “integradora”. Entretanto, para os organizadores, em nenhum momento a BNCC defende a aniquilação da filosofia enquanto disciplina autônoma. Seja como for, e, sobretudo, levando em consideração os processos históricos desse país, é preciso garantir que não haja retrocesso, portanto, diálogo e ajustes necessários, são de fato imprescindíveis.

Referências

- ALMEIDA, J. *A Educação em Kierkegaard e Paulo Freire: por uma educação Ético-existencial*. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2013.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 10 maio 2020
- BASTOS, J. C. (2005). Orientação vocacional/profissional de abordagem sócio-histórica: uma proposta de concretização da orientação para o trabalho sugerida pelos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Virtú*, 2, p. 1-7

- DYER, W. W. *Seus pontos fracos*. Rio de Janeiro: Nova Era, 1976
- GUSDORF, G. *Professores para quê?* Lisboa: Moraes Editores, 1972
- FRANÇA, H. A; LEÃO, J. O. A Educação em Kierkegaard: um projeto de melhoramento do homem. *Cadernos Zysmunt Bauman*. vol. 6, num. 11, 2016, p. 51-63
- KIERKEGARD, S. *Ponto de Vista Explicativo de minha obra de escritor*. Lisboa: Edições 70, 1986
- KNELLER, G. F. *Introdução à Filosofia da Educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971
- NOGARE, P. D. *Humanismos e Anti-Humanismos*. Petrópolis: Vozes, 19994
- PASCAL, B. *Pensamentos*. Coleção Folha. São Paulo: Editora da Folha, 2015
- SARTRE, J. P. *Textos Selecionados*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987
- SARTRE, J. P. *O Ser e o Nada*. Petrópolis: Vozes, 1997
- SILVA, E. G. A pedagogia de Otto Friedrich Bollnow entre a filosofia da existência e a filosofia da esperança. *Cadernos de Estudos Sociais* - Recife, v. 27, no. 1, p. 171-180, jan./jun., 2012.
- Enviado em 31/12/2020
- Avaliado em 15/02/2021

TRABALHO INTERMITENTE: FLEXIBILIZAÇÃO OU REDUÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS?

Ghiovana da Rosa Machado Cruz¹⁹

Resumo

O presente artigo se propõe discutir a criação da previsão legal através da Lei nº 13.467 de 2017 do contrato de trabalho intermitente e suas consequências. Para que seja possível tal discussão traz um breve análise histórica e levantamento de possibilidades geradoras para ideologia que permeia a criação do trabalho intermitente, como a doutrina socioeconômica do neoliberalismo e sua aplicação prática na economia brasileira. Considera-se como trabalho intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (art. 443, parágrafo 3º, da CLT, acrescentado pela Lei 13.467/2017).

Palavras-chave: Reforma trabalhista; trabalho intermitente; neoliberalismo.

Abstract

This article aims to discuss the creation of the legal provision through Law No. 13,467 of 2017 of the intermittent employment contract and its consequences. In order to make such a discussion possible, it brings a brief historical analysis and survey of generating possibilities for ideology that permeates the creation of intermittent work, such as the socioeconomic doctrine of neoliberalism and its practical application in the Brazilian economy. Intermittent work is considered to be an employment contract in which the provision of services, with subordination, is not continuous, occurring alternating periods of service provision and inactivity of the employee and the employer, except for aeronauts, governed by legislation (art. 443, paragraph 3, of the CLT, added by Law 13.467 / 2017).

Keywords: Labor reform; intermittent work; neoliberalism.

Introdução

Iniciamos essas linhas com um trecho inspirador e por demasiado citado da Declaração de Direitos do Homem (1789): *"Todo o Homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social"*. Calçado nessa perspectiva e sendo resultado de caminho histórico percorrido pelos cidadãos brasileiros surge a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) através do Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 no governo do então presidente Getúlio Vargas.

Após a criação da Justiça de Trabalho fez-se urgente um ajuntamento e organização de todo o arsenal de legislação trabalhista existente no Brasil com o intuito de regulamentar as relações individuais e coletivas de trabalho, assegurando direitos e deveres para as partes de um contrato de trabalhista, salvaguardando essencialmente a dignidade do trabalhador já considerado um dos maiores objetivos da Declaração de Direito do Homem.

¹⁹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Cultura e Território – Universidade Federal do Tocantins- UFT. Calculista do Tribunal Regional do Trabalho. Contadoria do Foro.

Muitos foram os direitos assegurados na CLT de 1943, a título de exemplificação podemos citar: o registro do trabalhador na carteira de trabalho e previdência social (CTPS), a limitação da jornada de trabalho, a imposição de períodos de descanso remunerados, férias, categorias especiais de trabalhadores, proteção do trabalho da mulher entre outras previsões.

Destacando dos demais ramos do Direito a legislação trabalhista é ampla sendo a CLT, como já dito, uma junção das várias legislações existentes que tratavam sobre os temas trabalhistas não se configurando em criação de um Direito integralmente novo. Existem, ainda, diversas leis espalhadas sobre esse tema.

A finalidade do Direito do Trabalho é estabelecer medidas protetoras ao trabalhador, assegurando condições dignas de labor, apresentando características de natureza tutelar à parte vulnerável, em geral economicamente mais fraca da relação jurídica, buscando uma melhoria das condições sociais do trabalhador.

Em 13 de julho de 2017 foi sancionada pelo então Presidente da República Michel Temer a Lei nº 13.467 que passou a vigorar em novembro do mesmo ano. Tal lei propõe uma reforma na Consolidação de Leis Trabalhista, essas novas regras foram criadas com o intuito de atualizar e reformular a CLT e conseqüentemente modernizar as relações de trabalho.

O governo alega que a CLT está ultrapassada em vários tópicos sendo sua modernização urgente e necessária para a geração de mais empregos e possibilitador de estímulo para a economia do país.

Podemos observar que com a Reforma Trabalhista houve flexibilização em direitos basilares da relação de emprego o que nos faz questionar a segurança jurídica para a parte mais vulnerável do contrato de trabalho.

Para que se tenha maior clareza das mudanças trazidas pela Reforma de 2017 apresentamos um quadro com algumas das alterações realizadas.

Como era	Como ficou
Jornada de Trabalho: A jornada fixada a 44 horas semanais e 220 horas mensais, podendo haver até 2 horas extras por dia	A jornada poderá ser de 12 horas diárias com 36 horas de descanso, respeitando a fixação de 44 semanais e 220 horas mensais (anteriormente esta escala só era utilizada quando mencionada nos acordos coletivos da categoria).
Descanso: O empregado que trabalha por mais de 6 horas diárias, tem direito a no mínimo 1 hora e no máximo 2 horas de intrajornada (horário de almoço) para descanso e alimentação.	O intervalo poderá ser negociado, desde que tenha pelo menos 30 minutos. O tempo “poupado” no intervalo será descontado, permitindo que o colaborador possa deixar o trabalho mais cedo.
Férias: Em casos excepcionais, pode-se parcelar as férias em até 2 vezes.	As férias poderão ser divididas em até 3 períodos, desde que o maior seja superior a 14 dias e os menores de no mínimo 5 dias.
Contribuição Sindical dos Empregados: A contribuição sindical dos empregados é obrigatória. O pagamento é feito no mês de março, por meio do desconto que equivale a um dia de salário do trabalhador. Este valor é repassado ao sindicato da categoria.	A contribuição sindical deixa de ser obrigatória e passa a ser opcional.
Banco de horas: Desde que permitido em convenção coletiva, o banco de horas em um dia de trabalho pode ser compensado em outro dia, com validade a ser utilizado em um ano.	O banco de horas pode ser realizado por acordo individual escrito, desde que seja compensado no mesmo mês.
Negociações: Convenções e acordos coletivos podem estabelecer condições de trabalho diferentes das previstas na legislação desde que ofereça maiores vantagens ao trabalhador do que previsto em lei	Convenções e acordos coletivos poderão sobrepor à legislação. Sendo possível negociar condições de trabalho diferente das previstas em lei, e não necessariamente oferecendo vantagem ao trabalhador.
Demissão: Quando o trabalhador pede demissão ou é demitido por justa causa, o mesmo não tem direito à multa de 40% sobre o saldo do FGTS e nem à retirada do fundo. Em relação ao aviso prévio, a empresa pode avisar o trabalhador sobre a demissão com 30 dias de antecedência ou pagar o salário referente ao mês sem que o colaborador precise trabalhar.	O contrato de trabalho sendo extinto de comum acordo, com pagamento de metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. O trabalhador poderá ainda movimentar até 80% do valor depositado na conta do FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego.
Homologação: Na maioria dos acordos coletivos da categoria, contratos de trabalho extintos quando o colaborador possui mais de 1 ano, a rescisão só é válida caso seja homologada pelo o sindicato da categoria ou Ministério do Trabalho.	A extinção de contrato de trabalho quando o colaborador possui mais de 1 ano de serviço, poderá ser homologada na empresa, com a presença de advogados do empregador e trabalhador.
Home Office: A legislação não atende essa modalidade de trabalho de home office.	Todos os gastos realizados pelo trabalhador em sua casa, como equipamentos, energia, internet, serão formalizados com o empregador via contrato e controlados por meio de tarefas.
Trabalho Intermitente: A legislação não contempla essa modalidade de trabalho.	Contratos em que o trabalho recebe por horas serão válidos, e os direitos trabalhistas serão garantidos ao trabalhador.
Trabalho Parcial: São permitidas contratações com até 25 horas semanais, sem horas extras.	São permitidas contratações de 30 horas semanais totais ou 26 horas semanais, com acréscimo de até seis horas extras.
Direito de Gestante Lactante: Durante a gravidez e amamentação, a mulher deverá ser afastada de sua atividade em ambientes insalubres.	O afastamento da gestante só será realizado da atividade e ambiente insalubre caso seja de grau máximo. Durante a lactação, o afastamento poderá ser realizado em qualquer grau desde que seja apresentado atestado de saúde.
Horas In Itinere: O tempo de deslocamento do trabalhador que utiliza o transporte fretado pela empresa é considerado jornada de trabalho, quando de difícil acesso e não servido por transporte público.	O tempo de deslocamento deixa de ser considerado como jornada de trabalho.

Percebe-se na tabela apresentada que além das alterações em assuntos que já eram previstos na CLT temos a previsão legal de mais duas possibilidades de trabalho que são o *home office* e o trabalho intermitente. Esse artigo pretende debater sobre este último.

Trabalho intermitente

Com a redação da Lei nº 13.467/2017 o artigo 443 da CLT dispõe sobre o contrato de trabalho e prevê a possibilidade da prestação de trabalho intermitente. O art. 611-A, inciso VIII, da CLT, acrescentado pela Lei nº 13.467/2017, prevê que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.

Considera-se como trabalho intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (art. 443, parágrafo 3º, da CLT, acrescentado pela Lei 13.467/2017).

O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não (art. 452-A da CLT, acrescentado pela Lei 13.467/2017).

No contrato de trabalho intermitente, o período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador e não será remunerado. Ficará descaracterizado o contrato de trabalho intermitente caso haja remuneração por tempo à disposição no período de inatividade (art. 4º, parágrafo 2º, da Portaria 349/2018 do Ministério do Trabalho). O prazo de inatividade é indeterminado, sendo este tempo não considerado a serviço do empregador.

O empregador deverá convocar o empregado com ao menos três dias de antecedência por qualquer meio de comunicação eficaz informando a jornada de trabalho, podendo o trabalhador recusar a convocação. O empregado deve responder a convocação em até um dia útil, sendo o silêncio do mesmo considerado como recusa. A recusa não descaracteriza a subordinação da relação de trabalho.

Havendo aceitação do trabalho a parte que descumprir sem justo motivo pagará a outra multa de 50% da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual parte.

Essas são algumas das características desse nova possibilidade de contrato de trabalho prevista na atual legislação. Para chegarmos até a previsão legal desse novo instituto é importante pensar o que proporcionou a construção desse caminho e para tanto faz-se necessário voltar os olhos para História e analisar os fatos numa perspectiva interdisciplinar, o que nos faz pensar no neoliberalismo e suas influências no meio econômico.

O neoliberalismo e a relação de trabalho

Que o neoliberalismo é uma espécie de “volta” com uma nova roupagem aos antigos ideais do liberalismo clássico é fácil de perceber. Podendo ser definido como doutrina socioeconômica que defende a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica. Mas até que ponto o neoliberalismo estaria relacionado com as relações trabalhistas brasileiras em especial com o trabalho intermitente?

Em busca de responder tal questionamento é preciso refletir brevemente sobre a jornada histórica de nossa pátria. Aqui nas terras tupiniquins foi na década de 1980 que o neoliberalismo começou a ganhar espaço devido a crise do Estado desenvolvimentista, unificada na instabilidade da balança financeira e no insucesso dos planos de solidificação monetária.

O conjunto entre vários fatores como forte propaganda midiática, o anseio busca pelo fortalecimento da economia e o desagrado generalizado com o caráter clientelista do Estado brasileiro, confluíram no esteio das regras estabelecidas pelo “*Consenso de Washington*” para a estabilização dos países não desenvolvidos, sendo elas: o combate à inflação; a efetivação das reformas estruturais e a retomada dos investimentos estrangeiros, independentemente das consequências do chamado “custo social”.

A associação do que é público como burocrático, atrasado e ineficiente contribuiu para consolidar a supremacia da privatização, tendo tido como um bote salva-vidas em meio às constantes crises econômicas vividas pelo Brasil. No âmbito jurídico-trabalhista brasileiro, tal ideário proporcionou impactos estruturais de quatro ordens: privatização; terceirização; desregulação e flexibilização. (CATHARINO, 1997)

O instituto do trabalho intermitente promete com principal benefício para ambos os lados do contrato trabalhista a flexibilização o que proporcionaria ao trabalhador mais possibilidades de ganhos e ao empregador, menores gastos com funcionários. Segundo o professor José Martins Catharino (1997) a flexibilização é a capacidade de adaptação do regime normativo e do das instituições à vontade unilateral ou bilateral das partes da relação de trabalho. No Brasil, os principais retratos da flexibilização das normas trabalhistas dizem respeito ao aumento do poder ostensivo dos empregadores no tocante às formas de contratação, às jornadas de trabalho e à política salarial.

Conclusão

No trabalho intermitente a jornada de trabalho é normalmente móvel e mais flexível, permitindo que o empregado receba apenas pelo tempo e labor efetivamente prestado, deixando ao empregador a definição do período que será laborado em cada dia e época.

Na prática, a instituição legal do trabalho intermitente pode gerar a transferência ao empregado, que é a parte mais vulnerável da relação jurídica, dos riscos da atividade econômica e do empreendimento desenvolvido, que, por natureza, devem ser do empregador, por ser titular dos meios de produção (art. 2º. da CLT). Os empregados, evidentemente, também têm as suas despesas mensais, e muitas delas são fixas, necessitando saber, com maior segurança e previsibilidade, o patamar de sua renda, não podendo conviver com tamanha incerteza.

Argumenta-se que a medida permitiria ao trabalhador ter mais de um emprego, o que a tornaria mais vantajosa a ambas as partes. Esquece-se, entretanto, que a exclusividade, em regra, não é um requisito do contrato de trabalho (arts. 2º. e 3º. da CLT). Normalmente, nada impede que o empregado tenha mais de um vínculo de emprego, mesmo sendo fixo o horário de labor.

Na realidade, essa modalidade de trabalho pode favorecer a parte mais forte da relação de emprego, permitindo ao empregado a busca pelo lucro sem assumir o risco inerente à atividade desempenhada.

Além da ausência de demonstração científica de que a medida em questão é apta a reduzir os níveis de desemprego e o fato de até o presente momento- segundo semestre do ano de 2020- não ter se observado diminuição no número de desempregados no Brasil, em termos práticos, o

empregado dificilmente conseguirá conciliar mais de um emprego, ao não saber com maior antecedência o período de trabalho que será efetivamente permitido, bem como quanto tempo ainda terá disponível a cada dia para realizar outras atividades.

Referências

CATHARINO, José Martins. Neoliberalismo e seqüela: privatização, desregulação, flexibilização, terceirização. São Paulo: LTr, 1997. p. 19.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. CLT comentada artigo por artigo. 7. ed. rev. Ampl. E atual. Salvador: Editora JusPosdivm, 2020. p. 428- 432.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p.12.

<https://trt-24.jusbrasil.com.br/noticias/100474551/historia-a-criacao-da-clt>. Acesso em 11/09/2020

<https://conube.com.br/blog/o-que-muda-com-a-reforma-trabalhista/> Acesso em 11/09/2020

<https://jus.com.br/artigos/24508/o-advento-do-neoliberalismo-no-brasil-e-os-impactos-nas-relacoes-de-trabalho> Acesso em 11/09/2020

Enviado 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E AMBIENTE ESCOLAR

Iago Fernandes Xavier²⁰
Marlene Almeida de Ataíde²¹

Resumo

O presente artigo de natureza bibliográfica, tem como objetivo analisar a mediação de conflitos no ambiente escolar na perspectiva de refletir sobre as maneiras que os mediadores encontram para realizar a mediação, bem como averiguar quais são as colaborações que a técnica traz para outros ambientes que não seja tão somente a escola. A escola é um ambiente onde é inevitável a existência de conflitos, pois o conflito é algo inerente ao convívio social, independente de idade, sexo ou cultura. Os acordos e soluções obtidos através da mediação de conflitos mostram-se eficientes e proveitosos principalmente para as partes envolvidas, mas também para a instituição escolar.

Palavras chave: Conflitos. Mediação de conflitos. Ambiente escolar.

Abstract

The present article of bibliographic origin, has the objective analyze conflict mediation in the school environment in the perspective of reflecting about the mode that mediators find to perform mediation, as well as check what are the collaborations that the technique brings to other environments that not only the school. The school is an environment where it is inevitable the existence of conflicts, because conflict is inherent to social interaction, regardless of age, sex or culture. The agreements and solutions obtained through conflict mediation prove to be efficient and useful mainly for the parties involved, but also for the school institution.

Keywords : Conflict. Conflict mediation. School environment.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a mediação de conflitos no ambiente escolar na perspectiva de refletir sobre as maneiras que os mediadores encontram para realizar a mediação, bem como averiguar quais são as colaborações que a técnica traz para outros ambientes que não seja tão somente a escola. É voz corrente que a escola é um ambiente que transforma e desenvolve o ser humano, e ainda, um lugar fundamental para o crescimento do indivíduo na formação de habilidades socioemocionais, pois a criança e adolescente de hoje são os adultos de amanhã. Para a realização deste estudo optou-se por realizar uma revisão da literatura no que tange a resolução de conflitos no ambiente escolar, por considerar que a mediação de conflitos se apresenta como uma ferramenta simples e eficaz, capaz de gerar grandes transformações.

O conflito define-se como um embate entre duas ou mais pessoas, podendo haver injúrias físicas e verbais. A escola é um ambiente onde é inevitável a existência de conflitos, pois o conflito é algo inerente ao convívio social, independente de idade, sexo ou cultura. Fato cabal percebido é que alguns ambientes assim como algumas culturas são mais suscetíveis ao conflito.

²⁰Graduado em Psicologia. Pós-Graduando em Psicologia Organizacional pela Universidade Santo Amaro Unisa –SP.

²¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Docente do Curso de Graduação em Medicina e Pós das Graduações Lato Sensu em Psicologia Social e Residência Multiprofissional em Saúde pela Universidade Santo Amaro – Unisa-SP.

No que tange a estrutura escolar algumas causas de conflitos vêm se apresentando com maior recorrência, e frente a isso são mais facilmente identificadas. O bullying por exemplo, é umas das causas de conflitos mais comuns dentro do ambiente escolar, pois o mesmo é motivado por inúmeras razões, tendo em vista que,

[...] a violência ou o novo termo *bullying*, como é denominado o fenômeno, é um problema mundial, e vem ocorrendo em todos os extratos sociais, e, assume proporções na contemporaneidade. Portanto, faz-se necessário buscar compreender este momento, marcado pelas suas repercussões que tem vitimado crianças e adolescentes na idade escolar. (ATAIDE, 2012, p. 92).

A mediação de conflitos vem para agregar e facilitar a convivência e resolução dos conflitos relacionais, trazendo um diálogo claro e proporcionando a reflexão e aprendizagem aos envolvidos.

Conflito e mediação de conflitos: do que estamos falando?

O conflito é um fenômeno inerente ao convívio em sociedade vivenciado nos mais diversos ambientes, porém alguns ambientes apresentam-se mais propensos ao surgimento do mesmo, como, por exemplo, o ambiente escolar. De acordo com Aulete (2012) conflito define-se por um embate de pessoas que estão lutando, alteração entre duas ou mais pessoas, acompanhada de palavras e expressões injuriosas, ameaças ou luta.

Como o conflito necessita de outros atores para a sua mediação se configura, portanto, como uma forma de se encontrar um ponto de equilíbrio entre duas ou mais partes envolvidas em um conflito. Nesta perspectiva o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2020) define mediação como um processo voluntário que proporciona àqueles que estão enfrentando um conflito a oportunidade e o ambiente adequado para proporcionar uma solução entre as partes envolvidas. Durante a mediação, ambas as partes terão a oportunidade de chegar à solução das questões de forma cooperativa e construtiva. A finalidade do processo de mediação é consolidar acordos que poderá servir de modelo para as relações futuras, em um ambiente colaborativo onde os envolvidos possam estabelecer o diálogo de forma respeitosa e produtiva.

E como se desenvolve o conflito e/ no ambiente escolar?

Inúmeras são as causas para que se desenvolva o conflito dentro da instituição de ensino. De acordo com Martins; et. al., (2016) no ambiente escolar, situações de conflitos que acabam em violência são comumente influenciadas por causas internas e externas; ainda em conformidade com os autores os fatores externos são provocados por condições sócio-econômicas e culturais, envolve, ainda, famílias expostas à violência, além da pressão sofrida por grupos como: amigos e colegas, além de preconceitos étnicos-raciais e religiosos; *bullying* e *bullying* digital. As causas internas normalmente estão relacionadas ao desenvolvimento Biológico, Psicológico, Social e Espiritual; quando falamos em desenvolvimento espiritual não necessariamente há ligação com determinada religião, mas sim como o indivíduo vivencia o seu sagrado. Existem alguns fatores orgânicos que podemos considerar como causa de violência, um exemplo é a depressão em adolescentes que ao contrário do que muitos imaginam não está relacionada a tristeza ou perda de interesse em atividades antes prazerosas, mas sim a irritabilidade. Segundo Fu; et. al., (2000) normalmente adolescentes deprimidos demonstram aumento de irritabilidade e hostilidade.

Outro fenômeno que vem agravando os conflitos no ambiente escolar é, de acordo com Kliksberg (1997) a deserção paterna, fator que agrava as disputas e conflitos, atingindo principalmente as classes mais carentes. Os principais motivos desses acontecimentos é a desigualdade social e a falta de oportunidade de emprego. Segundo Kliksberg (1997) esse círculo

perverso de exclusão aumenta e facilita ainda mais os níveis de violência atingindo especialmente os jovens.

Existem algumas maneiras para superar tais dificuldades e em todas elas a escola desempenha um papel central para fazer essa mediação, pois, É necessário, sobretudo, que gestores, professores e funcionários compreendam a dimensão dos problemas trazidos pelos alunos, construindo um ambiente coletivo de apoio para evitar/superar sentimentos de marginalização e insegurança no espaço escolar. (MARTINS; et., 2016, p. 9).

Na atualidade a escola exerce funções que vai além de questões de ensino e aprendizagem ou com a permanência em sala de aula, de alunos e professores. As instituições escolares precisam se preparar para trabalharem questões adversas, pois são inúmeras as dificuldades no enfrentamento às indisciplinas, situações juvenis e conflitos, o que acaba por comprometer a eficácia da aprendizagem.

Quando dentro do ambiente escolar todos os sujeitos estão suscetíveis a se deparar com uma situação conflituosa, seja como espectador ou como protagonista, a partir dessa suscetibilidade faz-se a importância da habilidade e do conhecimento de técnicas de resolução de conflito por alguém preparado para as situações fortuitas. Existem algumas configurações de conflitos escolares, as mais comuns são: alunos x aluno, professor x professor, professor x aluno, alunos x professor, professor x direção, aluno x direção, direção x professor. Observando que tanto o professor quanto o aluno ou direção são elementos suscetíveis ao conflito, então desenvolve-se a importância de um agente de paz neutro a situação para intervir de forma imparcial sem que haja julgamento de valor ou arbitrariedade. O mediador de conflitos pode estar ligado a instituição ou não, o fundamental é o mesmo ser neutro a situação geradora de conflito. Assim sendo, não interfere de forma prejudicial se o agente de paz é interno ou externo da instituição a pedra substancial faz-se a neutralidade.

Ações para o enfrentamento do conflito

Atualmente a maioria das técnicas de mediação de conflitos é aplicada no sistema judiciário, servindo como ferramenta para auxiliar em processos das mais variadas esferas. Uma área que goza de tal conhecimento em específico é a vara de família. Müller; et. al., (2007) enfatizam que a mediação vem utilizando técnicas da psicologia em especial de algumas abordagens psicoterapêuticas, além de alguns conceitos como: sumarização positiva, o resumo e o enquadre, além de uma escuta tranquila, escutando não somente o conteúdo manifesto, mas o que está subjacente ao mesmo. Outro recurso que passou a ser analisando é a linguagem corporal. Em conformidade com os autores embora ainda que prevaleça a cultura de que um ganha e o outro perde, uma maneira binária de resolução existem outros caminhos e este é o papel da mediação de conflitos, proporcionar novas técnicas e conhecimento científico apropriado e inovador para solucionar conflitos.

Tipos de mediação de conflitos

Na contemporaneidade surgem os motivos que fazem com que o conflito venha a se desenvolver. Frente a este fenômeno na sua esteira vem a importância de diferentes técnicas de mediação, criando assim uma gama de metodologias específicas para cada configuração de conflito.

Estudos desenvolvidos pela universidade de Harvard apontam algumas metodologias possíveis para a mediação, e para este estudo, destacam-se quatro que se avalia importante saber:

Mediação Facilitadora

Na mediação facilitadora ou na mediação tradicional, um mediador profissional tenta facilitar a negociação entre as partes em conflito. Em vez de fazer recomendações ou impor uma decisão, o mediador incentiva os disputantes a chegarem à sua própria solução voluntária, explorando os interesses mais profundos uns dos outros. Na mediação facilitadora, os mediadores tendem a manter ocultas as suas próprias opiniões sobre o conflito. (SHONK, 2020, tradução nossa).

Mediação expedida por Tribunal

Embora a mediação seja normalmente definida como um processo totalmente voluntário, ela pode ser ordenada por um tribunal que esteja interessado em promover um acordo rápido e econômico. Quando as partes e seus advogados estão relutantes em se envolver na mediação, suas chances de um acordo por meio de mediação mandatada pelo tribunal são baixas, pois eles podem estar apenas processando. Mas, quando as partes de ambos os lados veem os benefícios de se envolver no processo, as taxas de liquidação são muito mais altas. (SHONK, 2020, tradução nossa).

Mediação Avaliativa

Em contraste direto com a mediação facilitadora está a mediação avaliativa, um tipo de mediação em que os mediadores são mais propensos a fazer recomendações e sugestões e expressar opiniões. Em vez de se concentrar principalmente nos interesses subjacentes das partes envolvidas, os mediadores avaliadores podem ajudar as partes a avaliar os méritos jurídicos de seus argumentos e fazer determinações de justiça. A mediação avaliativa é mais frequentemente usada na mediação mandatada pelo tribunal, e os mediadores avaliativos costumam ser advogados com experiência jurídica na área da disputa. (SHONK, 2020, tradução nossa).

Mediação Transformativa

Na mediação transformativa, os mediadores se concentram em capacitar os disputantes para resolver seus conflitos e incentivá-los a reconhecer as necessidades e interesses uns dos outros. A mediação transformativa está enraizada na tradição da mediação facilitadora. Na sua forma mais ambiciosa, o processo visa transformar as partes e seu relacionamento por meio do processo de aquisição das habilidades de que precisam para fazer uma mudança construtiva. (SHONK, 2020, tradução nossa).

O mediador e como mediar os conflitos no ambiente escolar

Para o sujeito atuar como mediador de conflitos nos mais variados ambientes como a escola ou fóruns, existem formações e capacitações específicas que subsidiam recursos práticos e teóricos para que o sujeito atue com excelência nas mais variadas configurações de mediação de conflitos.

Desta forma, são inúmeros os benefícios da mediação de conflito, seja inserida no ambiente escolar, organizacional ou judiciário. Evitar que o conflito se agrave e chegar a uma solução pacífica vem se mostrando cada vez mais o melhor caminho a ser trilhado, uma vez que a sociedade moderna está permeada por ambientes propícios ao conflito em muitos casos o conflito facilitado ou agravado pelas ferramentas digitais como: *Whats App, Facebook e Instagram*. Ter uma pessoa capacitada para trabalhar no ambiente conflituoso vem se evidenciando a melhor solução no

que tange ao bom regimento do ambiente, assim como o andamento das ações e funções a serem desempenhadas por cada um.

O conflito quando instalado dentro do ambiente escolar comumente causa uma ruptura abrupta na linearidade do ambiente educacional, entretanto tal acontecimento pode ser experienciado e observado por outra ótica, como ao invés de compreender o conflito como algo negativo, o mesmo pode vir a atuar como agente de transformação, possibilitando, assim, a construção e reformulação das relações no dia a dia, assim como o crescimento dos envolvidos. Para que haja a divergência é necessário a interação com o outro. De acordo com Safatle (2007) o processo de socialização permite a constituição da subjetividade. Então, o conflito não se caracteriza unicamente como um fenômeno adverso as condições escolares, mas também como oportunidade de desenvolvimento e crescimento, otimizando habilidades socioemocionais que serão fundamentais para à vida adulta.

O mediador de conflitos deve exercer a mediação de maneira imparcial, quando necessária a arbitrariedade faz-se a importância da mesma ser manuseada de forma técnica sem a participação dos valores morais/pessoais do mediador. O mediador escuta e observa o conteúdo manifesto de ambas as partes, traçando a melhor estratégia para que ocorra a resolução do conflito, ainda assim o mediador não é aquele que surgira com uma resposta mágica, mas facilitará o desenvolvimento da solução pelos protagonistas do conflito. Outra característica fundamental para que a mediação de conflitos seja efetiva é a voluntariedade dos participantes. De acordo com Possato et al (2016) é necessário que os envolvidos no conflito participem de maneira voluntária e ativa, sendo ainda melhor quando a mediação é solicitada pelos envolvidos, podendo também ser sugerida pela instituição de ensino; é importante frisar que toda ação de mediação não deve ser imposta a força. Ainda em conformidade com os autores é importante destacar a confidencialidade, sempre mantendo e garantindo o sigilo do conteúdo proferido pelas partes envolvidas.

A resolução do conflito é promovida pelas partes, uma negociação onde ambos estejam em conformidade com o acordo e obtenham os benefícios da mediação, evitando a formação de qualquer indicio de que há um “perdedor-ganhador” Possato et al (2016 apud SEIJO & GONZÁLEZ, 2008).

E quem são os mediadores de conflitos ou os agentes de paz inseridos dentro do ambiente escolar? De acordo com pesquisas realizadas por Martins, Machado e Furlanetto (2016) a grande maioria dos processos de mediação é conduzida por mulheres, a participação das mulheres como mediadoras de conflitos no ambiente escolar aparece sendo bem mais altas do que a dos homens. Ainda em conformidade com os autores normalmente a mediação é realizada pelos professores já pertencentes a instituição.

O mediador de conflitos não precisa ser necessariamente um professor da instituição, pode ser um agente mediador externo ou um colaborador de outra área que esteja intimamente ligado às práticas escolares assim como as suas normas e regras.

Com o surgimento do ofício de mediador faz-se importante a delimitação da sua área de atuação. Quando não delimitada a função de mediador, Segundo Possato et al (2016 apud MENEZES,2012) os profissionais tendem a ficar incertos sobre a sua função no ambiente escolar. Tal incerteza se deve ao fato de que, Possato et al (2016) muitas vezes os profissionais dispostos a serem mediadores estão acostumados a atuar em áreas distintas a mediação. Possato et al (2016) destaca que muitos dos mediadores aprendem sua função por tentativas e erros, sozinhos, o que acaba por gerar insegurança em relação ao seu papel. Para Possato et al (2016 apud MENEZES,2012) um dos problemas centrais é a falta de preparo prévio do mediador para exercer sua função, assim como a falta de estrutura da escola para acolher esses profissionais. Outras

dificuldades encontradas são, de acordo com Martins, Machado e Furlanetto (2016) falta de apoio dos pais e ausência dos familiares, assim como falta de integração dos órgãos públicos como Cras-Centro de Referência de Assistência Social e Conselho tutelar. Em concordância com os mesmos autores as facilidades se resumem a palavra, “equipe”; sendo algo fundamental para o bom desenvolvimento de suas funções, assim como a cooperação da coordenação.

Resultados da pesquisa

Com base nos dados analisados ficou evidente os benefícios de programas de mediação de conflitos inseridos no ambiente escolar. Esses benefícios atingem as mais variadas esferas da vida do sujeito, impactando principalmente em seu convívio social com pares assim como no convívio intrafamiliar com os pais ou tutores.

A mediação quando realizada de forma técnica tende a trazer benefícios que vão para além dos muros da instituição de ensino, auxiliam os envolvidos no conflito a procurarem soluções criativas e mais acessíveis para as situações adversas que não ocorrem somente dentro do ambiente escolar, mas também fora dele. Outro fenômeno presente é a associação positiva que a mediação de conflitos possui com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais que são fundamentais para a vida adulta, uma vez que o convívio em sociedade é algo inerente a existência humana.

Fato relevante que foi elucidado é a falta de programas de capacitação para professores e/ou funcionários das instituições de educação que pretendem atuar como mediadores de conflitos, o que acaba por dificultar a ação de promoção da paz. Ficou evidente também a falta de um programa padronizado de mediação de conflitos. Analisando a literatura evidenciou-se à carência de técnicas e planos específicos para mediar os conflitos pertencentes ao ambiente educacional.

Considerações finais

A mediação de conflitos apresenta-se como uma extraordinária ferramenta, tanto para ser utilizada em escolas como em organizações e no sistema judiciário.

Para que os conflitos dentro do ambiente escolar sejam solucionados é imprescindível a presença de um mediador, mediador esse capacitado e munido de conhecimento técnico e teórico para auxiliar nas situações de embate e assim poder proporcionar a conciliação e o crescimento a todos os envolvidos no processo.

Outro ponto fundamental a se refletir é sobre a escola como agente causadora de conflito. Para evitar tais embates é fundamental o olhar atento de professores, diretores e os integrantes da instituição para com os alunos, pois as agressões são realizadas de muitas maneiras diferentes. Cabe ao agente escolar auxiliar na promoção da inclusão e na extinção da marginalização, partindo do pressuposto que a agressão independente da forma causa sofrimento e consequentemente conflito.

Durante as pesquisas foi evidenciado que não há muita pesquisa referente a mediação de conflito no ambiente escolar. Os poucos artigos que foram encontrados em língua portuguesa, em sua grande maioria que tratavam da mediação de conflitos são relacionados ao sistema judiciário. Frente a este fato faz-se a necessidade de mais pesquisas e maiores investimentos em promoção da paz, conciliação e resolução de conflitos no ambiente escolar.

Os acordos e soluções obtidos através da mediação de conflitos mostram-se eficientes e proveitosos principalmente para as partes envolvidas, mas também para a instituição e sociedade.

Referências

- ATAÍDE, Marlene Almeida de. Bullying: um novo termo para denominar a violência na escola. In: **Revista Querubim**. Ano 08 nº18 vol. 2 – 2012. p. 90-96.
- CONFLITO. In: *DICIONÁRIO*, Dicionário online Caldas Aulete da Língua Portuguesa. LEXICON Editora Digital, 2020. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/conflito>> acesso em: 19 out. 2020.
- FUI, Lee; et. al., Transtornos afetivos. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 24-27, Dec. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600007&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462000000600007>.
- KLIKSBERG, Bernardo. *O desafio da exclusão*: para uma gestão social eficiente. São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo; Fundap, 1997.
- MARTINS, Angela Maria; MACHADO, Cristiane; FURLANETTO, Ecleide Cunico. Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 566-592, Sept. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000300566&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Oct. 2020.
- MULLER, Fernanda Graudenz; BEIRAS, Adriano; CRUZ, Roberto Moraes. O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. **Aletheia**, Canoas, n. 26, p. 196-209, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 out. 2020.
- PORTAL EUROPEU DA JUSTIÇA. e-justice. Europa.eu, 2020. Princípios fundamentais da mediação. Disponível em: <https://e-justice.europa.eu/content_key_principles_and_stages_of_mediation-383-pt.do>. Acesso em: 18 out. 2020.
- PORTEUS, Ann. **Conflict Mediation Guidelines**. Stanford.edu. [200-?] Disponível em: <<https://web.stanford.edu/group/resed/resed/staffresources/RM/training/conflict.html>> acesso em: 19 out. 2020.
- POSSATO, Beatris Cristina et al. O mediador de conflitos escolares: experiências na América do Sul. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 357-366, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000200357&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-353920150202992>.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020. Pagina institucional mediação o que é mediação?. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/mediacao/estrutura-administrativa/o-que-e-mediacao>. Acesso em: 18 out. 2020.
- SAFATLE, Vladimir. **Lacan**. 1.ed. São Paulo: Publifolha, 2007.
- SHONK, Katie. **Types of Mediation: Choose the Type Best Suited to Your Conflict**. 2020. Disponível em: <https://www.pon.harvard.edu/daily/mediation/types-mediation-choose-type-best-suited-conflict/> acesso em: 19 out. 2020.
- Enviado em 31/12/2020
Avaliado em 15/02/2021

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONHECENDO O PERFIL DOS COOPERADOS DA COOPERCAUN NO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO – RS

Louise de Lira Roedel Botelho²²

Eduardo Alex Karnikowski²³

Paula Vogt²⁴

Janaina de Lima²⁵

Resumo

Os catadores revelam-se como importantes agentes de reciclagem, sendo que contribuem para uma melhor relação entre ser humano e meio ambiente, dando sobrevida para determinadas matérias. No município de Cerro Largo/RS, é nesta perspectiva que encontra-se a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), logo conhecer e refletir acerca das pessoas, aqui identificados como catadores, que compõem esta cooperativa, torna-se de fundamental importância para ciência da população, visibilidade e melhoria de políticas públicas da área. Assim, por meio da aplicação de um questionário estruturado, abordam-se características e especificidades dos catadores dessa cooperativa, resultando em seu perfil.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis. Resíduos sólidos. Perfil.

Abstract

Waste pickers reveal themselves as important recycling agents, contributing to a better relationship between human beings and the environment, providing survival for certain materials. In the municipality of Cerro Largo / RS, it is in this perspective that is found the Work Cooperative of Waste Pickers United by Nature (COOPERCAUN), soon to know and reflect on the people, identified here as waste pickers, that make up this cooperative, becomes fundamental importance for population science, visibility and improvement of public policies in the area. Thus, through the application of a structured questionnaire, the characteristics and specificities of the collectors of this cooperative are addressed, resulting in their profile.

Key Words: Recyclable material collectors. Solidwaste. Profile.

Introdução

Para enfrentar os principais problemas ambientais, sociais e econômicos resultantes da gestão inadequada dos resíduos sólidos a Lei nº 12.305/10 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que pressupõem a prevenção e a redução na geração de resíduos. Apresentando como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de ferramentas para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (BRASIL, 2019). Sob a Lei 12.305/2010 torna-se responsabilidade do poder público o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, os planos estaduais, os planos microrregionais, os planos de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, e os planos municipais (JURAS, 2012).

²² Pós doutora em Engenharia e Gestão do conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina, docente adjunta II pela UFFS e docente do mestrado Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS, campus Cerro Largo/RS.

²³ Acadêmico do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS.

²⁴ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS.

²⁵ Acadêmica do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo/RS.

A Lei 12.305/2010 torna-se expressiva pois garante: a exigência de planos de resíduos sólidos; sistema declaratório anual de resíduos sólidos; coleta seletiva, sistemas de logística reversa e acordos setoriais; e ainda requer a regulamentação diante do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir); e Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos. Exposto a isso os planos de resíduos sólidos está certamente entre as principais ferramentas regulamentadas pela Lei 12.305/2010 (JURAS, 2012).

Nos sistemas de gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos, a PNRS também veio a contribuir como elemento crucial no entendimento social da ocupação do catador de material reciclável no mercado de trabalho. Assegurando as exigências previstas em lei, a obrigatoriedade da destinação adequada dos resíduos sólidos torna-se uma oportunidade aos catadores, diante do cenário em que o poder público obriga-se investir não só no recolhimento do lixo das cidades, mas garantir que os resíduos sólidos sejam reciclados e destinados adequadamente (YONE STROH, 2016).

Atualmente a atividade dos catadores busca maior reconhecimento na sociedade, unindo grupos que procuram por direitos e reconhecimento de seu papel, sob a atuação que desempenham na atividade de reciclagem, sendo reconhecido como atividade profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego desde 2002 (BRASIL, 2019). Obtendo registro da atividade dos catadores no Código Brasileiro das Ocupações (CBO) o que representou o reconhecimento formal da profissão (SANT'ANA; METELLO, 2016).

Assim surge como possibilidade aos catadores organizarem-se em cooperativas de trabalho para a seleção destes materiais e posterior venda, garantindo renda aos envolvidos nestas atividades, e minimizando a exclusão social. Na busca de mudar a realidade de vida e condições sociais, sendo a única alternativa de trabalho a muitos destes nas questões de trabalho, assim se organizam almejando reconhecimento, renda e inclusão social (MAGNI; GÜNTHER, 2014). Ou seja, por meio da organização conjunta, coletiva e cooperativa, aglomerar e direcionar forças para suprir e atender interesses comuns.

Sob a perspectiva capitalista no alcance do adequado gerenciamento de resíduos sólidos, as cooperativas tornam-se agentes fundamentais no processo de garantia de renda e emprego aos envolvidos. Segundo Soares (2006 apud AUGUSTO, 2017, p. 22) “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” e assim a estruturação de cooperativas vem sendo opção de organização econômica eficaz. Assim a organização cooperativa de catadores além de garantir emprego a população economicamente excluída, proporciona renda de acordo com a produtividade que conjuntamente desempenham atribuições (MAGNI; GÜNTHER, 2014).

Os modelos atuais de cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos obtêm apoio, em maioria das vezes de órgãos públicos, visando destinar adequadamente o lixo produzido nas cidades e gerar ocupação a população menos favorecida (MAGNI; GÜNTHER, 2014). Diante desse contexto, encontra-se no município de Cerro Largo/RS, a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN), cooperativa esta que realiza a triagem/separação dos resíduos sólidos oriundos da coleta seletiva do município, assim passando a comercializar tais materiais.

Com o interesse de conhecer o perfil dos catadores de materiais recicláveis do município de Cerro Largo/RS, o estudo emprega como ferramenta de pesquisa a aplicação de questionários aos sócios cooperados da COOPERCAUN, estes compõem a população estudada. Visto que a

partir do que se obtêm de informações torna-se possível contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do meio em que se vive, permitindo evidenciar fatos e acontecimentos presentes na vida dos “questionados”.

Desenvolvimento

A decorrente necessidade de manter a qualidade de vida das populações garantindo este direito às populações futuras remete a inúmeras ações, entre estas um dos caminhos neste percurso é o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Tais resíduos que representam enorme impacto ambiental e carecem de destinação apropriada conforme regulamentado por leis (BRASIL, 2019).

Os catadores de materiais recicláveis tornam-se importantes agentes diante da atividade de reciclagem, pois retiram do ambiente materiais que podem ser processados e reutilizados, oportunizando sobrevivência na cadeia produtiva. Através deste processo de reciclagem se reduz a extração de novas matérias primas o que minimiza a demanda por recursos naturais, assim como o acúmulo de materiais em aterros ou lixões (FREITAS, FERREIRA; 2015).

No que se refere às funções da atividade dos catadores resume-se em: catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, tanto como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. Contribuindo desta forma no abastecimento das indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgem. (FREITAS, FERREIRA; 2015; BRASIL, 2019).

Sendo a atividade dos catadores de materiais recicláveis reconhecida desde 2002 como atividade profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o PNRS atribui destaque à importância dos catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos, incentivando a criação e a expansão de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Definindo que sua participação nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa, a qual deverá ser priorizada (BRASIL, 2019).

Frente a esta necessidade as cooperativas de catadores surgem como alternativas viáveis a segregação dos resíduos, visando prestar um serviço público a sociedade e garantir renda aos associados (YONE, 2016). Assim destaca-se a Lei nº 11.445/2007, que prioriza a contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, incentivando o fortalecimento das cooperativas que desempenham essas atividades (BRASIL, 2019).

As cooperativas e associações de catadores visam à prestação de um serviço público à sociedade. São organizações que se propõem ao trabalho, ao seu desenvolvimento e a proporcionar sua execução, contudo necessitam de aparelhos legais, econômicos e institucionais para que possam manter-se e para que seus associados tenham a digna contraprestação pelo seu trabalho. Visando a evolução da própria prestação de seus serviços e também para que o valor econômico, gerado por eles, retorne a eles e não seja apropriado como mais-valia em favor de algum atravessador (BAPTISTA, 2015).

Diante deste cenário a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos Pela Natureza (COOPERCAUN) fundou-se a partir da união dos catadores de resíduos sólidos urbanos do município de Cerro Largo, com o apoio de entidades parceiras. Assim a COOPERCAUN foi formada em dezembro de 2016 contando inicialmente com 13 sócios fundadores, onde com a implantação da coleta seletiva no município passaram a desenvolver suas atividades. A partir de então desempenhavam a seleção e comercialização dos resíduos contando com poucos equipamentos e materiais de proteção que proporcionam a viabilidade do trabalho.

Obtendo auxílio de entidades parceiras, órgãos públicos e recursos de emendas parlamentares adquirem mais equipamentos e passam a desempenhar suas atividades em uma central de triagem, que oficialmente inaugurou sua sede em 6 de dezembro de 2018, contando com o espaço para o processamento dos materiais que venham a ser comercializados.

A cooperativa tem por objetivo proporcionar aos seus associados postos de trabalho mediante o esforço pessoal e direto, aprimoramento da atividade profissional através de uma organização conjunta prestando serviços em geral e também atuando na área de coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos e em sua comercialização, tudo com base na colaboração recíproca. Desta forma, os cooperados atuam na separação, pesagem, armazenamento e comercialização dos materiais que têm potencial reciclável, vindo a organizar-se de maneira democrática, prezando pela condição cooperativa.

Metodologia

Nesta pesquisa, todos os cooperados da COOPERCAUN do município de Cerro Largo/RS, sendo 15 cooperados, participaram do estudo. Quanto aos questionários, como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 2002).

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, sendo que os dados obtidos foram tabulados e sistematizados com apoio do Libre Office (software gratuito), e transformados em gráficos, tabelas e quadros. Logo, conhecer e refletir acerca das pessoas, aqui identificados como catadores, que compõem esta cooperativa, tornam-se de fundamental importância para ciência da população, visibilidade da profissão e melhoria de políticas públicas da área. Assim, foi aplicado o questionário de característica estruturada composto por variáveis de natureza qualitativa.

Resultados e discussões

Analisando os dados coletados pela pesquisa se obtém dos resultados que proporcionam compreender melhor o perfil dos sócios cooperados da COOPERCAUN, no que tange a identificação do perfil quanto a escolaridade, gênero, estado civil, membros da família e experiência profissional.

Apresentando a distribuição por faixa etária dos sócios cooperados da COOPERCAUN, verifica-se a média de idade em 39,5 anos, sendo a mínima idade observada 19 anos e a máxima 63 anos. Assim os dados obtidos apontam que a média de idade entre os indivíduos demonstra a atividade sendo executada por indivíduos adultos, contudo ainda se observou a participação de indivíduos idosos com mais de 60 anos e jovem com 19 anos de idade trabalhando com material reciclável. Cabe ressaltar que no Brasil, a média de idade das pessoas que declaram-se catadores de material reciclável é de 39,4 anos, o que varia de região para região, sendo que no Nordeste a média deste público é de 38,3 anos (IPEA, 2013).

Tratando-se de gênero da população investigada, entre os 15 questionados, 11 indivíduos são do sexo feminino o que corresponde a 77,33 %, e apenas 4 indivíduos do sexo masculino, o que é representado por 26,67 % dos questionados. Diante destas informações percebe-se a presença significativa de mulheres desempenhando a atividade de segregação do material na população investigada, o que se mostra como fator um tanto inusitado, uma vez que, de acordo com o censo populacional de 2010, dois terços dos indivíduos que declararam sua renda proveniente da coleta de materiais recicláveis, corresponde ao sexo masculino (SILVA, 2017).

Sob a análise do perfil a partir da escolaridade, salienta-se que todos catadores questionados tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Mesmo assim, percebe-se a baixa escolaridade dos indivíduos, o que repercute na concentração dos que cursaram somente até o ensino fundamental, correspondendo à 14 catadores que foram questionados. Observa-se que somente 1 respondente dentre os 15 cursou o 1º ano do ensino médio. Notavelmente sob as informações obtidas na pesquisa é evidente a baixa escolaridade dos indivíduos pesquisados, sendo um entre os fatores que em vários casos que levam as pessoas a estarem mais sujeitas ao desemprego e/ou optarem por trabalhar com a separação de material reciclável.

Outra condição investigada para compreender o perfil da população estudada foi o estado civil dos mesmos, o que revela 7 indivíduos (47%) destes serem solteiros, correspondendo assim a maioria dos indivíduos serem solteiros, 5 (33%) casados e 3 (20%) separados. A respeito do convívio familiar, vale mencionar que 11 respondentes dividem a casa onde moram com 2 a 3 filhos, sendo que a soma destes equivale a 29 filhos com idade de 3 até 27 anos. Ainda, em face dos cônjuges, tem-se o total de 6 pessoas, sendo 2 esposas e 3 maridos, o que acaba por encerrar os questionamentos acerca das características, vivência e convivência da amostra de catadores no município de Cerro Largo/RS.

Ao refletir sobre aspectos funcionais e laborais do grupo de catadores da COOPERCAUN, nota-se uma média de 12 meses (ou 1 ano) na atividade de catador, tal médias encontra-se dispersa entre o período de 1 mês a 3 anos nesta função. Quanto aos rendimentos mensais oriundos do trabalho de catador, obteve-se uma média de R\$ 636,20 mensais, variando de acordo com cada catador respondente. Questionados sobre a experiência profissional, onde permite-se apresentar sobre o vínculo formal e informal, verifica-se que em ambas condições obtêm destaque para as atividades de construção civil e serviços domésticos. Observando quanto ao tempo de atividade formal destaca-se o tempo entre 0 a 2 anos.

Questionados sobre a forma como se mantém informado, chegou-se ao seguinte resultado, 7 indivíduos (47%) utilizam-se da televisão; 5 (33%) da internet; 4 (27%) do rádio; 4 (27%) se mantém informados em conversas com outras pessoas e 2 respondentes (13%) se informam através de jornais e revistas. Quanto às atividades realizadas em horas vagas, encontra-se predominância em cuidar da casa e dos filhos, descansar, assistir televisão e ouvir rádio. Em ambas perguntas, o respondente poderia assinalar mais de uma alternativa/resposta.

Por meio da aplicação do questionário, também pôde-se aferir que a maioria dos catadores, exceto 1 respondente, moram em outro bairro em relação ao lugar onde desempenha seu trabalho de catador, sendo que mais da metade do grupo reside no bairro Esplanada, logicamente, na cidade de Cerro Largo/RS. Maneira que 11 catadores (73%) possuem casa própria, onde o restante (4 indivíduos) alugam sua moradia, onde conta que em 5 ocorrências a moradia possui de 3 a 4 peças; 7 respondentes apontaram que sua casa possui de 5 a 6 peças; 2 indicaram que possuem mais de 6 peças e 1 catador mencionou que a casa possui 1 a 2 peças.

Em todos os casos, os catadores mencionaram que possuem água encanada, luz, saneamento básico, banheiro, fogão e geladeira em suas respectivas casas. Ainda, 14 respondentes (93%) expuseram que contam com coleta de “lixo”; 13 catadores (87%) apontam possuir televisão. Vale ressaltar que o instrumento de pesquisa permitiu verificar que todos catadores possuem aparelho celular, inclusive em 7 ocorrências (47%), a moradia possui conexão com internet.

Ao integrar os questionamentos presentes no instrumento de pesquisa, pode-se refletir sobre o conjunto de informações prestadas pelos próprios catadores de materiais recicláveis da COOPERCAUN, fato que viabiliza a construção de um perfil comum quanto à categoria no município de Cerro Largo/RS. Assim, com a definição de características e elementos compartilhados entre estes catadores, permite-se traçar condicionantes sobre as pautas do identitarismo, visibilidade, dentre outros fatores que circundam o contexto de vida e trabalho do público aqui identificado e estudado.

Considerações finais

Ao levantar o perfil dos catadores de materiais recicláveis no município de Cerro Largo/RS, neste caso, representados pelos trabalhadores da COOPERCAUN, fundamenta-se que houve êxito quanto ao objetivo de conhecer este perfil. No que se pretende conhecer a partir do estudo desenvolvido, as informações obtidas levam a compreender que o baixo nível de escolaridade e ausência de alternativas levam a maior parte dos indivíduos a optar por trabalhar na condição de catadores, como agentes de reciclagem.

Assim, 93% dos questionados optaram por esta atividade pela falta de haver alternativas. Outro fator que interfere na escolha de desempenhar a atividade se dá por estar o local de trabalho próximo a residência e ainda ter amigos ou conhecidos desempenhando a mesma atividade.

Portanto, com a ciência e conhecimento do perfil de catadores pode-se evidenciar pontos que melhor direcionam as políticas e auxílio público no âmbito municipal. Da mesma forma, como já destacado, o traçado de elementos comuns entre catadores, oportuniza melhor compreensão de fenômenos quanto à sua atuação, posicionamento e comportamento perante sociedade. Por conta disso, tem-se a importância da compreensão da forma como estas pessoas, sobretudo, trabalhadores, encontram-se no contexto em que vivem.

Referências

- AUGUSTO, Alexandre Romero. **Segurança e saúde no trabalho de catadores de materiais recicláveis: formação continuada em educação ambiental**. 2017. 89 p. dissertação (mestrado em ensino em ciências da saúde do meio ambiente) - Fundação Oswaldo Aranha, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, 2017. Disponível em: <http://sites.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecasma/arquivos/2017/alexandre-romero.pdf>. Acesso em 08 dez. 2019.
- BAPTISTA, Vinícius Ferreira As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.141-164, jan./fev. 2015.
- BRASIL, **Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>> Acesso em: 27 nov. 2019.
- BRASIL, **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos.html>> Acesso em 27 nov. 2019.
- CARMO, M.S. A semântica “negativa” do lixo como fator “positivo” à sobrevivência da Catação – Estudo de caso sobre a associação dos recicladores do Rio de Janeiro – In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração- ENANPAD**, Brasília-DF, 2005.
- FREITAS, D. G; FERREIRA, F. P. M. Perfil dos catadores de materiais recicláveis nos lixões de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.25, n.44, p.1-15, jul-dez. 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAIR Jr, J *et al.*, 2005. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IPEA, **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/130820_relatorio_situacao_social_nordeste.pdf> Acesso em: 16 dez. 2019.

JURAS, I. da A. G. M. Legislação sobre resíduos sólidos: a Lei 12.305/2010 e exemplos de países desenvolvidos. **Cadernos ASLEGIS**, n.45, p.121-146, jan./abr. 2012.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

MAGNI, A. A.C.; GÜNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.23, n.1, p.146-156, 2014.

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela de. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis um encontro nacional**. Rio de Janeiro:Ipea, 2016. p. 21-44.

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7413/1/td_2268.PDF>. Acesso em 08 dez. 2019.

YONE, Paula S. Cooperativismo, tecnologia social e inclusão produtiva de catadores de materiais recicláveis. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 247- 266.

Enviado em 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

(IN) JUSTIÇA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO “JUSTIÇA”

Luiz Antonio Dias²⁶

Kátia Silva Simões²⁷

Resumo

Nesse artigo promovemos uma discussão sobre o racismo estrutural, tendo como pano de fundo o documentário “Justiça” – produção que apresenta um olhar sobre a sociedade brasileira através do sistema judiciário do Rio de Janeiro. Através da promoção de um breve debate sobre suas raízes históricas e da análise de dados do DEPEN, buscamos contribuir para o debate sobre a violência policial, a seletividade do sistema penal e o processo de encarceramento em massa de jovens negros e pobres no Brasil.

Palavras Chave: Racismo; Violência; Encarceramento.

Abstract:

In this article, we promote a discussion on structural racism, with the documentary “Justice” as a background - a production that presents a look at the Brazilian society through the judicial system of Rio de Janeiro. By promoting a brief debate about its historical roots and analyzing DEPEN data, we seek to contribute to the debate on police violence, the selectivity of the penal system and the process of mass incarceration of young black and poor people in Brazil.

Keywords : Racism; Violence; Incarceration.

O objetivo desse artigo é contribuir para a discussão premente e necessária acerca da violência institucional que atinge um grupo muito específico de brasileiros composto por jovens, negros, pobres e periféricos. O documentário *Justiça*, de 2004, dirigido por Maria Augusta Ramos, que apresenta cenas cotidianas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, será nosso pano de fundo, nosso instrumento de provocação e inquietação.

Além de mostrar cenas de audiências e julgamentos, o documentário, também apresenta registros das relações familiares e cotidianas de parte dos envolvidos, sobretudo dos réus e da Defensora Pública, em um claro movimento de humanizar esses indivíduos.

Para embasar nossa discussão acerca da violência institucional, tanto na perspectiva policial quando judicial, buscamos trabalhar com documentos produzidos pelo próprio sistema – em especial, relatórios do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional); Secretaria Estadual de Segurança e o Atlas da Violência do IPEA (2020). Ao longo do texto, apontamos para a violência histórica que atinge esse grupo e procuramos inferir algumas razões para essa situação.

²⁶ Doutor em História Social pela UNESP-Assis (2000), pós-doutorado pela Universidad de Córdoba (2015). Professor no Programa de Pós Graduação em História da PUCSP e no Programa de Mestrado Interdisciplinar da UNISA (SP).

²⁷ Mestranda do Programa Interdisciplinar da UNISA (SP). Pesquisadora do CISGES – Gênero, Mobilidade e Fronteiras: interdisciplinaridade e construções identitárias e Psicóloga.

(In) Justiça

O documentário não pretende dissecar o sistema prisional ou o sistema de justiça do país - não traz dados, não traz estatísticas - no entanto, na apresentação dos casos é impossível não perceber a injustiça do sistema. Abre o documentário um indivíduo cadeirante - que foi preso e agredido por policiais - solicitando ao juiz, após alegar sua inocência, uma transferência para um espaço que possa lhe possibilitar alguma dignidade para práticas cotidianas de higiene pessoal. O olhar do juiz, do alto de sua autoridade, dizendo que ele deveria apresentar uma recomendação médica e, que isso, não é de sua alçada é sintomático.

Talvez o mérito do documentário seja exatamente esse, mostrar as pessoas e não os números. Em um país com quase 800.000 presos, dos quais, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 1/3 são provisórios (sem condenação), os números superlativos não comovem nem dão a dimensão do que ocorre no dia a dia do sistema prisional. Quando nomeamos, humanizamos os sujeitos históricos. Dar nome aos números é fundamental para pensar uma reforma do sistema. Neste sentido, é interessante perceber que sobrenome, nos créditos finais, são apenas para juízes, promotores e defensores, aos réus - ou por cuidado ou por descuido - só restou o nome.

Cabe ressaltar, que o fato de estarem sendo filmados – réus, juízes, promotores, defensores, carcereiros – pode ter funcionado como um "filtro". Excessos e absurdos podem ter sido autocensurados, mas ainda assim o que fica é assustador. A violência do sistema salta aos olhos na forma como os presos são tratados. A postura dos carcereiros, os atentados aos direitos básicos de saúde e dignidade expostos através das imagens de celas superlotadas e as falas e olhares, em especial, da juíza – Fátima Maria Clemente - que recaem sobre réus e, mesmo, testemunhas de defesa, parecem indicar uma condenação *à priori*.

Importante indicar que percebemos um "olhar mais humano" do, e sobre, o juiz Geraldo Prado, que julga o caso de dois jovens presos por tráfico de drogas. O juiz é mostrado em sua casa, conversando com familiares, em sala de aula. O caso que ele acompanha é de dois indivíduos, supostamente, presos com drogas. Chama a atenção a fragilidade física e emocional de Alan, um dos acusados, um garoto de 18 anos, com apenas 38 kg. Órfão que vive com sua avó, apesar de alegação de inocência e da, aparente fragilidade das provas, Alan foi condenado a 4 anos de reclusão, convertido em pena de prestação de serviços comunitários.

A Defensora Pública, Maria Ignez Kato, também é mais humanizada dentro do documentário. Filmada em situações cotidianas, como um almoço familiar, ela expõe sua decepção com um sistema que promove o encarceramento em massa de pobres.

Junto com essa questão social aparece de forma implícita a questão racial. Em um país com história de violência contra negros, o sistema prisional não seria diferente. E, o racismo estrutural se faz presente também no sistema judiciário. Para Juliana Borges,

Esta população prisional não é multicultural e tem, sistematicamente, seus direitos violados. A prisão, como entendemos hoje, surge como espaço de correção. Mas mais distorce do que corrige. Na verdade, poderíamos nos perguntar: alguma vez corrigiu? E corrigiu para o quê? Os resquícios de tortura, como pena, permanecem, apesar de, segundo à tradição, a privação da liberdade é que seria o foco punitivo. (2018, p. 15)

Além de mostrar a questão racial, a autora indica a importância de pensarmos para que serve a prisão? Qual o sentido da pena?

No documentário nos chama atenção a situação de pobreza, a orfandade, a monoparentalidade, já que, repetidamente, são mães e avós acompanhando seus filhos e netos. Em cerca de duas horas de documentário, temos uma pequena amostra das mazelas que atingem, historicamente, esse grupo marginalizado, dentro e fora do cárcere.

É possível perceber também como estereótipos ou construções sociais referentes aos comportamentos e trajetórias das pessoas contribuem para as decisões legais tomadas em relação aos atos por elas cometidos. A insistência dos juízes em afirmar a reincidência de alguns, bem como o questionamento sobre as relações familiares e até a vinculação direta do ato de soltar pipa à atividade de olheiro, destacam o esforço no sentido de estabelecer padrões constitutivos da identidade de um determinado grupo.

E, assim, o abandono escolar, a ausência de oportunidades no mercado formal de trabalho, as poucas opções de lazer e até a falta de acesso a nutrição adequada e à serviços de saúde deixam de ser violações de direitos para se constituírem como indicadores da disponibilidade dos sujeitos para o crime e provas da intencionalidade de seus atos.

Cabe ainda destacar que mesmo a constatação de que os personagens (réus) já passaram pelo sistema socioeducativo ou prisional, não é capaz de provocar em nenhum momento, em juízes e promotores, o questionamento sobre a ineficácia do encarceramento como estratégia de ressocialização. Pelo contrário, também a reincidência é lida como um fator determinante para a afirmação e delimitação de quem são os criminosos. Criminosos que, a cada nova entrada no sistema, fortalecem a leitura de que há sujeitos que não merecem as oportunidades que o Estado – repressivo e violador de direitos -, insiste em lhes ofertar.

Violência estatal e Racismo Estrutural

A violência do estado contra determinados grupos é histórica - não caberia nas páginas de um artigo analisar esse processo todo que teve início com a chegada dos europeus e é mantido até hoje. Assim também, o racismo existente na sociedade brasileira. Ainda que o debate remonte ao final do século XIX, a prática de violência e segregação iniciou-se com o próprio processo de escravidão.

As discussões mais recentes sobre o racismo passam pela definição de algumas dimensões e, aquela que nos importa aqui, é a dimensão estrutural. Segundo Almeida,

“O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais [...] algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. [...]. As instituições são racistas porque a sociedade é racista. (2018, p.36)”

Assim, temos que entender que o estado, como um todo, é uma representação dessa estrutura racista, tanto o sistema repressivo que executa jovens negros, quanto o sistema judiciário que encarcera os sobreviventes, ecoam o racismo da sociedade, o estado não é neutro, suas instituições não haveriam de ser.

Nesse mesmo sentido, não podemos entender a violência policial como algo alheio ao restante da sociedade, pois vivemos em uma sociedade que apresenta, também, uma “violência” estrutural. Historicamente observamos a violência das polícias, braço forte do estado e único representante dele em muitas comunidades periféricas, contra pobres e negros. Violência alimentada e legitimada por boa parcela da sociedade que acredita que esse é o caminho para a

redução de indicadores de criminalidade. Assim, nos encontramos inseridos em um ciclo violento incessante que já não nos permite separar a violência do estado, de nossa própria violência.

Sidney Chalhoub, em seu livro “Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial”, discute mecanismos de controle social no Rio de Janeiro do final do século XIX, mostrando como o conceito de “classes perigosas” se instalou por aqui. Nos parece que os debates acalorados entre os parlamentares brasileiros, sobre quem seriam esses “seres perigosos”, acabaram se mesclando com o racismo estrutural. E, assim, o negro tornou-se o alvo preferencial dessas análises, segundo nossos intelectuais, do final do séc. XIX e início do séc. XX. Conter a violência e ociosidade dos negros seria uma dura tarefa para o pós-abolição. Consolida-se, desta forma, a ideia de que negros são suspeitos preferenciais e o estado o grande responsável pelo controle. A polícia, ainda hoje, utiliza esses pressupostos na divulgação da sua função institucional, na formação de seus policiais e na implementação de suas ações.

Percebemos um processo complexo de enraizamento, de forma orgânica, dessas ideias, que permanecem fortes ainda hoje. Assim, as estruturas racistas são alimentadas por um pensamento racista e, por sua vez, estruturas racistas “confirmam” e validam ideias racistas. Como nos alerta Almeida, “[...] o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a *guerra às drogas*.” (2018, p.52, grifos do autor)

Antes de dar prosseguimento à discussão fundamental sobre os impactos do racismo no olhar social e, conseqüentemente, na avaliação e decisão de juízes, nos cabe destacar a insistência desses atores em um discurso de fortalecimento da guerra às drogas.

Na audiência de Alan, o juiz insiste na pergunta sobre o uso de drogas, no caso, maconha. Mesmo o réu afirmando ter feito uso há sete meses, a pergunta é novamente feita a sua avó respaldada pela necessidade de saber se essa conduta foi levada ao conhecimento médico, devido a já citada fragilidade de saúde do jovem. A avó afirma ter tomado as providências que lhe cabiam quando tomou ciência do fato, a saber, “dado uma coça nele”. O juiz insiste e pergunta se ela nunca tinha tido notícias de que ele vendia drogas. A avó esclarece o encaminhamento do jovem ao psicólogo, frente a insistência do juiz. Neste momento, a defensora pública pergunta para a avó se o encaminhamento psicológico se devia a outros problemas apresentados pelo réu ou especificamente ao uso de maconha. E a resposta da avó aponta para a perda da mãe, ainda muito cedo, e os problemas socioemocionais que essa situação gerou em uma criança.

Esse momento do documentário é de grande relevância porque nos afirma uma questão muito importante em relação às prisões e apreensões em comunidades periféricas sob forte atuação do tráfico de drogas e/ou milícias. Em grande parte desses procedimentos, as testemunhas de acusação são os próprios policiais que realizaram a ação ou operação. Isso acontece pelo medo dos moradores das possíveis represálias. No caso específico do documentário, o policial-testemunha, afirma que os dois jovens foram abordados porque estavam em uma atitude suspeita. Frente a pergunta do juiz sobre qual atitude suspeita, ele responde: “estavam lá no largo onde é a boca de fumo.” Nenhum dos dois estava com armas no momento da abordagem, ainda segundo o policial. Que também disse que as armas foram encontradas posteriormente em um local para onde eles, o pessoal da boca, costuma correr para se esconder. Alan portava uma bucha de maconha e uma quantia não especificada, pelo policial, em dinheiro. Mas teve contra ele, apresentada pelo ministério público, a acusação de estar armado e portar maconha e cocaína, fora a suposição de associação com um outro sujeito (possivelmente traficante).

Outro ponto que não nos pode passar despercebido nesta passagem do documentário: trata-se de um policial negro, com erros gramaticais característicos de baixa escolaridade,

reproduzindo olhar e conduta excludentes sobre jovens possivelmente com histórias bem próximas a sua. O que os torna diferentes e estabelece uma relação de poder, naquele recorte determinado de espaço e tempo, é a farda. Mas nossa realidade nos leva a acreditar que os dois enfrentam cotidianamente a mesma face violenta de uma sociedade que determina pela cor, trajetórias e lugares sociais para seus indivíduos. E de um estado que estabelece quem são os sujeitos que podem colocar suas vidas em risco para o alcance de seus objetivos.

Nesse sentido, o episódio recente envolvendo uma juíza da 1ª Vara Criminal de Curitiba (PR), vem reforçar essas premissas, em sua sentença para uma acusação de roubo e formação de quadrilha, escreveu sobre um dos réus que “Seguramente integrante do grupo criminoso, em razão da sua raça, agia de forma extremamente discreta os delitos e o seu comportamento, juntamente com os demais, causavam o desassossego e a desesperança da população, pelo que deve ser valorada negativamente.” Além de reforçar a tese de culpa por conta da “raça”, a juíza também utiliza esse elemento para a dosimetria da pena. Isso mostra o quanto as estruturas continuam impregnadas com as ideias e teorias racialistas do final do século XIX.

Destacamos o importante trabalho de Schwarcz (1987) sobre a segunda metade do século XIX e a representação do negro - que mostra como a imprensa também contribuiu para a criação, divulgação e consolidação de várias teses que sustentavam a inferioridade e violência dos negros.

A autora resgata, com grande propriedade, a representação dos negros nos jornais paulistanos no final do século XIX. O negro era apresentado como violento, fruto de sua luta contra o branco e de uma selvageria própria de indivíduos animalescos. Apresentavam uma incapacidade genética de se cuidarem, tornando-se presas fáceis para os vícios. Além disso, eram vistos como degenerados, em função de suas “práticas bárbaras” como o samba e a capoeira, que sempre acabavam em confusão e mortes. Aliás, em todos os crimes nos quais o criminoso era desconhecido, suspeitava-se de negros. Acreditamos que uma rápida passada pelos jornais do início do século XXI, nos mostraria que parte dessas “análises” continua sendo difundidas pela imprensa ainda hoje.

Corpos negros no chão; corpos negros nas celas

Caldeira (2000) aponta em sua obra que, em 1992, a Polícia Militar de S. Paulo matou 1.140 pessoas (a maior parte na capital e região metropolitana), representando mais de 20% de todos os homicídios nessa região, ao passo que em Los Angeles (EUA) esse índice foi de “apenas” 2,1% e em Nova Iorque de 1,2%.

De 1992 para cá, essa taxa de letalidade em São Paulo cresceu e alguns episódios apontam para ações de extermínio puro. Como nos alerta a autora, historicamente o estado buscou criar mecanismos para justificar e “legalizar” essa violência. “Paradoxalmente, mesmo as camadas trabalhadoras, que são as principais vítimas dessa violência, apoiam algumas de suas formas” (p. 136). Para a autora a violência é uma norma institucional, sobretudo na polícia, mas também no universo privado (cf. p. 139).

Isso seria decorrente de um processo de deslegitimação, ou descrédito, do sistema judiciário e, dessa forma, tanto o indivíduo quanto o estado entrariam em um ciclo de “vinganças”. Assim, parte da população não apenas apoia, como também exige esses atos de vingança. Do sistema judiciário, por sua vez, cobram maior rigor, exigem alterações legais. E, assim, propostas de redução da maioria penal e a defesa da pena de morte proliferam, como um instrumento de aprimoramento do ciclo de vinganças.

Em 2015, a polícia militar foi responsável por cerca de 26% dos homicídios na cidade de São Paulo²⁸, esses dados assustadores reforçam as teses da existência de um “genocídio da população negra”.

Mesmo com uma queda da violência letal no Brasil, apresentada pelo último relatório do IPEA (2020), verificamos que as taxas continuaram muito elevadas, sobretudo, quando promovemos um recorte etário, de gênero e racial. O relatório indica que mais de 55% dos óbitos da juventude masculina foi homicídio (cf. p. 20), com relação aos negros a situação é ainda mais grave:

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos (IPEA, 2020, p. 47)

Cabe destacar também, que o próprio relatório levanta alguns problemas pois o número de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) aumentou mais de 25% em 2018, com relação a 2017, isso provavelmente manteve oculto parte dos homicídios, assim o ano de 2018 figurou como “[...] recordista nesse indicador, com 12.310 mortes cujas vítimas foram sepultadas na cova rasa das estatísticas, sem que o Estado fosse competente para dizer a causa do óbito, ou simplesmente responder: morreu por quê?” (IPEA, 2020, p. 9).

Cabe ressaltar que se os negros possuem maior chance de serem vítimas de homicídios dolosos, também são alvos preferenciais do sistema judiciário. O sistema como um todo, e o direito penal em particular, atua no sentido de proteger os interesses de determinados grupos, a valorização do patrimônio em detrimento da vida é explícita em nosso código penal - discussão longa que não caberia nas laudas desse artigo – e contribui para a ampliação das desigualdades sociais e raciais.

Pelo olhar da criminologia radical, a análise empírica das estatísticas oficiais demonstra claramente a ‘natureza classista’ da definição legal de crime e da atividade dos aparelhos de controle e repressão social como a polícia, a justiça e a prisão, concentradas nos pobres, os membros das classes e categorias sociais marginalizadas e miserabilizadas pelo capitalismo. (GONÇALVES, 2015, p. 225)

Quando observamos os dados do DEPEN, de 2020, verificamos que o sistema penitenciário reproduz, em certa medida, a violência social. Entre os grupos etários mais numerosos temos os jovens de 18 a 24 anos compondo quase 24% da população carcerária, em segundo lugar aqueles com idade entre 25 e 29 anos, quase 22%. Cabe destacar que nesse computo de mais de 330 mil jovens encarcerados, devemos adicionar os menores de idade, que não estão no sistema prisional, mas estão apreendidos. Segundo levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) tínhamos no Brasil em 2018 mais de 22 mil adolescentes internados.

Os números do DEPEN mostram que 95% dos presos são homens, no corte racial verificamos que pardos e pretos compõem quase 67% dos indivíduos encarcerados (cerca de 440 mil pessoas). Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, indicam que 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos; 46,8% como pardos; 9,4% como pretos e

²⁸ Segundo informações colhidas do G1, a partir de dados da SSP-SP, via Lei de Acesso à informação, o número de mortes foi de 1.591, em alguns bairros periféricos, como por exemplo Jaguaré e Jd. Arpoador, na zona oeste, uma em cada duas vítimas de homicídio foi morta pela polícia.

1,1% como amarelos ou indígenas, assim a soma de pretos e pardos chegaria próximo de 56%, bem abaixo do percentual de pretos e pardos no sistema prisional (67%).

Marginalizados na sociedade, no mercado de trabalho, na educação, os negros compõem o maior grupo no sistema carcerário, estigmatizados antes do cárcere, segregados após o cárcere, a possibilidade de reintegração é muito pequena, assim verificamos que a preocupação do sistema não é com o indivíduo, o modelo acaba, de fato, atuando como uma “vingança” da sociedade, pela sociedade e com a aprovação da sociedade.

Considerações Finais

O processo de redemocratização pelo qual passamos na década de 1980, não estabeleceu um estado, de fato, de igualdades e direitos. Os presos políticos torturados saíram de cena, mas os presos comuns permaneceram, continuaram a ser torturados nas cadeias públicas. A violência, as prisões arbitrárias continuaram ocorrendo.

[...] ainda que se tenha um Estado Democrático de Direito, no plano constitucional-formal, a maioria da população, que convive com a pobreza, conhece apenas o braço armado do Estado e a truculência policial. Esses elementos aliados à ausência de defesa técnica nos processos (culpa da não existência de Defensorias Públicas bem estruturadas em todos os estados brasileiros), de um Ministério Público de ideologia marcadamente punitivista e de um Poder Judiciário, muitas vezes, alienado dos processos sociais, forjam uma criminalização secundária profundamente seletiva e desigual. (GONÇALVES, 2015, p. 235)

Não restam dúvidas que a Constituição Federal de 1988, foi um grande avanço, um marco civilizatório, no entanto, as práticas cotidianas não foram alteradas de forma profunda. As estruturas racistas não foram sepultadas pela “Constituição Cidadã”, a cidadania plena, continuou sendo privilégio de alguns grupos. Não significa dizer que a culpa recai exclusivamente na Constituição - que deveria garantir pelo seu artigo 5º a igualdade de todos perante a lei “sem distinção de qualquer natureza” – ou apenas nas estruturas, pois como salienta Almeida, “[...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas.” (2018, p. 40).

Nesse sentido, é responsabilidade de todos lutar contra práticas e permanências racistas, tanto nas estruturas de estado quanto no âmbito privado. Necessitamos de uma alteração profunda na forma de olhar e pensar a cidadania no Brasil, caso contrário continuaremos a bater tristes marcas de encarceramento e violência contra esses grupos historicamente marginalizados e violentados.

Referências:

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte-MG:Letramento:Justificando,2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- BRASIL. **Mapa do Encarceramento:** Os jovens do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2015.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros:** Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/Edusp. 2000.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

GOLÇALVES, Vanessa Chiari. “A repressão penal no Brasil Contemporâneo pelo olhar da criminologia radical”, *in* **REDES**: Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Canoas: UnilaSalle, vol. 3, nº 1, maio/2015.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: 2020.

JUSTIÇA. Direção: Maria Augusta Ramos. Produção de Luís Vidal, Niek Koppen, Jan de Ruiter e René Van der Grinten. Brasil: Videolar, 2004, DVD duplo (117 min).

MAÍLO, Alfonso Serrano; PRADO, Luiz Regis. **Curso de criminologia**. 2. ed. reform., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Enviado em 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES NO SÉCULO XXI.

Marcos Antonio da Silva Santos Ferreira²⁹

Resumo

O presente artigo busca trazer luz acerca dos problemas encontrados no atual sistema educacional e da necessidade de uma reformulação desse sistema para que se procure estabelecer uma maior inclusão da mulher na mesma, tendo como pano de fundo o ensaio de Virginia Woolf “A room of one’s own” de 1929, e a crescente busca por soluções aos desastres ambientais que temos presenciado na atualidade.

Palavras-Chave: Virginia Woolf, Educação, Liberdade.

Abstract

This article intends to shine light upon the problems found in the present educational system and the necessity of a reform of such a system to try and establish a broader inclusion of women in the educational institutions. Having Virginia Woolf’s “a room of one’s own” and the rising search for solutions to the environmental crisis that we are watching as our background.

Keywords: Virginia Woolf, Education, Freedom.

Introdução

Virginia Woolf publicou no dia 24 de outubro de 1929 seu ensaio “A room of one’s own” baseado em palestras dadas pela mesma nas universidades Newnham College e Girton College, onde a escritora discute acerca de diversos temas, dentre eles a importância da autonomia da mulher com relação ao direito de escolher e definir suas prioridades no que concerne ao seu trabalho e suas ocupações vocacionais, e como a propriedade, um espaço onde ela possa exercer sua profissão de forma livre são essenciais nessa empreitada.

Já no ano de 2019 a revista BioScience publica uma carta intitulada “World Scientists’ Warning of a Climate Emergency” onde cientistas chamam nossa atenção acerca da emergência climática em que nos encontramos e como podemos buscar formas para tentarmos reverter o problema, caso tomemos em nossas mãos a responsabilidade por nossas ações no meio ambiente. Uma dessas medidas para se combater o avanço dos desastres ambientais é concernente aos níveis populacionais cada vez maiores, nesse ponto algo que é especialmente chamativo apresenta-se: Ainda crescendo por aproximadamente 80 milhões de pessoas ao ano, ou mais de 200,000 por dia[...] a população mundial deve ser estabilizada – e, idealmente, gradualmente reduzida – dentro de um modelo que assegure integridade social. Existem políticas comprovadas e eficazes que fortalecem direitos humanos enquanto diminuem os índices de fertilidade e diminuindo o impacto do aumento populacional em emissões de GHG e perdas de biodiversidade. Essas políticas dão acesso a serviços de planejamento familiar para todas as pessoas, removem barreiras ao seu acesso e alcançam total igualdade de gênero, incluindo educação primária e secundária como normal global para todos, especialmente garotas e jovens mulheres. (p. 11, tradução própria) ³⁰

²⁹ Graduando em filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)

³⁰ Still increasing by roughly 80 million people per year, or more than 200,000 per day[...] the world population must be stabilized—and, ideally, gradually reduced—within a framework that ensures social integrity. There are proven and effective policies that strengthen human rights while lowering fertility rates and lessening the impacts of population growth on GHG emissions and biodiversity loss. These policies make family-planning services available to all people, remove barriers to their access and achieve full gender

Apontado como um dos fatores a serem observados e devidamente corrigidos tem-se a inclusão de uma educação primária e secundária para garotas e jovens mulheres, esse ponto em específico é chamativo, pois assim como durante muitos séculos observou-se que o sistema educacional em voga em diversas regiões do mundo sempre foi falho quando o assunto é a inserção de políticas educacionais que sejam inclusivas as mulheres, mesmo em 2020 quando muitos avanços já foram feitos, devemos questionar o sistema educacional e apontar suas falhas.

Pensando a educação de uma forma inclusiva

Buscando apontar este déficit na educação Virginia Woolf brilhantemente traz a luz o fato de que a educação é primordialmente e essencialmente direcionada a proporcionar o máximo de desenvolvimento e oportunidades aos homens e em contrapartida mitigar o desenvolvimento intelectual da mulher. Em uma época de incertezas e mudanças tão grandes na sociedade de sua época o fato de uma prolífica escritora como Woolf chamar por mudanças e tentar desfazer-se das hipocrisias que nós como sociedade mantemos até hoje é algo não somente visionário como também corajoso. Corajoso por que? Porque vai contra toda uma manobra patriarcal que visa manter o controle sobre o outro sexo, pois sem essa manobra perde-se o poder e assim perde-se o lugar de privilégio ao quais estamos até os dias atuais acostumados e ao qual buscamos nos segurar com todas as forças. Ainda em seu ensaio “A room of one’s own” a autora afirma:

Supõe-se que as mulheres sejam geralmente muito calmas, mas as mulheres sentem exatamente como os homens — elas precisam de exercício para suas faculdades e de um campo para seus esforços, tanto quanto seus irmãos; elas sofrem de uma contenção rígida demais, de uma estagnação absoluta demais, precisamente como sofreriam os homens; e é tacañice de seus semelhantes mais privilegiados dizer que elas devem limitar-se a fazer pudins e costurar meias, a tocar piano e bordar sacolas. É impensado condená-las ou rir delas quando buscam fazer mais ou aprender mais do que os costumes declararam ser necessário para seu sexo. (1990, p. 82-83)

O privilégio de metade da raça humana sobre a outra metade não se justifica em nada além de preconceitos e ideias construídas durante muitos séculos de opressão e violência. Como pode a mulher aspirar a certas profissões se não são lhe abertas as possibilidades para que assim o faça simplesmente por ser mulher? John Stuart Mill, outro autor que buscou compreender os aspectos que envolvem a opressão e submissão da mulher na sociedade em sua obra “A sujeição das mulheres” declara:

O princípio que regula as relações sociais entre os dois sexos – a subordinação legal de um sexo ao outro – está em si mesmo errado, constituindo hoje um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento humano; e que, justamente por isso, deveria ser substituído por um princípio de perfeita igualdade, que não admitisse qualquer poder ou privilégio de um dos lados, nem discriminação do outro. (2006, p. 33)

Assim como Virginia Woolf, John Stuart Mill aponta que o problema encontra-se exatamente na forma que nós homens nos relacionamos com nossos privilégios e como esses privilégios acabam por sujeitar a mulher a um papel de submissão que deve efetivamente ser substituído e adaptado de modo a que prevaleça o senso de igualdade entre todos. O fato de termos em épocas tão diferentes a necessidade de apontar o quão incoerente é o sistema educacional mostra que o avanço real só será alcançado a partir do momento que juntos pensarmos em nossos

equity, including primary and secondary education as a global norm for all, especially girls and young women (Bongaarts and O’Neill, 2018). (p.11)

papeis dentro da sociedade, dentro de nossas casas e, sobretudo dentro de nossas escolas e universidades, e esse avanço não pode ser impulsionado sem que se façam alterações radicais na forma que vemos e agimos, sem quebrar com as normas impostas por um capitalismo exacerbado que encontrou na educação uma forma de moldar nossas mentes em um formato condizente com seus objetivos. Não se ensina a pensar e a criticar, ensina-se, no entanto, a receber informações e transmitir essas informações de forma robótica e calculada. É nesse espaço educacional que se inicia com abordagens e práticas que mais à frente irão extinguir no sujeito seu desejo por mudança e sua capacidade de pensar criticamente sobre seu espaço. Como nós, homens, podemos e devemos pensar sobre nosso papel e nossa função nestes espaços que não são inclusivos as mulheres?

Virginia Woolf questiona então as mulheres que a anteviram, porque essas mulheres não possuíam fortunas maiores? Onde e o que estavam a fazer que não se preocuparem em construir um legado próprio? A resposta não é difícil: Elas estavam de mão atadas, pois não eram as mulheres as responsáveis por cuidar das finanças do lar e sim o homem, ele era e em muitos lugares ainda é o detentor dos direitos sobre a propriedade e sobre a condução das economias do lar. O que poderia então fazer a mulher se ela não poderia construir sozinha seu legado, não podendo construir e legitimar seu espaço como sujeito autônomo? Quase nada, se de fato o sistema educacional e todas as outras instancias responsáveis pelo gerenciamento da sociedade são fundados exatamente em ideias que buscam travar essa autonomia.

Considerando esse espaço educacional como um espaço no qual encontram-se pessoas e experiências plurais, como pode uma educação que proporciona oportunidades unilaterais se adequar a necessidade da discussão acerca dos privilégios que homens sempre tiveram dentro da academia, privilégios esses que se baseiam em uma subordinação inconsciente da mulher e de seu papel como sujeito nesse espaço. Como aponta ainda John Stuart Mill:

Os donos das mulheres quiseram mais do que simples obediência, e orientaram todo o poder da educação para esse objetivo. Todas as mulheres são desde a mais tenra infância, criadas na crença de que seu ideal de caráter é diametralmente oposto ao dos homens: não vontade própria e capacidade de se governarem autonomamente, mas submissão e rendição ao controle dos outros. (2006, p. 59-60)

Quando se coloca o outro como figura inferior a mim, baseado somente no meu sexo se perde completamente o ideal de igualdade que é necessário para que se construa uma sociedade justa. Afirmar-se por uma suposta superioridade de força, de intelecto e daquilo quer que seja, baseando-se em sua própria visão daquilo que é a mulher, suas verdades fabricadas que de acordo com Virginia Woolf “Tinham sido escritos à rubra luz da emoção, e não à branca luz da verdade.” (p. 42) mostra apenas como não se encontrou uma justificativa plausível para tal submissão, pois todas essas supostas razões foram a muito desbancadas.

“Daí a enorme importância para um patriarca que tem que conquistar, que tem que dominar, de sentir que um grande número de pessoas, a rigor, metade da raça humana lhe é por natureza inferior. De fato, essa deve ser uma das principais fontes de seu poder.” (1990, p. 42)

Propõe-se então não apenas a inserção da mulher no espaço educacional mas sobretudo que todo esse sistema seja transformado de modo a abraçar o feminino, pois a educação já estabelecida é historicamente favorável ao patriarcado, sempre pensado no homem e sempre tendo em vista uma educação à violência ou neste caso uma educação para a guerra. A educação do homem é uma forma que os dispositivos educacionais encontraram para perpetuar a contínua presença da guerra, seja ela guerra entre países, entre empresas ou mesmo e mais comumente uma guerra entre indivíduos, acertando lugares de poder, poder este a principal conquista daquele grupo

que retêm para si a maior parte dos avanços tecnológicos e científicos sem abrir espaço para o “outro”. Tal educação não serve para a mulher, pois a guerra não é algo que se deva aspirar a participação, é uma educação falha e doente, o que se deve buscar é a neutralização das características misóginas dentro do espaço educacional, para apenas assim poder-se alcançar a igualdade.

De acordo com o site da UN Women: “Todo ano adicional de educação primária aumenta de 10 a 20 por cento o eventual salário de garotas. Também as encoraja a se casar mais tarde e ter menos filhos, e as deixa menos vulneráveis a violência. (Tradução do autor)³¹. Mulheres, se não forem subjugadas a um papel de submissão podem e devem florescer em sua capacidade total assim como o homem o faz, tendo seus cérebros exercitados e enriquecidos com o alimento proporcionado por uma educação igualitária e libertadora. Colocando assim o conhecimento filosófico e científico nas fronteiras sociais de forma a fazer avançar o espaço social e seus membros como um conjunto, como um todo, edificando-se em bases estruturais fortalecidas novamente. O papel da educação nesse processo de libertação não é apenas importante para o sujeito mas também para o meio ambiente em especial no cenário atual, como foi apontado acima pela carta “World scientists' warning of a climate emergency”, no momento que a educação se faz presente podemos nos beneficiar de formas diversas, como aumentar o controle de natalidade e consequentemente diminuindo nosso impacto ambiental.

Considerações Finais

Educação e liberdade têm aqui o mesmo significado, existe uma em consequência da outra, não podemos ter liberdade sem primeiramente termos conhecimento de nossa ignorância acerca daquilo que concerne o outro e apenas encontramos esse conhecimento em uma educação entre iguais. Com tudo isso em mente, pode concluir-se que o papel que delegamos a mulher é prejudicial não somente a elas, mas a todos nós como sociedade, no momento em que essa subjeção vem por mitigar a evolução intelectual e científica do nosso tempo ocasionando uma estagnação desnecessária e facilmente evitável.

Algo que tanto Virginia Woolf como John Stuart Mill elucidaram foi a potencial evolução não somente intelectual e científica como também a possibilidade de desenvolvimento econômico, pois uma abertura maior do mercado de trabalho possibilita que os indivíduos busquem se preparar cada vez mais para esses mercados que se tornam mais competitivos, colocando assim os mais preparados a serviço da sociedade e do bem comum.

³¹ Every additional year of primary school increases girls eventual wages by 10-20 percent. It also encourages them to marry later and have fewer children, and leaves them less vulnerable to violence.”(UN Women, facts and figures)

Referências

Woolf, Virginia. **A Room of One's Own and Three Guineas**. Ed. Morag Shiach. Oxford: Oxford UP, 2008. Print.

_____. **Um teto todo seu**. (1929). Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

William J Ripple, Christopher Wolf, Thomas M Newsome, Phoebe Barnard, William R Moomaw, **World Scientists' Warning of a Climate Emergency**, *BioScience*, Volume 70, Issue 1, January 2020, Pages 8–12.

Mill, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres**. Tradução de Benedita Bettencourt. Almedina, Coimbra, 2006.

UN Women. **Facts& Figures**, 2012. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/commission-on-the-status-of-women-2012/facts-and-figures> acesso em 29/07/2020.

Enviado em 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

BULLYING: ATRAVESSANDO AS PAREDES DA ESCOLA AO ENCONTRO DAS REDES SOCIAIS, ESTIGMA E EVASÃO ESCOLAR

Rafael Lopes de Sousa³²
Andrea Luyten Ruegg³³

Resumo

Este projeto de pesquisa tem por objetivo, analisar a situação do *bullying* escolar no Brasil, um fenômeno que atualmente atravessa as fronteiras do perímetro da escola através das mídias sociais, alcançando uma população numerosa de maneira instantânea. Buscaremos entender como o *bullying* na forma virtual de intimidação, se perpetua nas redes sociais, expondo o agredido a um processo contínuo de sofrimento. As consequências do *bullying* podem ser identificadas em algumas situações vivenciadas pelo aluno dentro da própria escola, ou mesmo na desistência em continuar os estudos. Através da análise de dados do IBGE, e o material bibliográfico disponível, buscaremos levantar hipóteses sobre a relação entre o *bullying* e a evasão escolar entre o ensino fundamental e médio e como a mídia social passou a ter um papel importante neste contexto.

Palavras-chave: *Bullying* Escolar. Redes Sociais. Evasão escolar

Abstract

This research project aims to analyze the situation of school bullying in Brazil, a phenomenon that currently crosses the borders of the school's perimeter through social media, reaching a large population instantly. We will seek to understand how bullying in the virtual form of intimidation is perpetuated on social networks, exposing the victim to a continuous process of suffering. The consequences of bullying can be identified in some situations experienced by the student within the school, or even in the withdrawal from continuing their studies. Through the analysis of IBGE data, and the bibliographic material available, we will seek to raise hypotheses about the relationship between bullying and school dropout between elementary and high school and how social media has come to play an important role in this context.

Key words: School Bullying. Social networks. School drop out

Introdução

A vida escolar é carregada de experiências que muitos de seus usuários gostariam de esquecer, o *bullying*, talvez, seja a principal delas. Muitas vezes o aluno chega a ter baixo rendimento escolar, ou mesmo desistir dos estudos, por situações que poderiam ser evitadas, principalmente nas escolas públicas. A escola é a instituição que por vocação tem de transformar a expectativa de seus frequentadores em projetos de vida realizáveis. Observamos, todavia que a evasão escolar tem sido um estorvo para a concretização desse sonho. Este estudo busca compreender as razões para o entrave deste sonho em três perspectivas: a) apresentado definições e histórico do *bullying* escolar e sua relação com as redes sociais; b) inventariando dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e estabelecendo suas relações com o alto índice de evasão escolar no segmento do ensino fundamental e do ensino médio; c) reportando aos bancos de dados de Teses e Dissertações da USP (Universidade de São Paulo), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), a fim de levantar a

³² Professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (UNISA). Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Editor Chefe de Veredas Revista Interdisciplinar de Humanidades.

³³ Psicóloga especialista em transtornos escolares. Mestranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro/UNISA

quantidade de palavras relacionadas ao tema *bullying* e suas possíveis relações com o fracasso escolar no Brasil.

Bullying Escolar Atravessando os Muros da Escola e Invadindo as Redes Sociais

Um dos principais filósofos da cybercultura, Pierre Lévy (1996) ao refletir sobre os impactos da internet na sociedade indica que a contemporaneidade é feita por rupturas, sobretudo, no processo de “hominização”, ou seja, “autocriação” da espécie humana sendo que o desenvolvimento da linguagem é um aspecto essencial deste processo. Essa mutação é percebida nos zilhões de mensagens trocadas diariamente pelas redes sociais. A velocidade dessa comunicação impôs também uma mudança no vocabulário simplificando, abreviado ou simplesmente substituindo palavras por símbolos que emula as emoções humanas e copia a representação dos objetos. Nessa nova era o tempo cobra respostas rápidas, agilidade para responder a nova forma de se comunicar, a urgência do tempo das redes sociais.

Em outras palavras, a tecnologia facilita a comunicação virtual entre familiares e amigos e restabelece contatos que muitas vezes não seria mais possível, seja pelas distâncias, geográficas, seja pelos impedimentos materiais. Mas essa facilitação tem também seus efeitos colaterais quando, por exemplo, expõem nas redes sociais informações pessoais sem a prévia permissão do indivíduo.

Compreender as dimensões do fenômeno do *bullying* escolar passa, pois, por um entendimento das formas e métodos que ele assume nas redes sociais. Essa é, por exemplo, a compreensão de Olweus (2006), que enxerga as atuais intimidações e “lacrações” das redes sociais como uma derivação do bullying escolar. Fante (2000 a 2003), por sua vez, afirma que o *bullying* é um fenômeno de grande relevância que ameaça o desenvolvimento saudável da infância e da juventude, pois, atualmente está vinculado com as redes sociais, o que potencializa as intimidações.

Os dados do IBGE (2018) entre estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio, quando confrontados com os números de desistentes podem nos ajudar a compreender essa situação. De acordo com o relatório, no Brasil de cada 100 alunos entrevistados, 17,5% disseram sofrer alguma das formas de *bullying* algumas vezes no mês; 7,8% disseram ser excluídos pelos colegas; 9,3%, ser alvo de piadas; 4,1%, serem ameaçados; 3,2%, empurrados e agredidos fisicamente. Outros 5,3% disseram que os colegas frequentemente pegam e destroem as coisas deles e 7,9% são alvos de brincadeiras maldosas.

Nesse processo de mapeamento e controle da violência a escola, muitas vezes abdicou de seu papel de harmonizadora social e deixou seus usuários entregues a própria sorte. O descaso é vêm de longe os relatos sobre situações de violência no seu interior são antigos não constituindo, pois, este tipo de situação algo de novo e sendo apenas fato recente a relevância social que lhe é atribuída.

As consequências para o aluno que sofre *bullying* podem ser observadas em diversos momentos de sua vida escolar como. A recusa constante de ir à escola pode, por exemplo, ser um desses sintomas. Assim, as perguntas a serem feitas para esse afastamento do aluno da escola são muitas: Seria por medo de enfrentar o agressor? Baixa autoestima potencializada pelas chacotas do grupo? Ansiedade por não corresponder as expectativas sociais? Vergonha por algum tipo de problema físico? Neste caso importa saber se a escola está atenta a esses e outros sintomas e como lida com eles em seu cotidiano.

As relações humanas estão passando por muitas transformações em sua estrutura afetiva. Em diversas circunstâncias o contato virtual está mais presente que a própria relação pessoal, talvez por isso, essa nova geração tecnológica, tem outras necessidades de vida que doravante estão

sempre ligadas nas plataformas digitais. Instagram, Whatsapp, Facebook, Zoom, Teams, Skype, ou seja, sua família social está estruturada em uma árvore virtual sem raízes e sem pátria.

A preocupação com o *bullying* e suas consequências sociais fez com que os governantes, de diversos países, promulgassem leis com o intuito de proteger as vítimas dessas agressões. No Brasil, a Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática [*bullying*]. Além de trazer uma definição legal para o *bullying*, ou seja, denominado essas agressões como “intimidação sistemática” criou ainda uma referência legal combatê-la em todo o território nacional. Assegurou, assim, o atendimento psicológico aos perseguidos e impôs às escolas, clubes e outros espaços sociais o dever de “assegurar medidas de conscientização, prevenção e combate à violência e à intimidação sistemática”.

Em 2008, a revista ISTO É, nº 2026, faz uma matéria sobre esse tipo de violência na qual destaca que: “crianças e adolescentes isolam, insultam, agridem colegas e expõem uma realidade alarmante: pais e colégios não sabem como lidar com agressões que começam cada vez mais cedo”. A reportagem alerta ainda que 28% das crianças brasileiras já foram vítimas de *bullying* sendo que 15% desse percentual sofreu agressões todas as semanas.

Utilizando-se de estudos recentes, como *Diagnóstico Participativo da Violência nas Escolas*, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 2015, o Ministério da Educação e Cultura [MEC] faz um retrato da gravidade dessa situação e constatou que 69,7% dos estudantes declaram ter presenciado alguma situação de violência dentro da escola. Nesse sentido, parece urgente e necessário que a escola volte a trabalhar princípios básicos de respeito ao próximo, além de oferecer acompanhamento adequado para os agressores e vítimas.

Segundo Fante (2011) o *bullying* é um problema que afeta a totalidade dos estabelecimentos de ensino. Por isso, é fundamental que em cada um deles se programe uma política de enfrentamento ao fenômeno nas suas variadas manifestações, quer ocorram no espaço escolar, nas plataformas de comunicação virtual, ou em quaisquer outros espaços de sociabilidade dos estudantes. O desafio, porém, está em identificar o intimidador e o agredido, para que a escola possa desenvolver projetos dirimir as consequências do *bullying*, principalmente com os alunos novatos. Os estabelecimentos de ensino precisam, pois, conhecer as realidades, desejos e expectativas de seus alunos e quando notar qualquer mudança comportamental em suas rotinas comunicar imediatamente pais ou responsáveis.

As mudanças processadas nas sociedades da hipermodernidade trouxeram mudanças profundas na composição tradicional do núcleo familiar. As famílias são cada vez menores e têm uma presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Essa nova composição familiar tem enfraquecido os vínculos familiares, assim, responsabilidades que outrora era da família foram transferidos para a escola.

Talvez, por isso, os dados de um recente levantamento feito pela Unicef (2019) aponta que um em cada três jovens de diferentes países do mundo relatam terem sido vítima de *bullying online* e um em cada cinco relata ter saído da escola devido a *cyberbullying* e violência. Se a lei não consegue evitar os efeitos nocivos do *bullying* escolar, entender o papel das redes sociais pode ajudar a identificar as causas desse fenômeno, mais do que isso pode aproximar pais e professores da realidade dos jovens e assim construir um espaço de confiança e diálogo com a vítima bem como com o agressor.

As escolas deveriam ter uma cartilha de como identificar o *bullying*, e expor em seus murais, situações de *bullying* e o que deve ser feito caso o mesmo ocorra, ensinando aos alunos, os efeitos nocivos deste tipo de agressão. Professores devem ficar atentos as mudanças na rotina do aluno,

rendimento escolar, faltas, saúde precária, tristeza aparente, verificar o isolamento em sala de aula, apelidos, brincadeiras entre alunos. Ao identificar esses sintomas a escola precisa entrar em contato com os pais e conjuntamente buscar apoio e tratamento adequado para o aluno. Por sua vez, as instituições governamentais, em todos os seus níveis, precisam agir com rigor por meio de suas Secretarias, Ministérios a fim de criar regras e orientações para dirimir essa prática altamente danosa para a saúde mental dos alunos.

Índices da Evasão Escolar do Ensino Médio e Fundamental: os Dados do IBGE (2018)

Qualquer que seja o motivo para a evasão ela é sempre preocupante; é o sintoma de um problema familiar, social, econômico ou ainda de ordem pessoal que precisa ser detectado e evitado. O jovem que evade não o faz por gosto ou vontade própria, ele evade por alguma situação que o incomoda. Os envolvidos no processo educacional, principalmente pais e professores, precisam identificar que levam o jovem a abandonar a escola e convencê-lo de que seu futuro pode ser diferente quando conquistado com os conhecimentos dos estudos.

Pesquisa realizada pelo (PISA/2015) em diversos países do mundo aponta que entre os principais fatores relacionados à evasão escolar, a violência física ou psicológica é a queixa de 23% dos entrevistados; Brasil esse número chegou a 29%. Em sua maioria, são adolescentes que sofrem agressões físicas ou psicológicas, que são alvo de piadas e boatos maldosos, excluídos propositalmente pelos colegas; não são chamados para festas ou reuniões sociais.

No levantamento do IBGE (2018) aproximadamente 27 milhões de estudantes foram matriculados no ensino fundamental o ingresso no ensino médio contou, todavia, com aproximadamente 8 milhões de estudantes. Essa queda vertiginosa no número de matrículas escolar, entre outros fatores, é um indicativo de que a violência que se instalou nas escolas afugenta seus usuários.

Os motivos pelos quais a evasão escolar estar tão alta no Brasil, podem estar ligadas a diversos fatores relacionados a questões, econômicas, familiar, distância, saúde, má alimentação, falta de material escolar, professores, necessidade de cuidar de irmãos menores, o trabalho infantil, desvios por má companhia, dificuldade dos pais em acompanhar a vida escolar dos filhos, ou mesmo dificuldade dos filhos em acompanhar o conteúdo ensinado.

Apesar de não existirem dados percentuais relacionando a evasão escolar e o *bullying* sofrido pelos alunos, Fante (2005) salienta que a conscientização da existência deste fenômeno pede medidas urgentes que possibilite o tratamento de suas manifestações, responsáveis pelo agravamento de comportamentos agressivos e antissociais entre os alunos contribuindo para a elevação dos índices de violência detectados nos últimos anos. Assim, dificuldades encontradas no contexto escolar precisam ser pesquisadas para que se possam entender melhor os motivos que levam a enorme evasão escolar entre o ensino fundamental e médio. A existência de políticas públicas efetivas que contemplem as necessidades humanas em todas as suas dimensões ajudaria na formação de uma nova mentalidade educacional.

Os do IBGE (2018) deixam entrever que a evasão escolar é uma chaga social que ocorre com maior força no ensino médio. Nossa hipótese é que o *bullying* escolar pode estar contribuindo para essa evasão escolar. A preocupação com o fenômeno fez com que o termo *bullying* fosse incluído também na Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015. Nesse estudo, 7,4% dos estudantes informaram que já se sentiram ofendidos ou humilhados e 19,8% declararam que já praticaram alguma situação de intimidação, deboche ou ofensa contra algum de seus colegas.

A educação tradicional escolar vive profundas mudanças e não está mais pautada na transferência do conteúdo por uma via de mão única, nesse novo cenário espera-se uma relação dialógica entre educador e educando na busca do melhor caminho para transmitir conhecimentos. Nessa nova escola a capacitação e atualização dos educadores e dos educandos é compartilhada numa troca permanente de informações horizontalizadas sem a imposição deste ou daquele ponto de vista.

Teses e Dissertações da USP, CAPES e BDTD: Alguns Apontamentos.

As intimidações e agressões do *bullying* podem ser trabalhadas com programas pedagógicos e com o envolvimento de alunos, professores e familiares. O levantamento de dados, sobre a realidade do *bullying* nas escolas, e suas consequências para o desempenho escolar do aluno ou para a sociedade de modo geral, não foram ainda devidamente estudados pela ciência. Em outras palavras os estudos realizados pelo meio acadêmico encontram-se ainda em desenvolvimento sem uma definição precisa, portanto sobre seus efeitos e consequências para a sociedade.

Nas análises das dissertações relacionadas ao tema *bullying* escolar, disponíveis nas bibliotecas virtuais na USP, CAPES e BDTD (2020), verificamos que existem poucos trabalhos relacionados ao tema. Analisamos a quantidade de palavras mencionadas em diversos trabalhos o que nos permitiu um fazer um detalhamento amplo sobre a abordagem do *bullying* e as questões relacionadas a sua existência.

Na pesquisa totalizando 91.936 Teses e Dissertações da USP, foram encontrados somente 07 trabalhos, mencionado a palavra “*bullying* escolar”. Assim, em busca de uma abordagem mais abrangente algumas palavras relacionadas ao tema foram adicionadas, possibilitando uma visão mais detalhada sobre os estudos do *bullying* escolar por meio de palavras e assuntos relacionados.

Nas Dissertações e Teses no Banco de Dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foram encontradas 517 palavras quando a busca foi feita apenas com a palavra “*bullying*”, quando utilizamos o filtro de “*bullying* escolar” esse número abaixou consideravelmente e apenas 73 registros foram encontrados.

Nas Dissertações e Teses apresentadas a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) foram encontradas 419 palavras na busca específica pela palavra “*bullying*”, quando utilizamos o filtro “*bullying* escolar” esse número abaixa novamente de maneira substancial para 49 registros.

Uma boa educação, desde o ensino básico, até o ensino médio deveria ser garantia para todos os indivíduos. As pesquisas e estudos acadêmicos vêm contribuindo para uma melhor compreensão da realidade no meio escolar. Conforme tentamos demonstrar em nosso estudo poucos estudos tem abordado a temática do *bullying* escolar. Esse estudo quer assim, contribuir para trazer esse tema à tona ajudando dessa maneira a encontrar caminhos para superar essa mazela social. Aos poucos o assunto em tela vem ganhado notoriedade. Recentemente por meio da Lei nº 13.277/2016, foi instituído o dia 7 de abril como o “Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência nas Escolas”.

Referências

- FANTE, C. e VENTURA, A. *Bullying* intimidação no ambiente escolar e virtual. Belo Horizonte: Conexa Editora, 2011
- FANTE, C. Fenômeno *Bullying*: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas – SP: Verus, 2005

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em : <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf> Site visitado em 25/07/2020

IBGE (2018) Disponível em : <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-stados.html?view=municipio>

LÉVY, Pierre – O Que É O Virtual?. São Paulo, Editora 34, 1996.

MEC – Ministério de Educação e Cultura – disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487> (site visitado em 29/06/2020)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – DISPONÍVEL EM : <https://mp-ba.jusbrasil.com.br/noticias/1018162/major-causa-da-violencia-e-evasao-escolar-o-bullying-sera-tema-de-campanha-educativa> Site visitado em 17/08/2020

OLWEUS, Dan. Bullying at school. Conductas de acoso y amenaza entre escolares. 3. ed. Madrid: Ediciones Morata, 2006

_____ Bullying at school and later criminality: Findings from three Swedish community samples of males. Criminal Behaviour and Mental Health, 2011

PeNSE -**Pesquisa Nacional de Saúde Escolar**, 2015 Disponível em

PISA- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) 2017 e 2018.

https://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=bullying. Site visitado em 09/06/2020

<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Site visitado em 09/06/2020

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (06/06/2020)

<http://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=bullying&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22masterThesis%22&limit=20&sort=year>

Enviado em 31/12/2021

Avaliado em 15/02/2021

TURISMO

TANGARÁ/RN: ENTENDENDO O TÍTULO DE CAPITAL GASTRONÔMICA DO PASTEL DO RN COMO FATOR POTENCIALIZADOR DE ATRATIVO TURÍSTICO

Aymee Evangelina Sobrinho Lemos³⁴
Tiago Matheus do Nascimento Lima³⁵
Erivaldo Xavier de Lima³⁶
Gilmara Barros da Silva³⁷

Resumo

A cidade de Tangará/RN é conhecida pelo sávido pastel, denominado “Pastel de Tangará”, agraciada e reconhecida com o título de capital gastronômica do pastel do Rio Grande do Norte. Este artigo faz uma reflexão sobre a visibilidade do título como dinamizador do atrativo turístico que o município se propõe pela iguaria. A pesquisa é tida como bibliográfica e de campo, com aplicação de questionários *online*, chegando a resultados que revelam a potencialidade do lugar frente ao título recebido, na perspectiva de um segmento emergente possibilitando um consumo simbólico relacionado à experiência gastronômica do visitante.

Palavras-Chave: Turismo Gastronômico. Atrativo turístico. Capital gastronômica do pastel.

Abstract

The city of Tangará, Rio Grande do Norte, Brazil is known for its savory pasty, called “Pasty of Tangará”, which is graced and recognized as the gastronomic capital of pasty of state Rio Grande do Norte, Brazil. This article reflects on the visibility of the title as a enhancer of the tourist attraction that the municipality proposes for the yummy food. The research was considered as bibliographic and field with the application of questionnaires online, reaching results that reveal the potential of the place in view of the title received, in the perspective of an emerging segment allowing a symbolic consumption related to the visitor's gastronomic experience.

Keywords: Gastronomic tourism. Tourist attraction. Gastronomic capital of pasty.

Introdução

Atualmente muito se tem discutido sobre a exposição midiática do aparecimento de um novo coronavírus zoonótico, fusão de espécies para infectar populações humanas que manifestou-se em dezembro de 2019. O referido vírus foi identificado pela primeira vez em uma província denominada Wuhan, Hubei - China (Zhu *et al.*, 2019; Lana *et al.*, 2020). Ao término do mês, por se tratar de uma ameaça sanitária global que transcende as fronteiras, políticas, religiosas, culturais, acadêmicas e ideológicas a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou que o surto pelo novo

³⁴ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

³⁵ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

³⁶ Especialista em Gestão de Pessoas – IBRAPES/UVA; Bacharel em Turismo pela Universidade Potiguar - UnP; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica Logos; Licenciado em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica no IFRN; Guia de Turismo. Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

³⁷ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre e Bacharel em Turismo pela UFRN; Bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Guia de Turismo (IFRN). Docente e orientadora no curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

coronavírus era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), (Lana *et al.*, 2020).

No contexto pandêmico, o turismo enfrenta dificuldades, pois as pessoas precisam de recursos financeiros para viajar e saúde, e com o distanciamento social, redução laboral e consequentemente diminuição da renda, a retomada do turismo deverá demorar um pouco por questões de prioridade, mesmo assim os segmentos turísticos encontram-se aperfeiçoando para receber os turistas e sendo assim o universo da pesquisa é o município de Tangará, no Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil; aproximadamente a 82 km de Natal, capital do Estado (FEMURN, 2017).

No que se refere ao aperfeiçoamento do segmento turístico gastronômico local, o produto em destaque é uma iguaria denominada pastel de Tangará, que é um alimento composto por uma massa à base de farinha a que se dá a forma de um envelope, podendo ser recheada e frita por imersão em óleo quente, que se propagou pelo Brasil na década de 1940, em Santos-SP, por intermédio dos descendentes de imigrantes japoneses. Trata-se de um dos alimentos mais constantes encontrados em bancas de feiras, carrinhos de lanches e lanchonetes do Brasil, em Portugal e por diante no mundo (Dicionário Aurélio *on line*, 2018; OLIVEIRA, 2014).

Como recorte da pesquisa, esse alimento popular, o pastel caiu no gosto dos tangaraenses mesmo não sabendo quando se deu o hábito de fabricar comercialmente o pastel na cidade, mas de acordo (FREITAS, 2019), a Sra. Josefa Maria de Lima (Dona Finha) adaptou a receita do pastel fazendo inúmeras experiências com os ingredientes chegando ao ponto ideal da massa, em 1990, que repercute até hoje.

Face ao exposto, o pastel de Tangará é protagonista no atrativo gastronômico, onde recentemente recebeu o título de “capital gastronômica do pastel do RN” sob o efeito da Lei 10.606/19, de 17 de Outubro de 2019, e a Lei Nº 10.663, de 11 de Fevereiro de 2020 tornando-se um instrumento de reconhecimento e preservação do bem imaterial.

A proposta científica tem como objetivo entender a relevância do título recebido, além de incluir o pastel como um fator potencializador do atrativo gastronômico para o desenvolvimento turístico e econômico do município de Tangará/RN, ao qual se justifica devido à limitada informação sobre o assunto em questão, que além de meritório, possibilitará aos pesquisadores, agentes públicos, empresários e sociedade civil organizada, um aprofundamento da temática, aonde através da submissão de sugestões, possa dinamizar a atividade turística gastronômica local.

Fundamentação teórica

Sabe-se que a visibilidade que a culinária local ou regional adquiriu não passa apenas pela demanda interna; mas atrai a demanda turística que deseja conhecer e experimentar. Sendo assim o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, conceitua atrativo turístico como “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (EMBRATUR, 1984, p. 127 *apud* LOHMAN; NETTO, 2008). Já Bahl (2004), por sua vez, ultrapassando o termo motivador, interpreta os atrativos como estímulo ao deslocamento e permanência, de “todos os elementos que possam despertar a curiosidade dos turistas” (BAHL, 2004, p. 44). Referindo-se ao marco conceitual apresentado por Bahl, que concebe produto turístico como uma composição formada pelo atrativo, acesso e suas facilidades.

Assim ao realizar uma viagem mesmo com a intenção de descanso os turistas apreciam o lugar e sua gastronomia, e de acordo com (IGNARRA, 2003), quanto mais diferente e único, mais interessante aos olhos do turista e sua permanência dependerá da acomodação e alimentação, este

segundo item torna uma experiência diferenciada, onde o segmento de turismo gastronômico amplia postos de trabalho em restaurantes, bares, lanchonetes e ambulantes, trazendo melhoria na economia local e para a população local (CORNER, 2006 *apud* BARCZSZ; AMARAL, 2010).

É de conhecimento popular que a gastronomia é cercada de simbolismos, o que se come, como se come, com que se come e quando se come gerada por conceitos sócio-antropológicos em um espaço temporal.

Através da alimentação, é possível visualizar e sentir tradições que não são ditas. A alimentação é também memória, opera muito fortemente no imaginário de cada pessoa, e está associada aos sentidos: odor, visão, o sabor e até a audição. Destaca as diferenças, as semelhanças, as crenças e a classe social a que pertence, por carregar as marcas da cultura. (BARROCO, 2008, p. 4)

Observou-se que a gastronomia e o patrimônio cultural, em suas capilaridades de conexão conseguem apresentar uma formação histórica, cultural e social do indivíduo, além das características do ambiente formatado.

Percebeu-se que “uma grande parte da experiência turística é passada ao comer ou ao beber, ou ainda, a decidir o quê e onde comer” (RICHARDS, 1999), percebe-se a relação de ideias por Quan e Wang (2004 *apud* Henriques e Custódio, 2010), no que tange a experiência sensorial do consumo da comida, e a necessidade básica do turista em se alimentar, já que se encontra longe de sua residência.

Cabe o destaque das palavras de Rodrigues (1999): “há que valorizar-se o lugar” e assim criar a rota do pastel, fazendo a aproximação do turista e do produtor por meio de eventos e rotas gastronômicas, denominado rota do pastel. “Quanto mais globalizadas as pessoas ficam, mais regionais elas se tornam, por isso, pode-se dizer que o consumo do alimento tradicional passa por uma afirmação da identidade do indivíduo”. (ZUIN; ZUIN, 2008, p. 6).

Através de um produto gerado na região, haverá um fluxo maior entre a economia pasteleira e a urbana. Essa relação e mecanismo de valorização de produtos regionais como missão precípua de resgate da cultura da gastronomia local. (ZUIN; ZUIN, 2008)

Discussão dos resultados

Apresenta-se, a seguir o perfil da população respondente do formulário de pesquisa, com informações tais como: gênero, faixa etária, segmento e local de residência. Em seguida serão apresentadas as tabelas com o levantamento dos dados coletados desta pesquisa.

Tabela 1: Estratificação Social

PERFIL	PORCENTAGEM	RESPONDENTES
1- Feminino	64%	110,8
2- De 10 a 19 anos	52%	89,44
3- Consumidores	55%	94,6
4- Tangará/RN	63%	108,36

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Como é visto a população respondente, em relação às informações de perfil geral, percebeu-se um percentual de 64% de respondentes do sexo feminino, pois vale salientar que

segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC (IBGE, 2019) o número de mulheres no Brasil chega a 51,8% da população brasileira.

Outro ponto de interesse relatado na pesquisa é a faixa etária entre 10 e 19 anos, com 52% (Tabela 1), entendendo que nas relações familiares os pais atuam preponderantemente nas finanças de seus filhos, além dos avós que talvez para se sentirem ativos como mantenedores, tendem a ajudar financeiramente, a esse grupo em questão por não possuírem uma ocupação remunerada.

Os dados mostram uma população de 172 respondentes, segmentados em: consumidores do pastel, pasteleiros e comerciantes em geral. Desta forma percebeu-se que os consumidores foram 55%, destacando que eles se revelam indivíduos bem informados, tornando-se o sucesso de qualquer negócio mensurado por eles; pois se entende que o consumo não é apenas visto para satisfazer necessidades, mas transpõe as relações sociais, as percepções e imagens (Gabriel e Lang, 1995).

Nesse contexto revela-se também um total de 63% dos respondentes, residentes e domiciliados no município de Tangará/RN, cidade sede da investigação.

Com a finalidade de responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, que concerne em verificar a repercussão popular do título recebido de Capital Gastronômica do Pastel do RN, foram questionadas as seguintes interrogativas, (Tabela 2).

Tabela 2: Respondendo o primeiro objetivo específico.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
5- O Sr.(a) tem conhecimento que em 2019 a cidade de Tangará/RN foi reconhecida como “A Capital Gastronômica do Pastel do RN”?	46% Conhecem
6- Quem mais se interessa para que Tangará/RN se consolide um destino gastronômico?	52% Comerciantes

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Na amostra realizada, 46% dos respondentes disseram que tem conhecimento do título recebido em 17 de Outubro de 2019; mas surpreendentemente percebeu-se que a grande maioria não conhecia o título recebido, que é a falta de um sentimento de pertencimento de âmbito popular que alçaria a visibilidade turística gastronômica do município.

Devido ao pouco conhecimento sobre o título “capital gastronômica do pastel do RN”, visto na resposta anterior; resvalou-se no segundo questionamento, com 52% de interesse de um destino gastronômico por parte dos comerciantes (pasteleiros) e compartilhado em segundo lugar com 36% o ente municipal (prefeitura). No entanto a relação comunidade e prefeitura não podem ser compreendida de forma dicotômica e particularizada; sendo assim como Soares, (2009, p. 187) o Estado é uma unidade do povo “o universal não seja levado a cabo sem o interesse particular e nem o indivíduo viva simplesmente para o interesse particular como pessoa privada” do contrário reforçam a desigualdade social no município.

Com relação ao segundo objetivo específico desta pesquisa, que é apropriar-se da identidade do pastel, para afirmação do potencial turístico gastronômico de Tangará/RN. As respostas estão descritas na (Tabela 3).

Tabela 3: Respondendo o segundo objetivo específico.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
7- Qual a razão de consumir o pastel de Tangará?	46% - Pela tradição do pastel
8- Como o Sr.(a) identifica se o pastel é verdadeiramente de Tangará/RN?	55% - Comprando em Tangará/RN

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Para as indagações acima, 46% dos respondentes, afirmam que consomem o pastel pela tradição bairrista, ou seja, pela defesa por entusiasmo da sua terra; seguido de 34% pelos sabores (recheios).

Por tudo isso se chegou a pergunta de número oito sobre como se identifica o verdadeiro pastel de Tangará, onde 55% das pessoas identificam só por comprarem no município em questão. Propõe-se uma identidade do pastel, para que ele seja reconhecido em quaisquer outros lugares, através de um formato padronizado, selo de originalidade do produto e etc.

A fim de propor aos entes envolvidos, a padronização do processo de produção da massa do pastel, na (Tabela 4) encontra-se o terceiro objetivo específico deste trabalho científico.

Tabela 4: Respondendo o terceiro objetivo específico

PERGUNTAS	RESPOSTAS
9- Seria necessário um curso de manipulação de alimentos promovido pela prefeitura para garantir um selo de originalidade do pastel de Tangará/RN?	70% Concordam
10- Para garantir a tradição faz-se necessário a preservação da receita original do pastel?	52% Concordam

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Com referência a um curso promovido pela prefeitura municipal de Tangará/RN sobre manipulação de alimentos e assim garantir um selo de originalidade do produto, 70% dos respondentes, concordaram e assim teriam a confiabilidade de um produto regional, sem que haja reprodução irregular e culturalmente criminosa do pastel de Tangará sem obedecer a receita original, produtos regionais de procedência, modo de preparo, temperatura da fritura, processo de sova, manipulação, armazenamento e embalagem.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os bens imateriais brasileiros ficam registrados nos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000).

De acordo com a citação supracitada, quando se concebe a ideia de patrimônio imaterial, deve grafar no Livro de Registro dos Saberes, então a receita do pastel de Tangará deve ser padronizada entre os pasteleiros locais, que segundo Santos (2020, No prelo) há 32 estabelecimentos gastronômicos no município, registrados no Dossiê do Pastel de Tangará. Mas por motivos da crise sanitária mundial, postergou-se sua distribuição para o alinhamento da receita. Os 52% dos respondentes concordam que a padronização da receita é relevante e necessária; outros não conseguem seguir a receita original, pois a mesma usa leite aquecido, uma colher de álcool... E relatam as restrições de pessoas com intolerância a lactose, além da perecibilidade do alimento a base de leite, diferente de quem utiliza água na massa do pastel.

Considerações finais

A partir das abordagens contidas nesta pesquisa, verifica-se que o turismo gastronômico pode trazer inúmeros benefícios para todos os envolvidos. No que tange ao destino propõe-se o desenvolvimento de ações estruturantes para que o produto em questão obtenha a certificação do selo de originalidade ou selo arte (artesanal) através da elaboração de guias de boas práticas na produção e fabricação do pastel; na realização de capacitações e encontros integradores com os pasteleiros, fornecedores e secretaria de turismo, no desenvolvimento de um aplicativo com realidade aumentada para a promoção do pastel de Tangará; aulas-*show* proporcionando experiências sensoriais aos consumidores e visitantes. Sempre promovendo a culturalização do produto, pois o pastel não se encerra apenas em seu saber-fazer, vários outros elementos e rituais que respondem a uma conjuntura maior, hábitos familiares, na figura do homem do campo, do coronel, da dona de casa e reafirma o estilo de vida vinculado a uma identidade regional.

Esses elementos históricos devem se materializar aos olhos dos visitantes, que podemos chamar de consumo simbólico e assim a sua valorização, indispensável para a permanência do visitante no lugar e agregar atrativos complementares. Ex. Um coquetel “pastel” na fazenda Irapuru - cozinha de casa grande, suas histórias... Um “Saraupastel” uma espécie de sarau que é um evento cultural geralmente realizado em casas populares onde as pessoas se encontram para se manifestar artisticamente na dança, literatura, poesia, comidas típicas dentre outras. Também através da economia criativa o serviço de foto montagem de roupas de época, fotografias à moda antiga em uma casa antiga. Outro serviço agregado ao pastel de Tangará seria a contação de histórias “lendas”, ao redor de um fogão rústico com pasteis, narrando os mistérios de Tangará e região, como contos de suspense, mistério e terror voltados para um público diversificado, onde dois contadores de histórias desafiarão a coragem dos ouvintes presentes, podendo se chamar Sessão Pasterror - a história que o pastel te conta; o nosso pastel não tem só sabor, tem história também.

A reflexão popular do título recebido influencia a potencialização do atrativo turístico, cuja oferta do pastel de Tangará evidencia não apenas a boa aceitação da iguaria, mas o bom trabalho feito em termos de divulgação e atendimento de visitantes, que se deslocam até tais cidades para conhecer ou degustar mais uma vez o prato e terminam movimentando toda a cadeia produtiva do turismo local. Como se havia dito, é preciso lembrar que não se trata apenas da venda de pasteis, mas de uma manifestação cultural, o que provoca a pensar criticamente sobre o crescimento de tal oferta.

No entanto, o pastel de Tangará, além da experiência sensorial (sabores), uma experiência cultural (hábitos e costumes do lugar). Torna-se necessária uma reflexão mais ampla, que ultrapasse as questões vinculadas à comercialização, pois a força do título de capital (referência) gastronômica do pastel do RN, a população tangaraense, que na pesquisa demonstrou pouco interesse na temática e todos seus envolvidos na cadeia turística, terem um sentimento de pertencimento do título e levantar discussões pertinentes e outros estudos de pratos típicos que se consolidaram como atrativos turísticos e assim contribuir para o debate acadêmico do turismo gastronômico, cultural nas possibilidades econômicas que são vitais para o município em pauta.

Referências

- BAHL, Miguel. **Legados étnicos & Oferta turística**. Curitiba: Juruá, 2004.
- BARCZSZ, Débora Silvestre; AMARAL Franciely F. Azarias do. **Turismo gastronômico: A percepção do turista na 18ª festa nacional do carneiro no buraco de Campo Mourão Estado do Paraná**. Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo. 2010.
- BARROCO, L. M. S. **A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano**. 2008. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/ervturdes/y_3a2008_3ai_3a2_3a6.htm> Acesso em: 18.nov. 2020.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm> Acesso em: 20.nov.2020.
- CORNER, Dolores Martín Rodríguez. **A Gastronomia como Atrativo no Turismo Cultural**. IN: IV Seminário de pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul, 7 e 8 Jun. 2006.
- DICIONÁRIO. Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. **Todas as palavras de A a Z**. Dicionário Aurélio, 2009-2018. Disponível em: Acesso em: nov.2018.
- EMBRATUR, **Inventário da oferta turística – metodologia**. Rio de Janeiro: DIPLAN/CEBITUR, 1984. p. 127.
- FREITAS, Robson. **Documentário: Tangará, seu povo, sua história**. Parte 2. 07.dez.2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=76t2uAQuea4>> Acesso em: 16.abr.2020.
- FEMURN. **Federação dos Municípios do RN**.2017 Disponível em: <https://www.femurn.org.br/p/distancia-a-natal-rn>. Acesso em: 20.nov. 20.
- GABRIEL, Yiannis; LANG, Tim. **The unmanageable consumer – contemporary consumption and its fragmentations**. London: SAGE Publications; 1995.
- HENRIQUES, C.; CUSTODIO, M. J. **Turismo e Gastronomia: a valorização do patrimônio gastronômico na região do Algarve**. Encontros Científicos, Faro, n. 6, 2010 . ISSN 1646- 2408. Disponível em: Acesso em: 18. nov. 2020.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. ed.2. rev. ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2012-2019. **População feminina no Brasil**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em: 20.nov. 20.
- LANA, R. M., Coelho, F. C.,Gomes, M. F. C.,Cruz, O. G.,Bastos, L. S.,Villela, D. A. M., & Codeço, C. T. (2020). **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva**. 2020.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.
- OLIVEIRA, L. **Cozinha paulista caipira**. Geograficidade, Notas e Resenhas. v.4, p.70-75, Número Especial, Outubro, 2014.
- RICHARDS, G. **Cultural tourism in Europe**. Wallingford: CAB International, 1999.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Nº 10.663, de 11 de Fevereiro de 2020. **Município de Tangará como a capital gastronômica do pastel do RN**. Diário Oficial do estado do RN. RN: seção 1, Ano 87, Nº 14.600.

RODRIGUES, A. A. B. 2 ed. **Desafios para os estudiosos do turismo**. In: Turismo e Geografia. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOARES, M. C. **Sociedade civil e sociedade política em Hegel**. Fortaleza: Edições UECE, 2009

SANTOS, Luiz Antônio. SILVA, Joseane Pedro da, **Dossiê do Pastel de Tangará**. Tangará: 2020. No prelo.

ZHU, N.,Zhang, D.,Wang, W.,Li, X.,Yang, B.,Song, Ji.,Zhao, X.,Huang, B.,Shi, W.,Lu,R.,Niu, P.,Zhan, F.,Ma, X.,Wang, D.,Xu, W.,Wu, G.,Gao, G.,Phil, D., & Tan, W. (2020). **A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China**, 2019.

ZUIN, L.F.S.; ZUIN, P.B. **Produção de alimentos tradicionais**: contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. Rev. Bras. Gest. Desenvol. Reg., v.4, p.109-127, 2008.

Enviado em 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

PEDRA DE SÃO PEDRO: A PRÁTICA DO TURISMO DE AVENTURA COMO PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SÍTIO NOVO/RN

Beatriz Fernandes da Silva³⁸
Francisca Geovana Rodrigues Rocha³⁹
Maria Elloyse Silva de Araújo⁴⁰
Erivaldo Xavier de Lima⁴¹
Gilmara Barros da Silva⁴²

Resumo

A cidade de Sítio Novo/RN é agraciada por uma paisagem natural rica que permite a prática de atividades de aventura, devido a uma rocha sedimentar conhecida como Pedra de São Pedro. Este artigo se debruçou sobre a viabilidade da prática do turismo de aventura como impulsionador do desenvolvimento turístico local. A pesquisa foi tida como, bibliográfica, de abordagem qualitativa com aplicação de questionários *online*, chegando a resultados que revelam a uma realidade percebida pela comunidade autóctone, comerciantes e agentes municipais, da existência de um espaço natural que necessita ser contemplado com infraestrutura.

Palavras-Chave: Turismo de aventura. Pedra de São Pedro. Sítio Novo/RN.

Abstract

The city of Sítio Novo, Rio Grande do Norte, Brazil is graced by a rich natural landscape that allows the practice of adventure activities, due to a sedimentary rock known as Pedra de São Pedro. This article focused on the feasibility of the practice of adventure tourism as boost of local tourism development. The survey was considered to be bibliographic, with a qualitative approach with the application of online questionnaires, reaching results that reveal a reality perceived by the community, traders and city politicians, of the existence of a natural space that needs to be contemplated with infrastructure.

Keywords: Adventure tourism. Stone of São Pedro. City of Sítio Novo/RN.

³⁸ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil

³⁹ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁴⁰ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil

⁴¹ Especialista em Gestão de Pessoas – IBRAPES/UVA; Bacharel em Turismo pela Universidade Potiguar - UnP; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica Logos; Licenciado em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica no IFRN; Guia de Turismo. Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁴² Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre e Bacharel em Turismo pela UFRN; Bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Guia de Turismo (IFRN). Docente e orientadora no curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

Introdução

No presente momento, o mundo está atento à situação e à propagação do novo Coronavírus, conhecido como SARS-CoV-2, causador da Covid-19. Todavia, em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, China, foi descoberto um novo agente do Coronavírus, o sétimo dessa família com a capacidade de infectar humanos, esse vírus foi descoberto a partir de estudos com grupos de pessoas com sintomas de pneumonia, sem causas conhecidas (ZHU et al., 2020). Esse novo Coronavírus, com probabilidades de contágio superior aos anteriores, fez com que, dois meses depois de sua descoberta, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia, isto é, quando há grande número de registros de casos em todos os continentes (BRASIL, 2020b; ZHU et al., 2020).

O avanço exponencial dos casos no dia 6 de fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei da Quarentena para o enfrentamento da pandemia. Desse modo, vários estados brasileiros foram adotando estratégias restritivas no que tange à circulação de pessoas em espaços públicos. Como exemplos de medidas restritivas, houve cancelamento de aulas em todas as esferas de ensino, bem como redução de horário de atendimento, mudança de contrato de trabalho, realização de trabalho remoto.

Como o maior dos esforços para o controle do Coronavírus ainda não existe até o momento nenhum tipo de medicamento, tratamento ou vacina específica para esse novo vírus, portanto, a melhor forma de combater a pandemia é o distanciamento social e uso de protetor facial conhecido como máscara, devidamente ajustado no rosto, cobrindo o nariz e a boca. Sendo assim no contexto da atividade turística a pandemia fez com que as viagens fossem remarcadas, hotéis e restaurantes fechassem suas portas, profissionais guias de turismo precisaram sobreviver com auxílio emergência do governo federal e assim a atividade turística poderá ser a última das atividades econômicas a retornar à normalidade, entendendo que as pessoas precisam de recursos financeiros para viajar, além de tempo livre e saúde.

Nesse ínterim os profissionais do turismo encontram-se aperfeiçoando suas práticas para receber os turistas de forma hospitaleira como de costume, acrescida de um protocolo sanitário, melhorando o destino turístico, no caso, o nosso objeto de pesquisa, é uma rocha sedimentar conhecida como Pedra de São Pedro, localizada no Sítio de mesmo nome (COSTA, 1992). Hoje pertence ao assentamento Pedra de São Pedro, no município de Sítio Novo, no Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil; a aproximadamente a 99 km de Natal, capital do Estado (FEMURN, 2020) com uma área territorial de 213.459 Km², além de uma paisagem natural rica e que permite a prática de atividades de aventura, como rapel, tirolesa, trilhas, eventos de *rally*. (TAVEIRA, 2015).

A paisagem natural como nicho de prática de aventura, chamou a atenção para o recorte dessa pesquisa, conduzindo a questionamentos que fundamentam a pesquisa e a apresentação do objetivo que é a promoção do turismo de aventura como fomentador de desenvolvimento local, através da caracterização da potencialidade e análise dos agentes do turismo na promoção do destino.

Em vista disso, o município anseia por melhoria em seu destino turístico, ao qual se deu a relevância da pesquisa; nesse contexto o assunto em questão, gerou a motivação da pesquisa, que possibilitará um conhecimento aprofundado da temática, contribuição acadêmica e fomento da atividade turística local.

Fundamentação teórica

A partir de movimentos ambientalistas dos anos de 1970, e o forte apelo mercantil do segmento do turismo de massa apontando como agressor da paisagem natural exigia uma nova conduta dos turistas (BRASIL, 2010,p.13), surgindo então o mercado do Turismo de Aventura, que cresce no mundo e no Brasil em ritmo acelerado.

É importante saber que o turismo de aventura tem características singulares que a difere de outros segmentos do turismo. Entendendo o que diz (SWARBROOKE, 2003, p.9) “existem palavras que caracterizam as atividades de aventura, como, resultados incertos, desafio, perigo, risco e emoções constantes”. Essas características supracitadas revelam uma grande diferença do segmento de aventura dos demais. Mais uma vez o (SWARBROOKE, 2003, p. 27) define turismo de aventura como:

Atividades de viagem e lazer que são contratadas na esperança de produzirem uma experiência de aventura recompensadora. Essa experiência será de natureza intensiva e envolverá uma serie de emoções, dentre as quais o entusiasmo será a principal. Ela resultara em riscos e desafios intelectuais, espirituais ou emocionais.

Sabendo disso, o turismo de aventura promove a prática de atividades físicas, que tem por finalidade envolver sensações e riscos controlados, exigindo técnicas e equipamentos específicos, na garantia da integridade física dos praticantes (FERNANDES, 1998).

Á vista disso, são evidentes que os riscos controlados que envolvem esse segmento têm um papel fundamental na caracterização das atividades, além da grande interação com ambientes naturais e/ou ambientes urbanos. Nesse sentido, pode-se afirmar que o turismo de aventura está ligado diretamente, à questão do desafio, dos riscos calculados com intenção de testar limites (GIARETTA, 2003).

Percebe-se um grande nicho de mercado, que é a Pedra de São Pedro e sabe-se que a prática de aventura pode ser descrita como experiência de lazer, segundo (NEULINGER, 1981), precisa ser um estado da mente, voluntária e intrinsecamente motivadora. Também se tem conhecimento que um atrativo turístico é composto de “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados” (BRASIL, MTUR, 2007b, p.27). O atrativo “é o elemento que desencadeia o processo turístico” (VALLS, 2006, p. 27), ou seja, a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento turístico (BOULLÓN, 1983).

Portanto, para esta pesquisa, a pedra de São Pedro no futuro, deverá se tornar um produto turístico composto de atrativos turísticos acrescidos de infraestrutura, serviços e equipamentos, comercializados de forma organizada, a fim de satisfazer às necessidades e aos desejos do visitante.

Discussão dos resultados

A coleta de dados foi realizada entre seis de agosto e seis de setembro do ano em curso. Na discussão dos dados coube destacar o perfil da população respondente que foram 168 e abaixo se encontram informações tais como: gênero, faixa etária, e local de residência dos respondentes.

Tabela 1: Estratificação Social

PERFIL	PORCENTAGEM	RESPONDENTES
1- Feminino	59%	99,12
2- De 16 a 19 anos	50%	84
3- Sítio Novo/RN	31%	52,8

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Cabe frisar que segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC (IBGE, 2019) o quantitativo de mulheres no Brasil aponta para 51,8%. No entanto alinha-se a estatística com 59% dos respondentes do sexo feminino.

É preciso acentuar como ponto de interesse relatado na pesquisa a faixa etária entre 16 e 19 anos, com 50% (Tabela 1), grupo de adolescentes, que segundo (DAVIM, 2009) é cronologicamente compreendido entre 10 e 19 anos; um novo ser social, com capacidade de raciocínio mais desenvolvido, comportamento contundente, dentre outros atributos.

Identifica-se uma fragmentação de respondentes nas quais 31% são residentes e domiciliados no município de Sítio Novo/RN, onde se encontra a Pedra de São Pedro, que é o recorte da pesquisa; e os demais respondentes são dos municípios circunvizinhos, inclusive a capital: Tangará/RN com 24%, Serra Caiada/RN com 6%, Santa Cruz/RN com 12% e Natal/RN com 27%.

De modo similar, visando responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, que é caracterizar a potencialidade da atividade de turismo de aventura na Pedra de São Pedro, foram manifestadas as seguintes respostas, (Tabela 2).

Tabela 2: Contemplando o primeiro objetivo específico.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
4- O Sr.(a) acha da infraestrutura (bebedouros e banheiro) no local da Pedra de São Pedro?	74% - Ruim
5- O Sr.(a) acha sobre serviço de informações (segurança) no local da Pedra de São Pedro?	70% - Ruim
6- O Sr.(a) acha sobre a via de acesso (iluminação e pavimentação) no local da Pedra de São Pedro?	46% - Ruim
7- O Sr.(a) acha sobre o modal de transporte (mobilidade) no local da Pedra de São Pedro?	71% - Regular
8- O Sr.(a) acha sobre a sinalização (placas) no local da Pedra de São Pedro?	75% - Ruim
9- O Sr.(a) acha sobre serviço de alimentação no local da Pedra de São Pedro?	61% - Bom
10- O Sr.(a) acha sobre serviço de hospedagem no local da Pedra de São Pedro?	65% - Bom

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Afinal, a capacidade de atração de investimentos, geração de emprego e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida da população sitionovense estão diretamente associados à infraestrutura, que segundo (FRANCISCO, 2020) consiste em um conjunto de elementos estruturais que impulsiona o desenvolvimento socioeconômico de um determinado local, neste caso no entorno da Pedra de São Pedro, no município de Sítio Novo/RN.

Da questão de nº 4 até a questão de nº 6, reportam-se para a infraestrutura geral do destino, por exemplo, redes de estradas, aeroportos, sistema de trem, sistema de ônibus, abastecimento de água, telecomunicações, esgotos, saúde, saneamento, sistema de geração de energia elétrica, serviços financeiros e serviços de informática (DWYER & KIM, 2003). A percepção da infraestrutura básica no entorno da Pedra de São Pedro ficou muito aquém entre ruim e regular, havendo falta de banheiros, bebedouros, pavimentação, iluminação, segurança, o que revela um desmazelo com o patrimônio natural, que é um potencial turístico no segmento do turismo de aventura.

A percepção das respostas das questões de nº 7 até a de nº 10 é bem semelhante às anteriores pela ausência de uma infraestrutura geral, sendo inviável possuir uma estrutura turística, e assim obteve-se 71% como regular pela deficiência do modal transporte, por ocasião do lugar está geograficamente em uma serra denominada Serra da Tapuia com um relevo íngreme, inviabilizando o uso de ônibus, apenas motos e carros de passeio; e 75% Ruim por não existir uma sinalização turística.

No quesito hospedagem, 65% dos respondentes avaliam como boa, apesar do espaço possuir apenas uma única pousada, a rústica pousada Pedra de São Pedro e na alimentação chegou-se ao patamar de bom para 61% dos respondentes.

Nesse contexto o segundo objetivo específico desta pesquisa, é estimular as principais modalidades de turismo de aventura (Tabela 3).

Tabela 3: Contemplando o segundo objetivo específico.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
11- O Sr (a) concorda que o município de Sítio Novo/RN tem uma oferta diversificada no segmento de turismo de aventura?	82% Concordam
12- Considerando a realidade do turismo de aventura, quais modalidades o Sr.(a) participaria?	41% Trilhas

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Os resultados evidenciaram que 82% dos respondentes concordam que o município tem uma oferta diversificada no segmento do turismo de aventura. É fato que nas áreas rurais mesmo rústicamente, espelham múltiplas ideias de oferta turística, dando amostras da sua “flexibilidade e segmentação” (Santana, 2003a), que são reveladores de uma potencial cartela de produtos turísticos no município de Sítio Novo/RN, tornando-se visível para diversas campanhas promocionais dada a beleza cênica do lugar.

Na questão de nº 12, percebeu-se que 41% dos respondentes preferiram as trilhas, pois já se tem como um “atrativo turístico”, seguido por 29% para escaladas e demais percentagens fragmentadas para o *rally* de motos, de *bikes*, foto aventura, contemplação, etc.

O turismo de aventura no município de Sítio Novo/RN é uma realidade percebida pela comunidade autóctone, comerciantes e agentes municipais; mas vale ressaltar que a existência de um espaço natural não é suficiente para haver um atrativo turístico, pois o espaço em questão precisa ser contemplado com infraestrutura. De acordo com o (SEBRAE, 2008) entende-se que atrativo turístico é um recurso natural ou cultural formatado em negócio e assim o atrativo turístico pode se constituir uma oferta turística, responsável de promover um fluxo turístico a determinado ponto turístico (local de visitação). Para melhorar o entendimento a formatação deve seguir uma hierarquização como: recurso turístico, depois atrativo turístico, culminando com ponto turístico.

Sendo assim, na perspectiva de verificar como o poder público contribui para a promoção e expansão da prática do turismo de aventura na Pedra de São Pedro, apresenta-se o terceiro e último objetivo específico da pesquisa (Tabela 4).

Tabela 4: Contemplando o terceiro objetivo específico

PERGUNTAS	RESPOSTAS
13- O Sr(a) percebe a participação do poder público na promoção do turismo de aventura ?	57% Não
14- Devido à potencialidade natural do município é necessária a certificação de um condutor de atrativos naturais?	79% Concordam

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Compreende-se que a atividade turística necessita de um planejamento tanto do setor público quanto do setor privado. Para que a atividade se expanda sistematicamente é preciso que haja um vínculo uniforme dos interesses, mas não se percebe desse jeito, espera-se muito pelo gestor público frente às inúmeras demandas de planejamento e assim a pergunta foi formulada para saber até onde o poder público promove o turismo de aventura.

Já se esperava na questão de nº 13 a passividade popular nos 57% que afirmaram não perceberem, 17% que não souberam responder e apenas 26% afirmou que sim, percebem a atuação do poder público. No que tange a passividade popular, o turismo tem um papel social muito relevante, a sociedade deveria se sentir parte do turismo, e assim trabalhar com o turismo e não só para o turismo, sendo a principal responsável pelo sucesso do destino. Segundo (KRIPPENDORF, 2001) a população mesmo em ambientes com tradição turística bem desenvolvida é raro exprimir sua opinião, se envolver mesmo que o seu meio está sendo diretamente afetado. Nas palavras de (TUAN, 1980) a expressão topofilia, se interpreta como o amor ao lugar, que se interioriza nos indivíduos à medida que ao se apropriarem do espaço, encaixando-o em seu cotidiano, admitindo ser a própria extensão de sua vida. Ao se apropriar do espaço geográfico se descortina uma nova expectativa mercadológica transformando em um espaço turístico rentável.

Frente a esse envolvimento, chegou-se a questão de nº 14, destacando-se a qualidade da mão de obra especializada no turismo de aventura, afirmado por 79% da população respondente que concordaram na certificação de um condutor de atrativos naturais. É fato, a "adrenalina" da aventura turística, implica risco previsível a que o praticante se expõe; quem oferecer o serviço deverá ser capacitado dentro das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 15286 do turismo de aventura, quanto a informações preliminares aos clientes. Segundo o Ministério dos Esportes (BRASIL, 2007), os esportes são praticados sob condições de risco calculado, incluem manobras arrojadas e controladas de fortes emoções diferente do ecoturismo, onde o turista curte a natureza de forma diferenciada, na busca de relação com a natureza, de interpretação ambiental, contemplação sem adrenalina. Face ao exposto uma capacitação adequada oferecerá tanto um espaço seguro, sustentável e economicamente viável além de outras frentes de serviços no local.

Considerações finais

A partir das abordagens contidas nesta pesquisa, verificou-se que o turismo de aventura pode trazer inúmeros benefícios para todos os municípios. Sendo assim a pesquisa propõe ações como: Espaço Geoturístico São Pedro - Espaço com atividades empresariais atendendo empresas que almejam novidades de integração e treinamento em recursos humanos através de trilhas, rapel, tirolesa dentre outras que caibam melhor no perfil da empresa; no campo pedagógico, aulas passeio proporcionando aos alunos uma atividade lúdica dentro do universo escolar.

Projeto Tapuias, um curso de condutor de trilhas, desenvolvido na própria base comunitária, fortalecendo a economia local mediante a profissionalização de condutores, proporcionando uma opção de turismo e lazer. Esses condutores de trilhas terão formação de pelo menos três módulos específicos como: trabalho do condutor, técnicas de condução de grupos, interpretação ambiental e primeiros socorros.

Mapa de Trilha, confecção de material promocional com parceria do comércio local apresentando as trilhas do lugar e pontos de escala, pois é importante para o visitante saber qual o tempo de percurso e grau de dificuldade para se chegar ao topo que ainda não se tem uma escada e um deck para contemplação.

Mutirão de limpeza e aventura – Mutrilhão na Pedra de São Pedro, com a participação de toda a comunidade e iniciativa privada na remoção de pichações, limpeza e manutenção de trilhas de acordo com o Dia Internacional da Montanha (11 de dezembro); sensibilizando a população sobre a importância da preservação das montanhas, como grande biodiversidade de fauna e flora semi-árida com singularidade cultural.

Ponto de Apoio: com disposição de água mineral, protetor solar, máscara, bonés, kit sementes de plantas nativas como lembrancinhas do lugar; doces artesanais: como a fruta umbu e seu suco medicinal, a umbuzada sertaneja; cerâmicas (copo) com figuras rupestres do lugar, incentivando o pujante artesanato local.

Parece conveniente dizer que as cidades, especialmente as do interior, buscam no turismo um crescimento econômico e social e precisam estruturar-se sob vários aspectos, desde o planejamento para o sucesso da atividade turística até o seu suporte, através de uma infraestrutura compatível com a atividade atendendo aos anseios da população.

Por fim, os autores sugerem a crítica e o aprofundamento do tema proposto, que se expanda para benefício do turismo e da sociedade em geral.

Referências

- BRASIL. **Coronavírus**. Ministério da Saúde. 2020b. Disponível em: <https://www.coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 20.Ago.2020.
- _____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 - **Roteirização Turística** / Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007b.
- _____. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura**: Orientações Básicas. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- _____. Ministério do Esporte. **Conceitos para esportes de aventura e radical**. 2007. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39888-ministerio-do-esporte-define-conceitos-para-esportes-de-aventura-e-radical>. Acesso em: 05. mai. 2020.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del espacio turístico**. México: Editorial Trillas, 1983.
- COSTA, J. **Sítio Novo e sua gente**: Terra de São Sebastião. 1992
- DAVIM RMB, Germano RM, Menezes RMV, Carlos, DJD. **Adolescente/adolescência**: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. Rev Rene. 2009.
- DWYER, L., & KIM, C. (2003). **Destination Competitiveness**: Determinants and Indicators. *Current Issues in Tourism*, 6(5), 369–414.
- FEMURN. **Distâncias a Natal/RN**. Disponível em: <<http://www.femurn.org.br/distancias-de-natal-rn>>. Acesso em: 17. jul. 2020.

- FERNANDES, R. C. **Esportes radicais**: referências para um estudo acadêmico. Conexões, v.1, n. 1, p. 108- 118, 1998.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Infraestrutura**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/infraestrutura.htm>. Acesso em: 16.nov.2020.
- GIARETTA, M.J. **Turismo da juventude**. Barueri: Manole 2003.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2012-2019. **População feminina no Brasil**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em: 20.nov. 20.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 20 edição. São Paulo: ed. Aluph Publicações e Acessoria Pedagógica Ltda, 2001.
- NEULINGER, J. **The physiology of leisure**. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas. 1981.
- TAVEIRA, M.S.(coordenador). **Inventário Turístico de Sítio Novo/RN**. Currais Novos: UFRN, 2015.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980
- SWARBROOKE, J. *et al.* **Turismo de aventura**: conceitos e estudos de casos. Trad. Marise Philbois Toledo. Rio de Janeiro:Elsevier, 2003.
- SANTANA, A. **os olhos também comem: imagens de patrimônio para o turismo**. In: Peralta, E. e. M Anico (orgs). Patrimônios e identidades. Ficções Contemporâneas, Oeiras, Celta:2003^a
- SEBRAE. **Manual de orientação para a construção, estruturação e implementação de projetos da Célula de Negócios em Turismo, Cultura e Artesanato**. São Paulo: SEBRAE, 2008.
- VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ZHU, N. et al. **A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019**. The New England Journal of Medicine, [S.l.], v. 382, p. 727-733, february, 2020.
- Enviado em 31/12/2020
- Avaliado em 15/02/2021

“EMPREENDOCENTISMO”: A PERCEPÇÃO DO ALUNO DO ENSINO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO SOBRE A PRÁTICA EMPREENDEDORA DOCENTE

Cleydsa Suênia de Lima⁴³
Erivaldo Xavier de Lima⁴⁴
Gilmara Barros da Silva⁴⁵

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é verificar a relação empreendedora dos docentes do ensino técnico profissionalizante em suas práticas pedagógicas na ótica discente. Para tanto se utilizou a pesquisa bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa e realização de questionário *online*, chegando à constatação que os docentes têm propensão à criatividade, mentorismo e fomento de negócios possibilitando ao alunado uma educação *sui generis* e significativamente necessária, em se tratando de formação integral do aluno e a exigência do mercado de trabalho que influencia diretamente no processo educativo.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Turismo. Educação empreendedora.

Abstract

The objective of this research was to verify the entrepreneurial relationship of professors of professional technical education in their pedagogical practices from the student's perspective. For this purpose, bibliographic, exploratory, descriptive research with a qualitative approach and online questionnaire was used, reaching the realization that teachers are prone to creativity, mentoring and business promotion, enabling students to have a *sui generis* and significantly necessary education, in the case of comprehensive student training and the demand of the world of work that directly influences the educational process.

Keywords: Entrepreneurship. Tourism. Education entrepreneurship.

Introdução

A Covid-19 é a designação da doença cujo vírus é o Sars-CoV-2, conhecido popularmente como novo coronavírus. Haja vista a sua velocidade de propagação e contágio em nível exponencial, que teve o seu início na China, no final de dezembro de 2019. Desafiando a ciência e ainda sem um antígeno definido, o número de mortes segundo (WHO, 2020) encaminham-se para 1.475.825 pessoas confirmadas no mundo, configurando-se, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma pandemia.

⁴³ Mestra em Ciências Ambientais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN; Colaboradora do Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁴⁴ Especialista em Gestão de Pessoas – IBRAPES/UVA; Bacharel em Turismo pela Universidade Potiguar - UnP; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica Logos; Licenciado em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica no IFRN; Guia de Turismo. Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁴⁵ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre e Bacharel em Turismo pela UFRN; Bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Guia de Turismo (IFRN). Docente e orientadora no curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

Embora a nova realidade mundial imposta pela Covid-19, por mais que a economia dos países esteja atormentada com a pandemia, a educação deve ser uma distração saudável durante esse prolongado confinamento social; em se tratando da formação do aluno a uma mudança bastante significativa de acordo com a Lei Federal nº 11.741/08, (BRASIL, 2008) sobre a educação profissionalizante. Essa inclusão representa uma oportunidade a mais para a inserção no mundo do trabalho de forma qualificada. Nessa perspectiva e a partir das exigências do mundo do trabalho, é necessário o uso da educação empreendedora cuja principal característica é a capacidade de construção de novos conhecimentos a partir dos aprendizados preliminares.

No que se refere às teorias e ideologias utilizadas em sala de aula deve-se abrir caminho, questionar todas as outras e, sobretudo, a si mesmas - isto é aprender (DEMO, 2000). Considerando a pesquisa como relevante ao propor uma nova comunhão à percepção do fomento da atividade empreendedora a partir do contexto da educação formal.

Face ao exposto os objetivos estabelecidos nesse artigo são: observar a relevância do empreendedorismo na prática docente durante a formação técnica do aluno, cuja delimitação da população da pesquisa deu-se a estudantes respondentes, especificamente alunos do ensino médio profissionalizante do curso técnico de guia de turismo, elencando as práticas empreendedoras além do espaço escolar; e os benefícios desta prática. Cabe frisar que se chegou à constatação da relevância da pesquisa por almejar um professor instigador e potencializador do empreendedorismo em suas aulas, propensos à criatividade, mentorismo e fomento de negócios possibilitando ao alunado uma educação peculiar e significativamente necessária, em se tratando de formação integral do aluno frente à exigência do mercado de trabalho.

Dados os objetivos desta pesquisa, a população escolhida foram os alunos do Ensino Médio Profissionalizante do Curso Técnico de Guia de Turismo, da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, situada no município de Santa Cruz/RN. Onde a coleta de dados foi realizada entre 18 de fevereiro e 18 de abril de 2020 de forma *online*, envolvendo o universo de 95 (noventa e cinco) entrevistados dos primeiros, segundos e terceiros anos, além de egressos do curso.

Sendo assim, o presente artigo encontra-se dividido em quatro partes. *A priori*, obtém-se a introdução, onde se explicam a problemática, a justificativa e os objetivos. Posteriormente é feita uma breve discussão sobre as concepções teóricas norteadoras da investigação. Em seguida, na terceira seção apresenta-se a discussão dos resultados obtidos na pesquisa. Logo após, as considerações que indicam a conclusão, embora o estudo não pretendesse ser presunçoso no que tange ao fazer docente, mas sensibilizar os estudiosos da área quanto à melhoria na didática, planejamento, aferição, avaliação e moldagem de suas práticas empreendedoras.

Fundamentação teórica

Sabe-se que o turismo chama a atenção e provoca o maior interesse por ser um tema transversal, sendo assim faz-se necessário defini-lo. Das inúmeras definições a referência terminológica, usa-se o que padroniza a Organização Mundial do Turismo - (OMT, 2001) definindo turismo como “uma atividade que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outras”. Este conceito se tornou referência.

Como foi visto, o turismo como uma atividade, envolvendo negócios, nos remete à obra de Richard Cantillon (1680 a 1734), autor precursor do termo empreendedorismo, *entrepreneur* que significa “aquele que está entre ou intermediário, sempre relacionado à compreensão de criar algo por si só, para o seu benefício” (CORNÉLIO FILHO, 2003). Para Shane e Venkataraman (2000), o empreendedorismo é compreendido como descoberta e exploração de oportunidades. Em suma, não há um modelo único e simplificado da lógica do empreendedorismo e deve ser tratado assim como o turismo, um fenômeno, em função das suas complexidades.

Salienta-se que a Educação Empreendedora não deve ser somente direcionada aos fundadores de novas empresas, mas que possa integrar mais pessoas de diferentes maneiras, (KIRÖ, 1997; GIBB, 2005). Compreende-se, portanto, que a Educação Empreendedora tem um papel importante no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes do sujeito para o seu engajamento no processo do empreendedorismo, sendo aptos para a criação, condução e implementação do processo criativo ou proporcionando a oportunidade de elaborar novos planos de trabalho, de estudo, de negócios, transformando-se deste modo, em um protagonista pelo seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Sendo assim como coadjuvante na transformação social do aluno, o professor precisa se sensibilizar através da Educação Empreendedora, e não mais as aulas tradicionais, mas pela abordagem do tema com os alunos, fazendo com que eles sejam verdadeiros transformadores (CACHOEIRA, 2016). Torna-se evidente ressaltar a importância da percepção do aluno, pois na Educação Empreendedora pretende “desenvolver a autoestima e valorizar o potencial de persistência dos alunos, diante de resultados não esperados, diante do erro e do que os outros consideram fracasso” (DOLABELA, 2003, p. 30).

Nenhuma atitude interdisciplinar docente nasce por acaso. Precisa da percepção, que consiste no modo como o ser humano vê, distingue, conceitua e atribui juízos de valor a si e ao que se passa a sua volta. Para Jorge (2011), a percepção remete ao ato por meio do qual alguém se certifica da presença de um objeto, ser vivo ou fenômeno. Sendo assim a percepção do aluno sobre a prática empreendedora do professor possibilita um retorno para o mesmo e maior redimensionamento das suas práticas, favorecendo o aluno e enaltecendo a Educação Profissional.

Cabe frisar que nesse artigo, há alguns neologismos, terminologias, novas palavras surgem e outras deixam de ser usadas. Então, “ao processo de criação de novas palavras, dá-se o nome de neologia. O elemento resultante, a nova palavra, é denominado neologismo” (ALVES, 1990, p. 5). Segundo (LIMA, 2017), o neologismo denominado empreendedorente (professor empreendedor) e empreendedorentismo (prática empreendedora do docente), empregado nesse artigo deverá seguir as três fases da neologia que de acordo com Ferraz (2012) a primeira fase dar-se na criação do neologismo, passando pela recepção e aceitação da comunidade lingüística, posteriormente com a desneologização, fase importante que o novo termo será inserido em um dicionário.

Discussão dos resultados

Na perspectiva da discussão dos resultados, foi feito um recorte da população respondente com as seguintes informações: gênero, faixa etária, etapas do ensino médio e domicílio, que estão devidamente representadas em tabelas.

Tabela 1: Estratificação Social

PERFIL	PORCENTAGEM	RESPONDENTES
1- Feminino	60%	57
2- Entre 15 e 16 anos	60%	57
3- Primeiro ano do ensino médio	60%	57
4- Santa Cruz/RN	90%	85,5

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Dentro de uma população de 95 estudantes, obteve-se 60% de respondentes do sexo feminino, pois em consonância com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC (IBGE, 2019) o quantitativo do gênero em âmbito nacional é formado por mulheres, chegando a 51,8% da população brasileira.

De modo similar a faixa etária ficou entre 15 e 16 anos, com 60% dos respondentes e a etapa do ensino médio que estão cursando é o primeiro ano com 60% dos respondentes (Tabela 1), entendendo que os mesmos se encontram em idade ideal para o ensino médio, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB da educação, Lei nº 9.394/96, a idade mínima para emissão de certificado de conclusão de ensino médio é 18 anos.

Nesse contexto percebeu-se um total de 90% dos respondentes, serem residentes e domiciliados no município de Santa Cruz/RN, haja vista que a Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, sedia o ensino médio profissionalizante no mesmo município; e 10% do alunado se deslocam de cidades circunvizinhas como: Tangará/RN e Sítio Novo/RN.

Referente ao primeiro objetivo específico deste artigo, que é observar a relevância do empreendedorismo na formação técnica do aluno, foi manifestada as seguintes interrogativas (Tabela 2).

Tabela 2: Respondendo o primeiro objetivo específico.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
5- Como você percebe a importância da prática empreendedora em sua formação?	80% - É fundamental para sua formação
6- Quais atividades didáticas são mais relevantes para o seu aprendizado no que tange ao empreendedorismo?	75% - Criação de ideias de negócio (plano de negócio)
7-Você pretende ser empregado ou empregador (autônomo)?	75% - Empregado

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Como se pode ver, em relação à percepção da prática empreendedora na formação do aluno, na questão nº 5 a amostra revelou que 80% dos respondentes afirmaram que é fundamental para sua formação técnica, que de acordo com Dornelas (2008), o empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em unidos, levam à transformação de ideias em oportunidades, tornando-se importante na criação de oportunidades de negócios, já que a atividade do guia de turismo é uma atividade de muitas práticas pró-ativas e inovadoras.

Na questão de nº 6, 75% dos respondentes afirmaram que, o que mais atrai a atenção nos conteúdos, e que o professor aplica em sala de aula, é a criação de ideias de negócio, tornando-se necessário um entendimento mais aprofundado do plano de negócio que é de fundamental importância à medida que permite a visualização da visão e posição do negócio em relação a objetivos estratégicos.

Para concluir essa etapa, a pergunta de nº 7 nos permite saber da decisão frente à pretensão da categoria de ocupação laboral do aluno. Revelou-se que 75% dos respondentes preferem ser empregado; isto em face da cultura do assalariamento e por não entender os processos de flexibilização da cultura do trabalho nas últimas décadas. O trabalho autônomo é valorizado como ideal pelas empresas que passam a dispor da força de trabalho, apenas quando necessitam segundo Barbosa (2002. p.38), mas em contra ponto, Gorz (2005) fala que mesmo o trabalhador cogitando sua categoria como assalariado, o mesmo não se apresenta mais como apenas uma mera força de trabalho com capacidades impostas pelo empregador, mas como um produto em transformação contínua, tornando-se um empreendedor individual, conduzindo sua carreira profissional como uma sucinta empresa.

O segundo objetivo específico desta pesquisa trata-se de elencar as práticas empreendedoras docentes na visão dos alunos quanto à atualização do professor; a percepção dos mesmos nas aulas de empreendedorismo além do espaço escolar, proporcionando ideias de negócio para a comunidade externa; e a existência da promoção do aluno no que tange a sua inserção no mundo do trabalho. As respostas estão visíveis na (Tabela 3).

Tabela 3: Respondendo o segundo objetivo específico.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
8- Percebe-se que o professor está sempre atento as novidades do mercado de trabalho e testa as novas tendências em sala de aula?	80% - Sim
9- A abordagem empreendedora em sala de aula pode ajudar a comunidade escolar (professores, alunos, colaboradores, pais e responsáveis)?	50% - Concordam
10- Como você percebe que o professor empreendedor prepara o aluno para inserção no mundo do trabalho?	65% - Promovendo eventos em conjunto com as empresas

Fonte: Elaboração própria em 2020.

Nas indagações acima, na questão de nº 8, 80% dos respondentes afirmam que sim, percebem que o professor está sempre atento as novidades do mercado de trabalho. Sabe-se que o professor continuamente deve abastecer o seu estoque de conhecimento, atualizando-se na sua área de magistério, onde o campo da prática é a escola e o contemplado é o aluno. Observa-se a importância da atualização profissional que segundo (SILVA, 1996), a formação continuada do professor é um processo em construção, sem fim, renovado por meio de diálogos com as novas gerações. Haja vista na pretensão de um futuro melhor e com consciência na participação e construção de uma educação de qualidade é que firma-se o desejo da formação continuada docente transformando informação em conhecimento.

Na questão de nº 9, a metade dos respondentes, ou seja, 50% concordam que a abordagem empreendedora transpõe o espaço escolar, contemplando a circunvizinhança. Segundo Dolabela (2003) a necessidade da educação empreendedora, desde a mais tenra idade, na perspectiva de criar cultura empreendedora, pois vale salientar que “todos nascem empreendedores”, e se em algum momento, deixarem de ser é porque foram vítimas da exposição a valores econômicos antiempreendedores, da cultura do assalariamento.

Consta na questão de nº 10, que 65% dos respondentes salientam o evento como a vitrine para o mundo do trabalho durante a finalização da disciplina de empreendedorismo, 25% dos respondentes opinaram pelas visitas técnicas as empresas e apenas 10% elegeram a oportunidade de estágio em empresas locais. Sendo assim, o que mais se destacou na prática docente foram: a atração do mercado de trabalho, a promoção do alunado, a integração entre a teoria e a prática e as experiências individuais e coletivas na propagação da visão empreendedora dos mesmos durante o evento vitrine tipo *workshop*, Empreendedores do Turismo - EMPREENTUR, idealizado pelo próprio docente.

O terceiro e último objetivo específico da pesquisa, trata-se de apresentar os benefícios das práticas empreendedoras que corroborados por (Godoi, 2017) são: promoção do desenvolvimento pessoal, econômico e social do aluno; oportunizar a carreira que o aluno realmente gosta e deseja; conferir autonomia para o discente conduzir seu próprio talento; transmissão de valores na inspiração de novos empreendedores; participar do fomento da geração de empregos; ensinar como lidar com fracassos e frustrações e realização de sonhos através de objetivos executáveis.

Por essa razão, a estratégia de disseminação do empreendedorismo apoia-se em dois pilares: a livre adesão da escola à pedagogia empreendedora e a autonomia dos professores, para criar e a recriar com objetividade, solucionando problemas a serviço da prática, constantemente, perseguindo e encontrando a sua congruência com o público a que se dirige: o aluno, a escola e o mundo do trabalho.

Considerações finais

A partir das abordagens contidas nesta pesquisa, ALVES (2020) ressalta que o professor é funcionário de um mundo dominado pelo estado e pelas empresas. É uma entidade gerenciada, administrada segundo a excelência funcional, excelência esta que é sempre julgada a partir do interesse do sistema. Na medida em que as restrições institucionais e econômicas bloqueiam uma atualização mais efetiva do magistério, esse profissional que atua na rede pública, que exerce sua função social de agente de informação junto às camadas mais pobres da população, tem a sua eficiência profissional diminuída, o que, a médio e longo prazo, implicará em queda do padrão de comunicação do conhecimento através do sistema de ensino. Face ao exposto o professor até pode ser um bom professor, dominar e ensinar bem, no entanto, esse ensino pouco serve para resolver os problemas do mundo.

Ao final da pesquisa constatou-se que o professor é instigador e potencializador do empreendedorismo em suas aulas, que estimula a criatividade, mentorismo e fomento de negócios, que possibilita ao aluno uma educação peculiar e significativamente necessária, em se tratando de formação integral do aluno frente à exigência do mercado de trabalho.

Como proposição de estudos futuros recomenda-se a realização de novas investigações a fim de detectar se os resultados alcançados neste estudo caracterizam uma situação pontual ou corresponde à realidade e no que se refere à contribuição técnica do estudo pode-se mencioná-lo como pioneiro do ponto de vista do registro sistematizado das nuances envolvidas na percepção do alunado as práticas empreendedoras dos docentes, ultrapassando a proposta cartesiana de construção do conhecimento, fomentando o debate, oferecendo maior visibilidade ao tema e inserindo o empreendedorismo, sua capacidade otimista, sem perder o contato com a realidade, mesmo em situações adversas.

Referências

- ALVES, R. **Conversas...** Op. cit. p.19 Disponível em:<https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_22fae2b114_0012660.pdf> Acesso em:19.out.2020.
- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**. Criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Lívia. **Cultura e empresas**. Rio: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BRASIL. **Lei 11.741/08**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.
- CACHOEIRA, E. **Empreendedorismo para professores**. 2016. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/edercachoeira1/palestra-sobre-empreendedorismo-para-professores-58378823>>. Acesso em: 23. mai. 2017.
- CORNÉLIO FILHO, P. **A performance da educação para empreendedorismo nos cursos de engenharia do estado de Santa Catarina**: uma metodologia de avaliação abrangendo estudantes e egressos. [Tese de doutorado] PPGEP/UFSC, 186f, 2003.
- DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora** - O ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora de Cultura. 2003.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FERRAZ, A. P. **Produtividade lexical no Português Brasileiro**: O que pode informar um observatório de neologismos? Textos e Contextos; Coleção Mestrado em Linguística, v.07, Franca: Editora Unifran, 2012, p. 13- 36.
- GIBB, A. **The future of entrepreneurship education – Determining the basis for coherent policy and Practice?** In: The Dynamics of Learning Entrepreneurship in Cross Cultural University Context. University of Tampere Research. Centre for Vocational and Professional Education, 2005.
- GODOI, Susane de. **Sete benefícios do empreendedorismo como matéria escolar**. Disponível em:<<https://canaldoensino.com.br/blog/7-beneficios-do-empreendedorismo-como-materia-escolar>> Acesso em 07.jun.2017.
- GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2012-2019. **População feminina no Brasil**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em: 20.nov. 20.
- JORGE, Ana Maria Guimarães. **Introdução à percepção** - entre os sentidos e o conhecimento. São Paulo: Paulus, 2011.
- KIRÖ. P. **The forms and roles of entrepreneurship in transitions**. Jyväskylä. University of Jyväskylä, 1997.
- LIMA, Erivaldo Xavier. **A prática empreendedora no contexto docente**: um estudo de caso no parfor - IFRN, *campus* Parnamirim. Natal/RN. 2017. p.13 No prelo.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. **The promise of entrepreneurship as a field of research**. Academy of Management. The Academy of Management Review, 2000.
- SILVA, E.T. da. **Professor de 1º grau**: identidade em jogo. 2.ed, Campinas: Papirus, 1996. Disponível em:<https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_22fae2b114_0012660.pdf> Acesso em:19.out.2020.
- WHO. World Health Organization. **Confirmed deaths**, Last update: 2 December 2020, 12:25 pm GMT-3. Disponível em :< https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?adgroupsurvey={adgroupsurvey}&gclid=EAIaIQobChMIv4KE8dev7QIVi4KRCh20YwSqEAAAYASAAEgIncPD_BwE> Acesso em: 02.dez.2020
- Enviado em 31/12/2020
Avaliado em 15/02/2021

A INSERÇÃO DO COMPLEXO SANTÁ NA VISITAÇÃO TURÍSTICA EM SANTA CRUZ-RN

Lívia Maria Oliveira de Lima⁴⁶

Gilmara Barros da Silva⁴⁷

Erivaldo Xavier de Lima⁴⁸

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar como o Complexo Santá se insere na visitação turística em Santa Cruz-RN conforme planejamento da Secretaria Municipal de Turismo. Para tanto, utilizou-se as pesquisas: bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa e realização de entrevistas. Os resultados demonstram que o Complexo Santá se constitui um atrativo que complementa a visitação turística de Santa Cruz, ao mesmo tempo, em que valoriza a cultura local através do artesanato e manifestações culturais. Conclui-se que, esse estudo contribui para a divulgação do Complexo Santá e enfatiza a sua importância para cultura e para o turismo local.

Palavras-Chave: Turismo Religioso. Artesanato. Complexo Santá.

Abstract

This article aims to investigate how the Santá Complex fits into the tourist visitation of Santa Cruz-RN planned by the Municipal Secretary of Tourism. For this, it was used the researches: bibliographic, exploratory, descriptive with a qualitative approach and interviews. The results show that the Complexo Santá is an attractive that complements the tourist visitation of Santa Cruz, as well as, valuing the local culture through handicrafts and cultural events. It is concluded that this study contributes to the dissemination of the Complexo Santá and emphasizes its importance for culture and for local tourism.

Keywords: Religious Tourism. Handicraft. Complexo Santá.

Introdução

É sabido que o turismo se utiliza de equipamentos, construções, elementos culturais e outros como atrativo para fazer pessoas de várias localidades empreenderem viagens. Diante disso, a cidade de Santa Cruz-RN vem recebendo o turismo religioso com a visitação do Santuário de Santa Rita de Cássia e, em 2019, para agregar valor à cultura local foi inaugurado o Complexo Santá, que pode vir a se tornar mais um atrativo turístico na cidade.

⁴⁶ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁴⁷ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre e Bacharel em Turismo pela UFRN; Bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Guia de Turismo (IFRN). Docente e orientadora no curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁴⁸ Especialista em Gestão de Pessoas – IBRAPES/UVA; Bacharel em Turismo pela Universidade Potiguar - UnP; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica Logos; Licenciado em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica no IFRN; Guia de Turismo. Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

Desse modo, este estudo foi realizado na cidade de Santa Cruz-RN que conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) está localizada no Estado do Rio Grande do Norte, tendo como sua mesorregião Agreste Potiguar e sua microrregião Borborema Potiguar e fica a aproximadamente 115 Km de distância da capital Natal. Santa Cruz possui de acordo com o censo estimado de 2019, 39.674 habitantes.

A cidade de Santa Cruz-RN teve seu fluxo turístico aumentado depois da construção do Santuário de Santa Rita de Cássia, padroeira de Santa Cruz-RN. Ano após ano se registram números crescentes de visitantes na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-RN, 2020), logo, o planejamento turístico local deve aliar aspectos culturais, históricos, arquitetônicos e outros ao turismo religioso desenvolvido em Santa Cruz. E um equipamento cultural que, em breve, deve ser inserido na visitação turística da cidade é o Complexo Santá.

O complexo Santá inaugurado em 24 de outubro de 2019, surgiu através do projeto Lugares de Charme da design Cris Ribeiro que desenvolveu uma ação com os artesãos locais. Esse projeto cresceu ao ponto da Paróquia de Santa Rita de Cássia ceder um prédio – antiga creche Pinguinho de Gente, para exposição das obras e artesanatos dos artistas locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ, 2020).

Diante disso, esse estudo se propõe investigar como o Complexo Santá se insere na visitação turística em Santa Cruz-RN conforme planejamento da Secretaria Municipal de Turismo. Para tanto, faz-se necessário a utilização de pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa e realização de entrevistas através do *Google forms*, com a Secretária Municipal de Turismo a respeito da inserção do Complexo Santá na visitação turística em Santa Cruz-RN e com a Presidente da Associação dos Artesãos de Santa Cruz-RN responsável pelo referido Complexo, tendo em vista, a obtenção de mais informações acerca do equipamento cultural. A seguir será apresentada a fundamentação teórica desse estudo.

Fundamentação Teórica

O turismo tem sido estudado conforme suas relações com os mais variados ambientes, cultural, econômico, ecológico e social (BENI, 2007), e que por isso deve haver planejamento e ações que promovam a valorização histórica, cultural, social e ambiental dos destinos onde a atividade turística ocorre.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 38) o turismo “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Percebe-se que a prática do turismo envolve o deslocamento de pessoas por várias motivações, assim como, pressupõe o consumo de bens e serviços em destinos diferentes dos seus entornos habituais.

Nesse sentido, Santos (2010, p. 12) ressalta a necessidade de “infraestrutura adequada para atender ao desejo e/ou necessidade da pessoa que adquiriu o serviço, a saber: a recepção, hospedagem, consumo e atendimento às pessoas e/ou grupos oriundos de suas localidades residenciais”.

Nota-se que para o desenvolvimento do turismo em uma localidade são necessárias infraestruturas que possibilitem o deslocamento, a hospedagem, a alimentação e o entretenimento dos turistas/visitantes. Com isso, os destinos aliam as infraestruturas básicas, turísticas e de apoio aos atrativos turísticos locais para atender as necessidades e desejos da demanda turística.

Segundo o Ministério do Turismo (MTUR, 2006) para atender a demanda turística se segmenta a oferta em Turismo de sol e praia, Ecoturismo, Turismo de eventos, Turismo cultural, entre outros. Ressalta-se que dentro do Turismo Cultural encontra-se o Turismo Religioso que são “atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo” (MTUR, 2010, p. 19). Entende-se por Turismo Religioso a busca pela espiritualidade e pela fé nas mais diversas crenças.

É válido destacar que o Turismo Religioso segundo Pereira *et al* (2008, p. 3) “é um importante segmento do mercado turístico que envolve dois dos mais importantes fenômenos sociais do mundo contemporâneo: Turismo e Religião”. Nota-se que o Turismo Religioso tanto envolve a espiritualidade no que se refere as mais diversas crenças e religiões, quanto a própria experiência adquirida através da visitação turística dos destinos, onde os turistas percebem as diferenças entre a sua cultura e os costumes, hábitos, crenças e tradições locais.

Ainda nesse sentido, a cidade de Santa Cruz-RN vem trabalhando o Turismo Religioso, desde 2010 com a inauguração do Santuário de Santa Rita de Cássia e buscando aliar novos atrativos a visitação turística local, tem-se o Complexo Santá, um espaço que promove a valorização da cultura e do artesanato autoral, podendo ser utilizado para visitação turística.

Nessa perspectiva, por artesanato pode-se entender segundo o dicionário *Michaelis online* em português (2020) a “arte e técnica do trabalho manual realizado por um artesão; método de trabalho do artesão que alia utilitarismo à arte”. Percebe-se que o artesanato é uma forma de expressar a arte com obras feitas à mão, com processos que envolvem algumas vezes reciclagem de materiais, e que pode ser utilizado para fins turísticos como forma de eternizar histórias, culturas e religiões. A seguir serão apresentados os resultados obtidos mediante a realização da pesquisa a que se propôs esse estudo.

Discussão dos Resultados

Tendo como intuito a obtenção dos dados e informações que compuseram esse estudo foi realizada uma entrevista com a responsável pelo Complexo Santá para se adquirir mais informações sobre o equipamento cultural, bem como, foi realizada uma entrevista com a Secretária de Turismo de Santa Cruz-RN visando obter a sua percepção quanto a inserção do Complexo na visitação turística da referida cidade. Vale destacar que, para ambas entrevistas, se utilizou formulários de pesquisa via *Google Forms* disponibilizados pelo *WhatsApp* aos entrevistados.

Com isso, inicialmente, serão apresentados os resultados obtidos mediante entrevista com a responsável pelo Complexo Santá - Silva (2020) que é presidente da Associação dos Artesãos de Santa Cruz, tem mais de 50 anos de idade, possui ensino superior e uma renda mensal individual entre R\$ 2.000,00 e R\$3.000,00.

Silva (2020) ressalta que o projeto que deu origem ao Complexo Santá foi o “Lugares de Charme” idealizado por Cris Ribeiro. Em relação ao prédio onde se encontra o Complexo, esse foi cedido pela Paróquia de Santa Rita de Cássia, em termo de comodato para a Associação dos Artesãos de Santa Cruz, sendo inaugurado em 24 de outubro de 2019.

A parceria entre a Prefeitura Municipal de Santa Cruz-RN, a Paroquia de Santa Rita de Cássia e o Sebrae viabilizou a implementação do Complexo Santá que, desde sua inauguração está sob a responsabilidade de Silva (2020) que junto aos associados cuidam da manutenção do prédio cedido pela Paroquia.

Silva (2020) evidenciou em entrevista que para os artesãos se associarem e exporem suas obras no Complexo Santá é necessário que participem de oficinas voltadas para a cultura local que são realizadas no próprio Complexo pela equipe que participou de todo o processo de construção das tipologias que se encontram em exposição no Santá.

No que compete a quantidade de artesãos que expõem suas obras no Complexo Santá, Silva (2020) evidenciou que existem 10 (dez) artesãos expondo e que devido a pandemia COVID-19 o Complexo está fechado para visitação e são voltará a suas atividades quando o pároco da cidade Pe. Vicente liberar a visitação do Santuário de Santa Rita de Cássia. Por enquanto, a associação se prepara para adequar-se aos protocolos de segurança, visto que algumas artesãs são do grupo de risco.

Em se tratando dos artesanatos e artes que são expostos no Complexo Santá pelos próprios artesãos, são esses: Cerâmica, bordado rústico, crochê, ponto cruz, imagens de Santa Rita de Cássia esculpida em madeira, esculturas variadas em madeira, bolsas bordadas no tecido, quadros com arte em ponto cruz, vasos decorativos em cerâmica, mel de abelha e canecas personalizadas em porcelana. O Complexo realiza em seu espaço eventos culturais, oficinas temáticas, palestras que atualmente estão voltadas ao combate ao Covid-19 (SILVA, 2020).

Quanto à visitação turística ao Complexo Santá, Silva (2020) elucidou que visitas de turistas aconteceram desde a inauguração até o momento do encerramento das atividades do Complexo em março de 2020 devido a pandemia. Referindo-se ao registro dessas visitações, antes da pandemia não se adotava nenhuma forma de registro de visitação, mas no retorno das atividades tal registro será providenciado.

Silva (2020) ao se remeter ao atendimento aos turistas, mencionou que no momento, estão preparados apenas para atender turistas nacionais e que os artesãos participaram de um curso de Condutor de Turismo ofertado pelo Sebrae para melhor receber e conduzir os turistas.

Em se tratando da relevância do Complexo Santá para a cidade e para o turismo, Silva (2020) ressalta que devido o Complexo ser a primeira loja conceitual de artesanato do Trairí promove a valorização do artesanato local. Por fim, acrescenta que o referido Complexo tem em sua área interna, obras pintadas por artistas plásticos locais e uma cafeteria. Todos os móveis foram concebidos pelos próprios artesãos através do reaproveitamento de móveis doados e contam também com a colaboração dos comerciantes e da população santa-cruzense, que se mostrou receptiva ao Complexo, por meio de doações que nos possibilitaram desenvolver um excelente trabalho para atender bem o turista e qualquer visitante.

Mediante entrevista com a Secretária de Turismo de Santa Cruz-RN, Souza (2020) que atua nesse cargo há 10 anos, tem entre 31 e 40 anos, possui pós-graduação e renda entre R\$ 3.001,00 e R\$ 4.000,00. A entrevistada evidenciou que atualmente, a secretaria conta com 3 funcionários formais

Souza (2020) enalteceu que existem roteiros de visitação turística propostos pela secretaria que incluem o Santuário de Santa Rita de Cássia, o Museu Rural Auta Pinheiro Bezerra, o Parque da Borborema e o Complexo Sant . Desse modo, a secretaria de turismo prevê o uso do Complexo Sant  como mais um atrativo turístico e cultural de Santa Cruz-RN, na medida em que, trata-se de um equipamento turístico de suma importância para a divulga o da cultura local e do artesanato autoral.

As parcerias estabelecidas entre a Secretaria de Turismo e o Complexo Sant  acontece de forma a promover o espaço para visita o turística, bem como, no sentido da realiza o de capacita es com os envolvidos com o equipamento cultural. Em rela o ao planejamento para retomada das atividades turísticas pós-pandemia, a secretária ressaltou que tem sido realizado por todo o *trade* turístico local.

Considera es Finais

Mediante a realiza o desse estudo foi possível evidenciar que o Complexo Sant  se constitui mais um atrativo que pode ser inserido na visita o turística com vistas na valoriza o da cultura em Santa Cruz-RN, por ser um ambiente novo, rico em detalhes e que visa contar histórias e avivar a cultura através das suas variadas peças artesanais.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo foi alcançado ao se investigar o referido Complexo e suas rela es e parcerias com a paróquia de Santa Rita de Cássia, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Turismo e Sebrae possibilitando assim, desenvolver suas atividades ligadas a valoriza o da cultura e do artesanato local o qual pode ser mais um atrativo a ser utilizado para fins turísticos em Santa Cruz-RN.

Ainda nessa perspectiva, o Complexo Sant  além de complementar o roteiro turístico da cidade de Santa Cruz, promove a valoriza o do artesanato da região evidenciando seu potencial, seu charme, seus encantos aos Santa-cruzenses e aos turistas. Com colabora o da Secretária Municipal de Turismo, o Complexo pode ter maior visibilidade, aliando aspectos histórico-culturais ao turismo religioso na cidade.

Por fim, destaca-se que, com esse estudo se intencionou contribuir para que novas pesquisas sejam desenvolvidas sobre o turismo religioso, os atrativos turísticos culturais existentes na cidade e como o poder público e os gestores dos atrativos poderão se articular, tendo em vista, a valoriza o da história, da cultura e do turismo religioso em Santa Cruz-RN.

Referências

- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 14. ed. São Paulo: Senac, 2007.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Marcos conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo cultural: orienta es básicas. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2020.
- DICIONÁRIO MICHAELIS EM PORTUGUÊS. Artesanato. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/artesanato/>>. Acesso em: 30 set. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Santa Cruz. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz/panorama>>. Acesso em; 20 set. 2020.
- ORGANIZA O MUNDIAL DO TURISMO. Sancho, A. (Org.). Introdu o ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

PEREIRA, T. M.; COSTA, L. C.; SANTOS, J. R. A. & RIBEIRO, R. P. Turismo religioso: análise e tendências. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG 25 e 26 ago, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ-RN. [Complexo Cultural Santá será inaugurado nesta quinta \(24\) em Santa Cruz](http://www.santacruz.rn.gov.br/site/index.php/blog/104-turismo/2774-complexo-cultural-santa-sera-inaugurado-nesta-quinta-24-em-santa-cruz). Disponível em: <<http://www.santacruz.rn.gov.br/site/index.php/blog/104-turismo/2774-complexo-cultural-santa-sera-inaugurado-nesta-quinta-24-em-santa-cruz>>. Acesso em: 26 maio 2020.

SANTOS, M. T. Fundamentos de turismo e hospitalidade. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2020.

SILVA, M. G. M. Complexo Santá. [Entrevista cedida a] Livia Maria Oliveira De Lima. Santa Cruz-RN, 31 ago. 2020.

SOUZA, M. P. (2020). Uso turístico do Complexo Santá. [Entrevista cedida a] Livia Maria Oliveira De Lima. Santa Cruz-RN, 14 set. 2020.

Enviado em 31/12/2020

Avaliado em 15/02/2021

A IMPLANTAÇÃO DO TELEFÉRICO EM SANTA CRUZ-RN: USOS E MANUTENÇÃO

Willyane de Moraes Correia⁴⁹
Gilmara Barros da Silva⁵⁰
Erivaldo Xavier de Lima⁵¹

Resumo

Este estudo tem por objetivo investigar junto a Gestão Municipal de Santa Cruz-RN e a Secretaria Municipal de Turismo como se planeja a utilização e a manutenção de um teleférico na cidade. Para tanto, foram necessárias as pesquisas: bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa. Os resultados mostram que com a implantação do teleférico espera-se contribuir com a divulgação do destino turístico, geração de emprego e renda e outros benefícios a comunidade autóctone. Conclui-se que esse estudo fornece informações antecedentes a implantação do teleférico e favorece o surgimento de pesquisas posteriores quanto aos benefícios de tal implantação para o turismo local.

Palavras-Chave: Turismo Religioso. Teleférico. Santa Cruz-RN.

Abstract

This study aims to investigate with the Municipal Management of Santa Cruz-RN and the Municipal Secretary of Tourism how the use and maintenance of a cable car is planned in the city. For that, it was necessary a research: bibliographic, exploratory, descriptive with qualitative approach. The results show that, with the implantation of the cable car, it is expected to contribute to the promotion of the tourist destination, generation of jobs and income and other benefits for the community. It is concluded that this study provides information prior to the implantation of the cable car and favors the appearance of new researches about the benefits of this implantation for the local tourism.

Keywords: Religious Tourism. Cable car. Santa Cruz-RN.

Introdução

Este estudo apresenta dados e informações quanto à implantação, planejamento da utilização e manutenção de um teleférico, como um equipamento de transporte de pessoas que será utilizado para fins turísticos na cidade de Santa Cruz-RN. Cidade essa que desde 2010, vem desenvolvendo o turismo religioso com a visitação ao Santuário de Santa Rita de Cássia e, atualmente, para agregar valor turístico, se planeja e organiza a implantação do teleférico na referida cidade.

⁴⁹ Discente do curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7º DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁵⁰ Doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestre e Bacharel em Turismo pela UFRN; Bacharel em Administração pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); Guia de Turismo (IFRN). Docente e orientadora no curso técnico de nível médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

⁵¹ Especialista em Gestão de Pessoas – IBRAPES/UVA; Bacharel em Turismo pela Universidade Potiguar - UnP; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Educação Teológica Logos; Licenciado em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica no IFRN; Guia de Turismo. Professor e orientador no Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo da Escola Estadual José Bezerra Cavalcanti, 7ª DIREC, Santa Cruz-RN, Brasil.

Remetendo-se ao Santuário, esse compreende a estátua de Santa Rita de Cássia medindo 56 metros de altura, sala de ex-votos, capela, loja de artigos religiosos e outros (PANFLETO DE DIVULGAÇÃO, 2010), que são utilizados por turistas na cidade de Santa Cruz-RN, gerando assim, empregos para a população residente e movimentando a renda na cidade.

Nessa perspectiva, este estudo foi realizado em Santa Cruz que está localizada no estado do Rio Grande do Norte, a aproximadamente 115 km da capital Natal, com uma população estimada em 2019 de 39.674 habitantes (IBGE, 2020), tendo como objetivo principal investigar junto a Gestão Municipal e a Secretaria Municipal de Turismo como se planeja a utilização e a manutenção do teleférico após sua implantação.

Para atender esse objetivo foram necessárias as pesquisas: bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, bem como, a realização de entrevistas mediante aplicação de formulários (*Google Forms*) com o engenheiro responsável pela obra do teleférico, designado pela Gestão Municipal, e com a Secretaria de Turismo de Santa Cruz-RN, tendo em vista, a aquisição de dados e informações que compuseram os resultados desse estudo. A seguir será apresentada a fundamentação teórica desse estudo.

Fundamentação Teórica

O turismo é definido como atividade, fenômeno social, visto como indústria do lazer dentre várias concepções referentes a sua prática. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001, p. 38), “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Nota-se que, o turismo envolve o deslocamento de pessoas fora do seu lugar de moradia que buscam a fuga do seu cotidiano por motivações diversas.

Além disso, segundo Duarte *et al* (2016, p. 137) o turismo combina a utilização de “transportes, alojamento, serviços de alimentação, lojas, espetáculos, instalações para atividades diversas e outros serviços receptivos, disponíveis para indivíduos ou grupos que viajam para fora de casa”. É possível entender que para o turismo ocorrer de forma adequada em uma destinação, são necessárias infraestruturas básica, turística e de apoio, assim como, a oferta de produtos e serviços que permitam os turistas se locomoverem, se hospedarem, se alimentarem e se entreterem.

Como visto, a prática das atividades turísticas necessita de infraestruturas, produtos e serviços sendo ofertados aos turistas em um mercado cada vez mais dinâmico. Devido as mais variadas motivações que levam as pessoas decidirem viajar, tem-se a segmentação turística, apresentando vários tipos de turismo que ocorrem tanto em ambiente natural (ecoturismo, turismo rural etc.) quanto em ambiente construído (turismo cultural, turismo religioso etc.).

Remetendo-se ao Turismo Religioso que vem sendo desenvolvido na cidade de Santa Cruz-RN, para o Ministério do Turismo (MTUR, 2010, p. 19) são “atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo”.

Nota-se que o turismo religioso compreende ao deslocamento de pessoas com intuito de visitar espaços como o Santuário de Santa Rita de Cássia buscando pela expressão da fé e o contato a espiritualidade. Ainda nesse sentido, segundo Abumanssur (2018, p. 93) o turismo religioso são:

As visitas que crentes em geral fazem a determinados lugares tidos como possuidores de qualidades especiais no contexto da fé professada. Esse tipo de turismo tem um determinante externo que é o modelo de viagem planejada, popularizada e disponibilizada para grandes contingentes populacionais e tem, também, um determinante interno que diz respeito ao tipo de religião vivida no ocidente moderno.

Percebe-se que o turismo religioso é praticado por pessoas que se deslocam do seu entorno habitual para locais e atrativos turísticos que possuam relevância para a prática de sua crença ou fé. Nesse sentido, referindo-se a Santa Cruz-RN, a cidade que possui o Santuário de Santa Rita de Cássia, e tem recebido turistas movidos pela busca espiritual, atualmente, planeja a implementação de um teleférico, sendo esse descrito por Costa (2017, p. 37) como um:

Veículo suportado ou deslocado por um ou mais cabos e que inclui as telecabines e as telecadeiras, estes veículos que transportam, sobretudo, pessoas, são utilizados nas localidades onde o turismo exige o seu funcionamento porque as condições do local são propícias à deslocação de pessoas enquanto atividade inserida na ação turística e, conseqüentemente, na atividade econômica da localidade ou da região.

Entende-se que o teleférico além de ser um meio de transporte de pessoas, pode ser utilizado para fins turísticos, sendo aliado a atrativos turísticos locais, como é o caso de Santa Cruz-RN, pois parte da estrutura do teleférico foi instalada na lateral da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia ligando-se ao Santuário de Santa Rita de Cássia, valorizando ainda mais a cidade e contribuindo para o desenvolvimento do turismo religioso. A seguir serão apresentados os resultados a que se chegou esse estudo.

Discussão dos Resultados

Para obtenção dos resultados desse estudo foram aplicados formulários de pesquisa via *Google Forms* com o engenheiro, designado pela Gestão Municipal para atuar na obra do teleférico que, disponibilizou informações a respeito do projeto originário e do andamento da construção do teleférico, assim como, foi entrevistada a Secretária de Turismo de Santa Cruz-RN, tendo em vista, registrar a percepção quanto aos benefícios possíveis de serem gerados com a implantação do teleférico para o turismo e para a cidade.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos mediante entrevista com o engenheiro responsável pela obra do teleférico o senhor Dantas (2020), cuja faixa etária é entre 31 e 40 anos, possui pós-graduação e uma renda mensal entre R\$ 3001,00 e R\$ 5,000,00.

No que compete ao projeto que deu origem a construção do teleférico e sobre seu idealizador, Dantas (2020) enalteceu que esse é um projeto complementar ao Santuário de Santa Rita de Cassia idealizado por Tomba Farias. E que a aquisição de recursos financeiros para a compra de materiais e equipamentos essenciais a implementação do teleférico foi realizada através de emendas parlamentares do Governo Federal.

A parceria existente entre o Governo Federal, Governo Estadual e a Prefeitura Municipal tem viabilizado a construção do teleférico em Santa Cruz-RN, sendo sua infraestrutura composta por obras civis, equipamentos, operações e manutenção. A construção do teleférico tem gerado emprego e renda a cerca de 80 profissionais, dentre esses alguns residem em Santa Cruz e, outros devido ao caráter específico de alguns equipamentos, são mão-de-obra estrangeira e/ou especializada (DANTAS, 2020).

A construção do teleférico está sob responsabilidade da empresa Construtora A. Gaspar, enquanto os materiais e equipamentos estão a cargo da Rowema. Antes da pandemia COVID-19, foram realizadas cinco etapas do projeto do teleférico que continuam em execução. É válido destacar que antes da pandemia o projeto para implementação do teleférico previa sua conclusão em 24 meses, porém devido ao cenário e ao fato dos equipamentos serem estrangeiros, resultou no atraso do andamento da construção o que aumentou o prazo para conclusão para aproximadamente 9 meses, tendo como possível mês/ano de finalização da obra – Dezembro/2022 (DANTAS, 2020).

Segundo Dantas (2020) a decisão pela construção do teleférico em Santa Cruz-RN pautou-se na busca pelo desenvolvimento econômico em favor do turismo, tendo por intuito atrair visitantes e investimentos para a cidade, quando finalizado, o teleférico terá capacidade máxima de transporte de 243 pessoas por hora, sendo explorado economicamente, uma vez que, será cobrado um valor a ser analisado conforme a economia no período, para sua utilização.

Em se tratando da manutenção do teleférico após sua finalização e implementação em Santa Cruz-RN, segundo Dantas (2020) ainda não foi definida a empresa responsável por tal manutenção, deverá ser realizadas licitações para se eleger uma empresa que fará a operação e a manutenção do teleférico.

Para somar as informações apresentadas até aqui, foi realizada uma entrevista com a Secretária de Turismo de Santa Cruz-RN, Souza (2020) que trabalha há 10 anos no cargo, pertence a faixa etária 31 e 40 anos, possui pós-graduação e uma faixa de renda entre R\$ 3.001,00 e R\$ 4.000,00.

Souza (2020) enalteceu que os principais benefícios que a implementação do teleférico trará para o desenvolvimento do turismo religioso em Santa Cruz-RN e para a comunidade residente está relacionado a divulgação do destino e a geração de emprego e renda, respectivamente.

As expectativas apresentadas por Souza (2020) quanto a inauguração, a utilização turística e a manutenção do teleférico em Santa Cruz-RN é que seja um grande equipamento que se tornará um atrativo turístico não só para a cidade, mas para o destaque e visibilidade do turismo no RN.

Considerações Finais

Com a realização desse estudo atingiu-se o objetivo estimado ao apresentar dados e informações quanto a utilização e manutenção do teleférico em Santa Cruz-RN, assim como, foi possível enaltecer as percepções do engenheiro responsável pelas obras e da Secretária Municipal de Turismo quanto aos benefícios passíveis de serem gerados pela implementação do equipamento que, ao mesmo tempo que é meio de transporte, também pode se tornar mais um atrativo turístico local. Nesse sentido, a instrutura do teleférico em Santa Cruz-RN ligará a lateral da Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia ao Santuário de Santa Rita de Cássia, possibilitando assim o deslocamento dos turistas nesses atrativos.

Os resultados a que se chegou esse estudo demonstram que a divulgação e visibilidade de Santa Cruz-RN como destino turístico e a geração de emprego e renda a comunidade autoctone são benefícios apontados pelos entrevistados ao se considerar a implantação e utilização do teleférico na cidade. O que sugere a possibilidade dessa implantação contribuir para um melhor desenvolvimento econômico em favor do turismo local, novos investimentos públicos e privados e outros relacionados ao setor turístico.

É válido destacar que esse estudo não pretende encerrar as discussões sobre o tema, mas contribuir para que outras pesquisas sejam desenvolvidas após a implantação do teleférico, de modo a, apresentar novos dados e informações quanto aos impactos (positivos e/ou negativos) gerados tanto para a comunidade residente quanto para o desenvolvimento do turismo religioso em Santa Cruz-RN.

Referências

- ABUMANSUR, E. S. Turismo religioso a identidade nacional. Horizonte, v. 16, n. 49, p. 88-106, 2018.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- COSTA, A. Os transportes de passageiros: rodoviário, ferroviário e fluvial. São Paulo: Vida Económica, 2017.
- DANTAS, C. F. Construção e implementação do teleférico em Santa Cruz-RN. [Entrevista cedida a] Willyane de Moraes Correia. Santa Cruz, 29 set. 2020.
- DUARTE, C. M.; PEREIRA, A M B.; Pereira, P. S.; Barros, L. M. & Duarte, A. E. A religiosidade e o turismo em uma cidade do interior do Ceará. InterSciencePlace - Revista Científica Internacional, v. 11, n. 2, p. 136-191, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Santa Cruz. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz/panorama>>. Acesso em; 20 set. 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Sancho, A. (Org.). Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2011.
- PANFLETO DE DIVULGAÇÃO. Complexo Turístico Alto de Santa Rita de Cássia. Santa Cruz, 2010.
- SOUZA, M. P. Uso turístico e benefícios sociais da implementação do teleférico. [Entrevista cedida a] Willyane de Moraes Correia. Santa Cruz, 29 set. 2020.
- Enviado em 31/12/2020
Avaliado em 15/02/2021